

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2015



**Banco do
Nordeste**

Presidente:

Marcos Costa Holanda

Diretores:

Francisco das Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Romildo Carneiro Rolim

**Escritório Técnico de Estudos
Econômicos
do Nordeste – ETENE**

Superintendente

Francisco José Araújo Bezerra

**Ambiente de Estudos, Pesquisas e
Avaliação**

Gerente

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Estudos e Pesquisas

Gerente

Luciano J. F. Ximenes

**Célula de Informações Econômicas,
Sociais e Tecnológicas**

Gerente

Wendell Márcio Araújo Carneiro

**Ambiente de Políticas de
Desenvolvimento**

Gerente

José Rubens Dutra Mota

**Célula de Políticas de Financiamento e
Monitoramento**

Gerente

Sâmia Araújo Frola

Coordenação Técnica:

Luciano J. F. Ximenes

Airton Saboya Valente Junior

Equipe:

Allisson David de Oliveira Martins
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Fernando Luiz Emerenciano Viana
Francisco Diniz Bezerra
Francisco Raimundo Evangelista
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Jackson Dantas Coelho
Jacqueline Nogueira Cambota
José Alci Lacerda de Jesus
Laura Lúcia Ramos Freire
Maria de Fátima Vidal
Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Mário Sérgio Carvalho de Freitas
Sâmia Araújo Frola
Wellington Santos Damasceno

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho

Normalização: Audrey Caroline Marcelo do
Vale

Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra
Carvalho

Diagramação: Patrício de Moura

Colaboração:

Elias Augusto Cartaxo
Iara Amaral Lourenço
Hamilton Reis de Oliveira
Paulo André Almeida Lopes
Roberto Jarllys Reis Lima
Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004

P438 Perfil socioeconômico do Rio Grande do Norte / Francisco José Araújo Bezerra... [et al.], organizadores. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

180 p.: il., color.

ISBN 978-85-7791-246-9

1. Perfil socioeconômico – Rio Grande do Norte. I. Bezerra, Francisco José Araújo. II. Bernardo, Tibério Rômulo Romão. III. Ximenes, Luciano J. F. IV. Valente Junior, Airton Saboya. V. Título.

CDU: 330.981

Copyright©2002 by Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Prefácio

Nos últimos anos, o Nordeste foi favoravelmente impactado pela associação de evidente crescimento econômico e de melhoria significativa nas condições sociais. No entanto, ainda apresenta características que emperram o alcance de maiores índices de desenvolvimento socioeconômico e que são agravadas pela desigualdade dentro da própria Região. Prova dessa última afirmação é o fato de que os melhores indicadores do Nordeste ainda estão concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Diante dessa realidade e em sintonia com os resultados apontados em um conjunto de estudos recentemente elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), denominado Nordeste 2022, o Banco do Nordeste acredita que um dos maiores desafios para a Região é a descentralização do desenvolvimento. Para isso, o primeiro passo é avaliar a situação socioeconômica atual de cada Estado, identificar potencialidades e apontar diferenciais competitivos e oportunidades em cada um deles, procurando sinalizar possíveis iniciativas estratégicas, capazes de nortear a elaboração ou atualização de políticas públicas ou a tomada de decisões do setor privado, sempre sob uma perspectiva de integração regional.

Apoiado nessa visão, o BNB, por meio do ETENE, tem a satisfação de lançar o **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015**, composto por nove volumes – um para cada Estado nordestino.

A obra disponibiliza valiosas informações e análises sobre os Estados do Nordeste, abordando temas como a atividade econômica, o desempenho setorial, a agropecuária, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura e o mercado de trabalho, além de um quadro resumo com os principais indicadores de cada Estado e da Região.

Os volumes reúnem também informações sobre a recente evolução socioeconômica de cada unidade federativa do Nordeste, fornecendo subsídios, por um lado, para que o setor público possa elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento específicos e, por outro lado, para que o setor privado tenha à disposição a melhor informação possível para a realização de investimentos.

O caráter estratégico desse tipo de iniciativa é reforçado justamente pela possibilidade de que as informações disponibilizadas pelas publicações contribuam para a definição de ações que busquem atenuar as disparidades de renda e de capacidade produtiva entre os estados nordestinos e até mesmo dentro de cada uma dessas Unidades Federativas e que promovam uma desconcentração de investimentos na Região.

Como parte de uma ação integrada, é importante destacar que o BNB também vem priorizando a expansão de sua rede de atendimento na Região (aumento de 55% no número de agências nos últimos três anos) e a modernização de seus instrumentos de apoio, fatores fundamentais para continuar a promover a democratização do crédito, a desconcentração de investimentos na área de atuação e a mitigação de vazamentos de recursos do Nordeste para regiões mais desenvolvidas do País.

Nesse sentido, em sintonia com o começo dos mandatos dos novos governadores, o BNB iniciou a construção de agendas propositivas com os estados do Nordeste, objetivando congregar esforços em ações conjuntas para fortalecimento do sistema produtivo local, estruturação de novas oportunidades e apoio diferenciado para aquelas regiões menos desenvolvidas dentro de cada unidade federativa.

O Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015 vem, portanto, suprir importante lacuna no conhecimento sobre a dinâmica econômica de cada espaço territorial da Região, comparando os estados entre si e também em relação ao Nordeste e ao Brasil, o que permite ter uma base informativa confiável para uma atuação diferenciada em áreas menos desenvolvidas, sempre sob a perspectiva da melhoria de vida do conjunto da população e a consequente elevação de indicadores econômicos e sociais.

O BNB e, em particular, a equipe do ETENE esperam que esta publicação possa estimular processos de articulação, debate e planejamento no âmbito de cada Estado, de modo a propiciar o aperfeiçoamento de políticas e ações e a estruturação de parcerias estratégicas em torno do enfrentamento dos desafios mais importantes para o desenvolvimento de cada Estado do Nordeste e de toda a Região.

Marcos Costa Holanda

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Apresentação

O presente trabalho reúne informações sobre a recente evolução socioeconômica do Rio Grande do Norte, visando fornecer subsídios para o setor público elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento. O documento pode ser utilizado ainda para auxiliar a classe empresarial nas suas tomadas de decisões em termos de alocação de recursos, além de favorecer a efetivação de novos negócios com investidores nacionais e estrangeiros, de modo a incrementar a capacidade produtiva local.

Inicialmente, sintetiza as características territoriais do Estado. Posteriormente, o documento analisa a demografia e o quadro social do Rio Grande do Norte. Na sequência, apresenta o desempenho da atividade econômica, especificamente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita*, o Valor Agregado Bruto (VAB) e sua distribuição por setores da economia. Segue-se uma visão panorâmica do desempenho setorial, incluindo a agropecuária, indústria, comércio, serviços e turismo.

O estudo dedica um capítulo específico para quantificar os fluxos comerciais do Rio Grande do Norte com os demais estados e regiões do Brasil, além de determinar as categorias dos bens que são comprados e vendidos por esse Estado. Referidos dados foram gerados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e estados, ferramenta elaborada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) em parceria com a Universidade de São Paulo.

Os capítulos seguintes abordam aspectos relacionados com a infraestrutura, o setor externo e o mercado de trabalho além das principais aplicações de recursos dos bancos públicos e agências de fomento, com destaque para os financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste. Finaliza-se com um quadro-resumo dos principais indicadores do Estado.

Ao disponibilizar esse trabalho, o Banco do Nordeste espera atender aos interesses dos planejadores e formuladores de políticas, investidores de diferentes portes em múltiplas atividades econômicas, além de pesquisadores e estudiosos, bem como fa-

vorecer parcerias, aporte de novas tecnologias e formação de estratégias inovadoras e ambientalmente sustentáveis e que elevem o grau de modernidade e competitividade da economia do Rio Grande do Norte, gerando mais renda, emprego e bem-estar para a população local.

Francisco José Araújo Bezerra

Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Sumário

	Prefácio	5
	Apresentação	7
1	Características territoriais	11
	Referências	18
2	Demografia e panorama social	19
	Referências	25
3	Desempenho da economia estadual	27
	Referências	34
4	Agricultura	35
	Referências	40
5	Pecuária	41
5.1	Avicultura	42
5.2	Bovinocultura	46
5.2.1	Bovinocultura leiteira	46
5.2.2.	Bovinocultura de corte	47
5.3	Caprinos e ovinos	50
5.4	Apicultura	51
5.5	Considerações finais	53
	Referências	57
6	Carcinicultura	59
	Referências	60
7	Indústria	61
7.1	Perfil da indústria do Rio Grande do Norte	62
7.2	Indústrias extrativas	68
7.3	Indústrias de transformação	70
7.4	Indústria da construção	73
7.5	Serviços Industriais de Utilidade Pública	75
7.6	Considerações finais	76
	Referências	77
8	Comércio e serviços	79

8.1	Comércio	82
8.2	Serviços	84
8.3	Considerações finais	86
	Referências	86
9	Fluxos do comércio interestadual	87
9.1	As Compras de insumos intermediários	88
9.2	As vendas de insumos intermediários	93
9.3	Balanço de compras e vendas	97
9.4	Análise da agregação de valor	98
	Referências	102
	0 Turismo	103
	Referências	108
11	Comércio exterior	111
	Referências	120
12	Infraestrutura	121
12.1	Infraestrutura de transportes	121
12.2	Infraestrutura de energia elétrica	125
12.3	Infraestrutura de utilidade pública	128
	Referências	130
13	Mercado de trabalho	133
13.1	Evolução do emprego e desemprego – PNAD Con- tínua	133
13.2	Evolução do emprego formal – RAIS	137
14	Intermediação Financeira	145
	Referências	150
15	Financiamentos de Longo Prazo do Banco do Nor- deste: o FNE	151
	Referências	158
16	Considerações finais	159
	Apêndices	165

1 Características territoriais

Leonardo Dias Lima

Economista. Mestre em Avaliação de Políticas Públicas

Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Graduanda em Agronomia. Bolsista de Nível Superior

O Estado do Rio Grande do Norte possui um território de 52,8 mil km², o que representa 3,4% da Região Nordeste (1.554,3 mil km²) e cerca de 3,0% da área de atuação do BNB (1.789,5 mil km²). Entre os estados nordestinos, apenas Sergipe e Alagoas ocupam uma área menor. Em relação ao Brasil é o sexto menor Estado em tamanho, respondendo por 0,6% da área do País (8.515,8 mil km²). Faz fronteira ao sul com a Paraíba, a oeste com o Ceará e ao norte e leste com o Oceano Atlântico.

Entre as Unidades da Federação, o Rio Grande do Norte é um dos mais próximos da Europa e da África, o que lhe confere importância estratégica em termos de logística de acesso a esses dois mercados, como também para vigilância marítima do Atlântico Sul.

Utilizando critérios de similaridade de aspectos geográficos e socioeconômicos, o IBGE regionalizou os 167 municípios do Rio Grande do Norte em 19 Microrregiões, que por sua vez foram agrupadas em 4 Mesorregiões (Quadro 1 e Mapa 2).

O Leste Potiguar engloba quatro microrregiões e 26 municípios, ocupando uma área de 6,4 mil km², o que corresponde a 12,2% do território do Estado. Apesar de ocupar o menor espaço territorial, essa é a mesorregião mais importante considerando que nesse território está localizada a capital Natal e a Zona da Mata, onde se concentra a produção de cana-de-açúcar no Estado.

Mapa 1 – Localização geográfica do Rio Grande do Norte



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Quadro 1 – Mesorregiões e microrregiões geográficas - Rio Grande do Norte

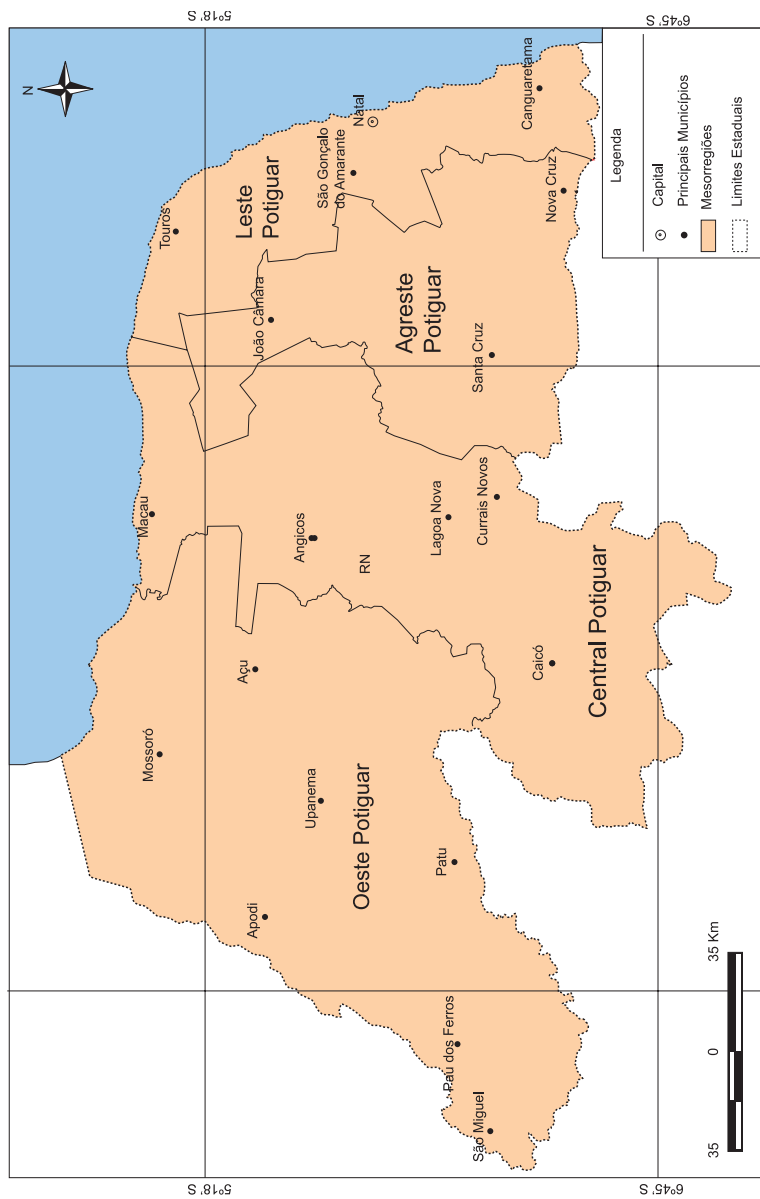
Mesorregiões	Microrregiões
Leste Potiguar	Litoral Nordeste, Litoral Sul, Macaíba e Natal.
Agreste Potiguar	Agreste Potiguar, Baixa Verde e Borborema Potiguar.
Central Potiguar	Angicos, Macau, Seridó Ocidental, Seridó Oriental e Serra de Santana.
Oeste Potiguar	Chapada do Apodi, Médio Oeste, Mossoró, Pau dos Ferros, Serra de São Miguel, Umarizal e Vale do Açu.

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2010).

O Agreste Potiguar abrange três microrregiões e 44 municípios, com uma área de 9,4 mil km² (17,8% do Estado). Parte dos municípios dessa mesorregião encontra-se no Planalto da Borborema, apresentando as maiores altitudes do Estado.

O Centro Potiguar é composto por seis microrregiões e 38 municípios em um território de 15,8 mil km² (29,9% do Estado). É nessa mesorregião que está localizado o Porto de Guamaré ao norte, onde a produção de petróleo do Estado é embarcada, e o Seridó ao sul.

O Oeste Potiguar é a maior mesorregião norte rio-grandense, com sete microrregiões e 63 municípios em 21,2 mil km² (40,1% do Estado). Mossoró é o principal polo dinâmico dessa mesorregião, sendo a cidade mais desenvolvida do interior potiguar. A região se destaca pela produção de petróleo terrestre, sal e fruticultura irrigada.

Mapa 2 – Mesorregiões do estado do Rio Grande do Norte

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010)

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões.

Além da regionalização estabelecida pelo IBGE, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) estabelecem o semiárido brasileiro para efeito de definição e implementação de políticas públicas. Referido território é caracterizado pelo clima semiárido, Índice de Precipitação Pluviométrica anual inferior a 800 mm, vegetação de caatinga ou de transição, além de apresentar, em geral, indicadores socioeconômicos abaixo da média do Nordeste. Entre os Estados da área de atuação do BNB, o Rio Grande do Norte destaca-se com a maior parcela do território definida como semiárido (93,0%) com uma área de 49,1 mil km² (Mapa 3).

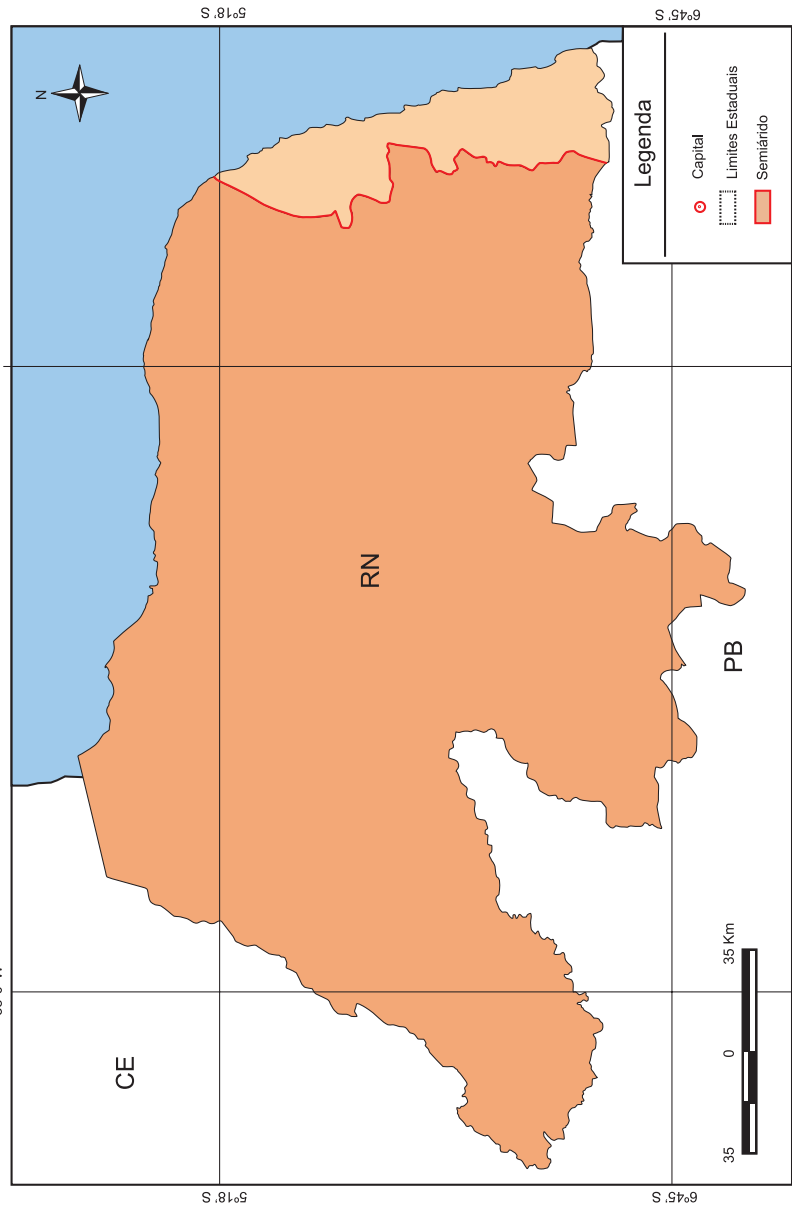
O Estado possui rica base de recursos naturais assentada em três biomas, a Caatinga, a Mata Atlântica e a faixa de transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica (Mapa 4).

O bioma caatinga ocupa uma área de 46,6 mil km² ou 88,2% do território, espalhando-se por quase todo o Estado. As precipitações pluviométricas dessa área são concentradas em um curto período, com índices pluviométricos variando de 400 mm a 600 mm por ano (RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

A Mata Atlântica é o bioma localizado na porção sudeste do território estadual, com área de 1,6 mil km², totalizando 3,0% do território potiguar. A precipitação média fica acima de 1.200 mm anualmente, com verão seco e período chuvoso prolongando-se até os meses de julho e agosto (RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

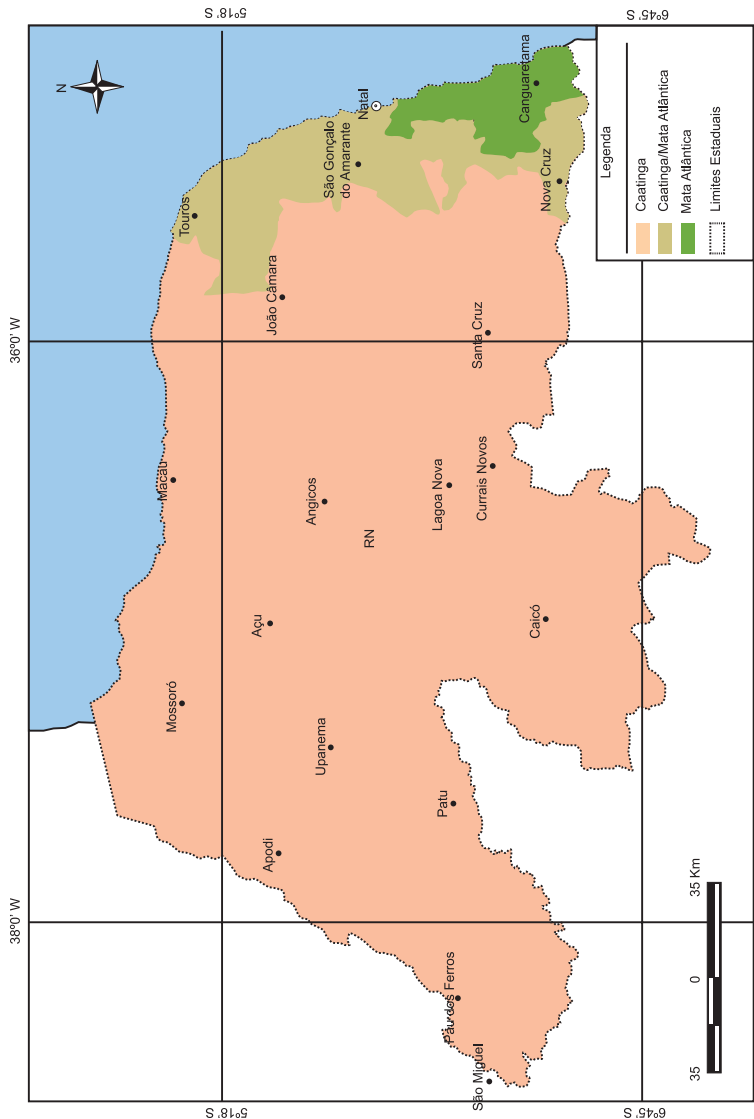
Entre os dois biomas há uma faixa de transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica. Essa faixa se estende por uma área de 4,6 mil km², cerca de 9,0% do território potiguar. A média anual pluviométrica situa-se entre 800 e 1.200 milímetros, com inverno seco e estação chuvosa prolongando-se até o mês de julho (RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

Mapa 3 – Semiárido do Rio Grande do Norte



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Mapa 4 – Biomas do Rio Grande do Norte



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).
Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões.

O Rio Grande do Norte possui ao todo 16 bacias hidrográficas, sendo a bacia do Piranhas/Açu e do Apodi/Mossoró as duas principais, com uma área de drenagem de 60% do território (RIO GRANDE DO NORTE, 2014). Nessas duas bacias está concentrada cerca de 90% das reservas hídricas estaduais, com destaque para o açude Armando Ribeiro Gonçalves no rio Açu, que é o terceiro maior do Nordeste com capacidade de acumulação de 2,4 bilhões de m³. Além disso, a Unidade Federativa também possui reservas de águas subterrâneas no litoral, no sistema Dunas-Barreiras, e na Chapada do Apodi, no Arenito Açu.

Mesmo sendo um dos menores estados em termos de território (3,4% do Nordeste), a posição de esquina do continente privilegia o Rio Grande do Norte com extenso litoral de 410 km, o quarto da costa nordestina (12,4%), voltado tanto ao norte quanto ao leste. O litoral norte do Estado caracteriza-se por ser um dos poucos locais onde o semiárido se encontra com o mar (IBGE, 2012).

Apesar da existência de marco ambiental regulatório, a pressão antrópica tem gerado efeitos danosos ao meio ambiente do Estado, a exemplo do desmatamento, erosão de solos, degradação de ecossistemas, contaminação dos recursos hídricos e poluição do litoral, de forma que uma das prioridades das políticas de desenvolvimento deverá ser a promoção da sustentabilidade socioambiental e do território norte-rio-grandense.

Referências

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, 1., 2012. Brasília, DF. **Documento referência**. Brasília, DF, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal Digital**. Rio de Janeiro, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Perfil do Rio Grande do Norte 2014**. Natal, 2014. Disponível em: <<http://www.seplan.rn.gov.br/arquivos/download/PERFIL%20DO%20RN%202014.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

2 Demografia e panorama social

Jackson Dantas Coêlho

Economista. Mestre em Economia Rural

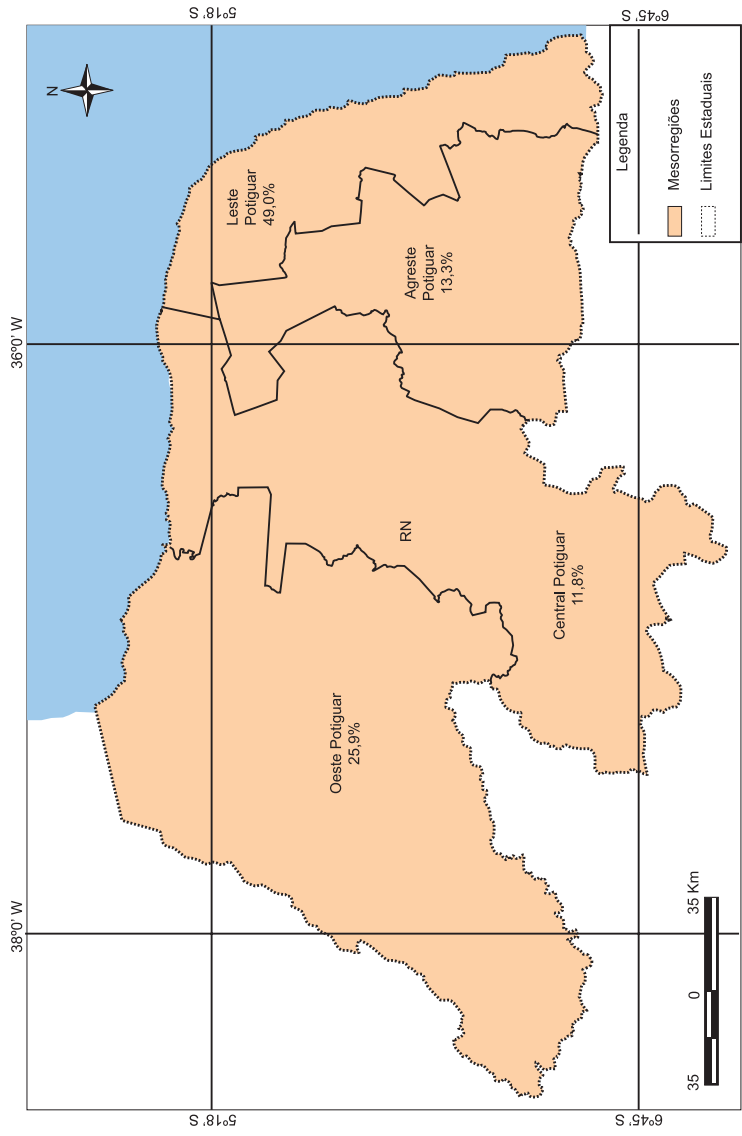
Segundo estimativas do IBGE (2014), o Rio Grande do Norte tem população de 3.408.510 habitantes, em 2014, número 7,5% superior ao levantado no censo de 2010 (3.168.133 habitantes). Embora a Unidade Federativa possua a sétima menor área do Nordeste, sua densidade demográfica é de 64,5 habitantes por km², a maior da Região.

O Estado potiguar tem 167 municípios, com a cidade de Natal concentrando ¼ da população total (25,3%). Para 2030, o IBGE projeta uma população estadual de 3.847.580 pessoas residentes, representando aumento percentual de 21% sobre o resultado do censo de 2010.

A taxa de urbanização da população potiguar, em 2012, era de 78,7%, sendo superior à regional (73,1%) e próxima à nacional (84,3%). Com a modernização da agricultura, que estagnou as relações de trabalho no campo, a população rural tem imigrado para os centros urbanos, em busca de melhor qualidade de vida e condições de trabalho mais favoráveis. Os quatro municípios mais populosos do Estado, Natal, Mossoró, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, somam 1.479.074 habitantes (estimativa do IBGE para 2014) numa área de 663,6 km², gerando a densidade demográfica de 2.228,8 habitantes por km² (Mapa 1).

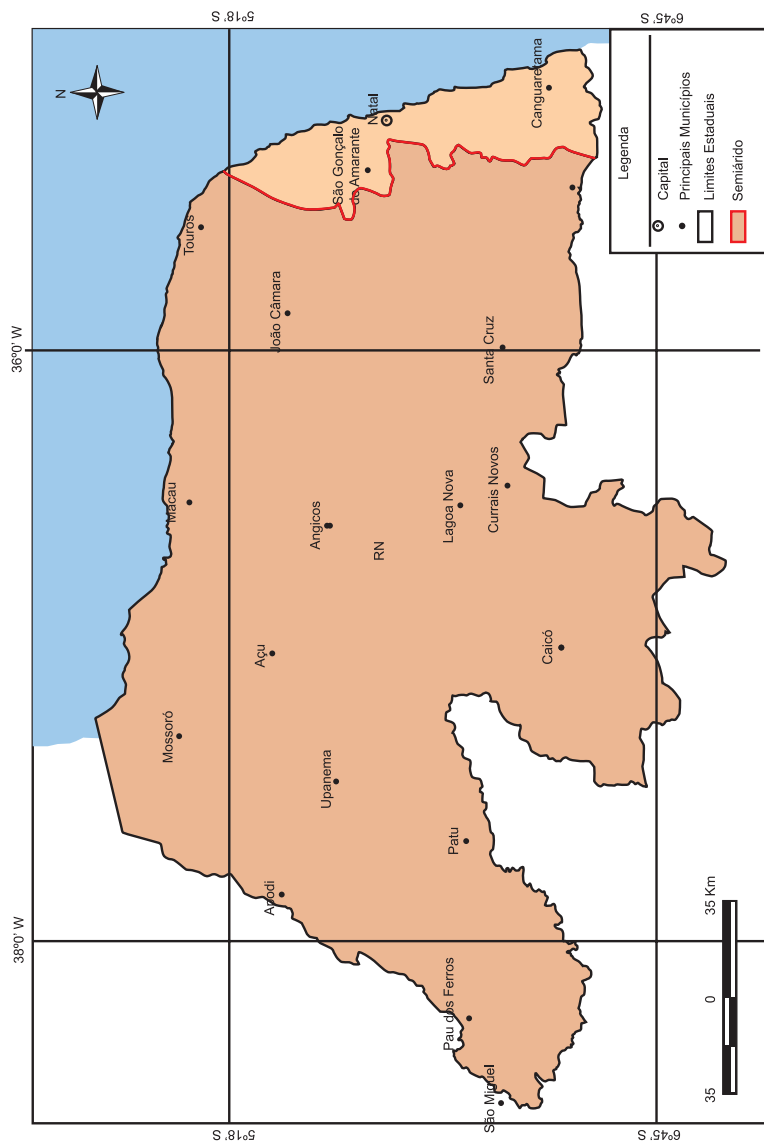
Entre os quatro mais populosos, que concentram 43,0% do total da população estadual, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante fazem parte da região metropolitana de Natal, o principal polo econômico potiguar, onde se concentram as atividades industriais de transformação (alimentos e bebidas), construção civil e de serviços no Estado; ao passo que Mossoró, mais próximo da divisa com o Ceará, é o principal polo econômico no interior, sendo destaque pela produção agropecuária, principalmente a fruticultura irrigada, a exemplo do melão, e pela indústria extrativa mineral (petróleo e sal marinho), segundo o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA, 2012).

Mapa 1 – Participação das mesorregiões na população do Rio Grande do Norte



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Mapa 2 -Principais Municípios do Rio Grande do Norte



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões.

A esperança de vida ao nascer do Rio Grande do Norte, que era a única acima de 70 anos na Região (70,2) no início desse século, elevou-se para 74,1 em 2010, permanecendo a maior, acima da média nordestina (71,2 anos) e da brasileira (73,9 anos). As dimensões do território e da população, que estão entre os menores do Nordeste, aliados a execução de políticas públicas de saúde, explicam referidos resultados.

O número de médicos por mil habitantes, em 2000, era de 0,89, tendo subido para 1,23, dez anos depois, cobertura superior à regional (1,09 por mil habitantes), mas ainda abaixo da nacional (1,86 por mil). Em termos de leitos hospitalares, são 2,18 para cada mil habitantes, índice superior ao regional (2,02) e próximo ao índice nacional (2,26).

Ainda segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, do IBGE, o Rio Grande do Norte possuía 99,6% dos domicílios com água canalizada internamente, 86% com coleta direta de lixo e 59,2% com rede de esgoto ou fossa séptica, sendo os dois primeiros os melhores indicadores do Nordeste. O governo estadual investe nesta área com os programas Pró-saneamento e Água para Todos, a fim de melhorar o acesso da população ao saneamento básico e à água tratada (IDEMA, 2012).

O Rio Grande do Norte tem quatro unidades de ensino superior públicas: a Universidade Federal (UFRN), a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Universidade Estadual (UERN). Existem três instituições particulares de destaque: a Universidade Potiguar (UnP), o Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) e a Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (Facex). O Estado também conta com unidades do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), objetivando o aperfeiçoamento de mão de obra (IDEMA, 2012).

A taxa de analfabetismo da população potiguar entre os maiores de 15 anos reduziu-se de 19,9%, em 2008, para 17,2%, em 2013, mas ainda é superior à nordestina (16,9%) e à nacional (8,5%), para este ano (IPEA, 2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (calculado utilizando indicadores de saúde, educação e renda) do Rio Grande do Norte era de 0,357 em 1991, saltou para 0,646 em 2010, o quarto no Nordeste, pouco abaixo do regional, no mesmo ano (0,660) e do nacional (0,726) (melhor quanto mais próximo de 1). O aumento do índice, em duas décadas, pressupõe melhorias no quadro social do Estado, nos aspectos envolvidos em seu cálculo.

A desigualdade de renda também se reduziu entre 1990 e 2013, com o Índice de Gini estadual (melhor quanto mais próximo de zero) caindo de 0,609 para 0,541, pouco superior ao índice regional (0,537) e nacional (0,527), melhoria que, em parte, pode ser explicada pelos programas governamentais de transferência de renda, incremento do salário mínimo e de formação profissional para o mercado de trabalho.

Tabela 1 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Rio Grande do Norte, Nordeste e Brasil

Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini	Rio Grande do Norte	Nordeste	Brasil
IDH (1991)	0,357	0,405	0,501
IDH (2010)	0,639	0,660	0,726
Índice de Gini (1990)	0,609	0,626	0,614
Índice de Gini (2013)	0,541	0,537	0,527

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Ipeadata. Ipea (2014).

Um aspecto relevante diz respeito às transformações demográficas no Estado. Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 2,4 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (529,5 mil) e superior a 64 anos (239,3 mil), somando 768,8 mil, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA) conforme IBGE (2010).

Quando a PIA é superior à PINA, tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo, portanto o chamado “bônus demográfico”. O Rio Grande do Norte tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, a taxa de crescimento populacional tem diminuído ao longo das últimas décadas, e ao mesmo tempo a popu-

lação idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará redução da força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas, principalmente as voltadas para formação profissional de jovens e de assistência médica e previdenciária para os mais idosos (IBGE, 2010).

Essa redução na taxa de crescimento populacional do Rio Grande do Norte ocorre em função da diminuição das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, que caem de acordo com a mesma tendência regional e nacional, e também considerando o aumento do processo de urbanização da população; pela maior presença feminina no mercado de trabalho, pelos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população.

Tabela 2 – Evolução dos Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade - Anos selecionados - Pernambuco, Nordeste e Brasil

Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade	Rio Grande do Norte	Nordeste	Brasil
Fecundidade (1991) (1)	3,1	3,4	2,7
Fecundidade (2011)	1,8	1,9	1,8
Natalidade (1991) (2)	25,8	26,8	23,4
Natalidade (2011)	15,8	16,9	15,6
Mortalidade (1991) (3)	10,1	9,4	7,7
Mortalidade (2011)	6,0	6,1	6,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2012).

Notas:

- (1) número médio anual de filhos por mulher;
- (2) número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano;
- (3) número de óbitos por 1.000 habitantes, por ano.

Em suma, pode-se afirmar que o panorama social do Rio Grande do Norte obteve melhorias no período analisado, ainda que alguns dos indicadores estudados se mostrem inferiores às médias registradas no Nordeste e no Brasil. O fortalecimento das políticas públicas é fundamental para o desenvolvimento do Estado, levando-se em conta o déficit social ainda existente e tendo em vista as mudanças demográficas ocorridas nas últimas três décadas.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2013:** síntese de indicadores. Rio de Janeiro, 2014.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad_2013>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Perfil do Rio Grande do Norte, 2012.** Disponível em: <<http://www.seplan.rn.gov.br/arquivos/download/PERFIL%20DO%20RN.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS.
Ipeadata, temas, renda. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

3 Desempenho da economia estadual

Jacqueline Nogueira Cambota

Economista. Doutora em Economia

O texto analisa a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Norte com o objetivo de mostrar o desempenho macroeconômico desse Estado no período compreendido entre 2002 e 2012, de acordo com a disponibilidade das Contas Regionais do IBGE. Destaca-se que esse indicador sintetiza a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (município, estado ou país) em um dado período de tempo. Dessa forma, quanto maior o PIB em um período, maior terá sido o nível de produção de uma economia, e sua capacidade de multiplicar riqueza.

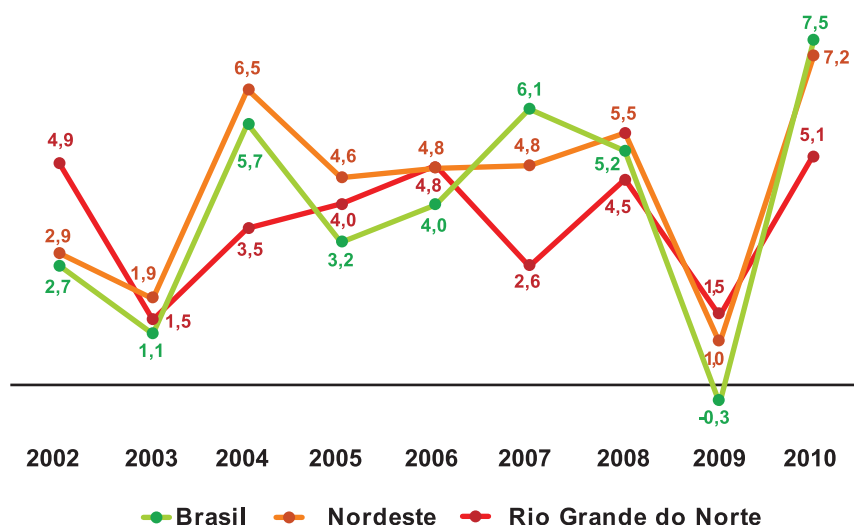
O PIB isoladamente não mostra como a riqueza gerada está sendo distribuída entre a população residente em uma região. Para isso, pode-se utilizar o PIB *per capita*, que representa o PIB dividido pela população residente no País, nas regiões geográficas ou Unidades da Federação analisadas.

O período escolhido para análise é marcado por importantes transformações econômicas e sociais no País, que afetaram notadamente o Nordeste pela significativa redução na desigualdade de renda e pobreza, mas também retrata o início da crise financeira e econômica internacional que afetou não apenas as principais economias capitalistas, mas também países em desenvolvimento como o Brasil.

Desse modo, a análise compreende dois subperíodos distintos em termos de desempenho da economia brasileira. O primeiro (2002-2008) se caracteriza por uma taxa de crescimento média anual de 4,2%, enquanto que o segundo (2009-2013), possui taxas de expansão de 2,1%, compreendendo os anos em que a economia brasileira sentiu mais fortemente os efeitos da crise financeira internacional.

No início da série histórica, o incremento do PIB do Rio Grande do Norte (4,9%) foi acima da média regional (2,9%) e nacional (2,7%). A economia do Estado continuou a registrar crescimento nos anos subsequentes embora com taxas de expansão inferiores às do Nordeste, com exceção dos anos de 2006 e 2009 (Gráfico 1).

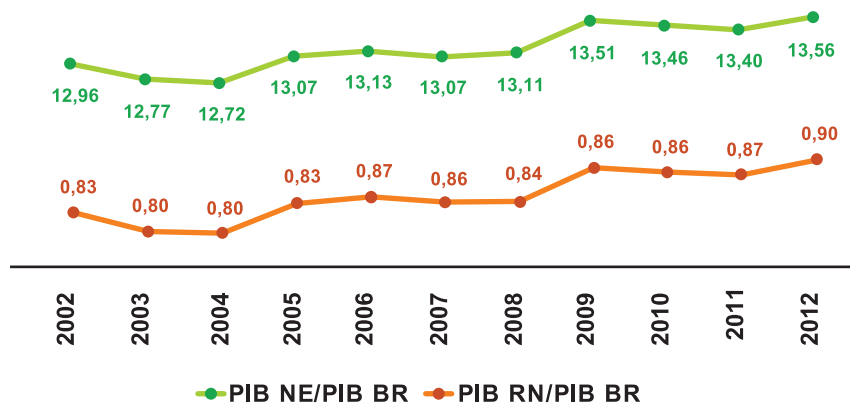
Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento do PIB - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - 2002 a 2010 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

Desde 2002, a maioria dos estados do Nordeste aumentou sua respectiva participação no PIB nacional, tendo o Rio Grande do Norte avançado 0,1 ponto percentual entre 2002 e 2012 (Gráfico 2). Esse resultado foi influenciado pela combinação de grandes investimentos públicos e privados na Região e pelos programas de transferência de renda do Governo Federal.

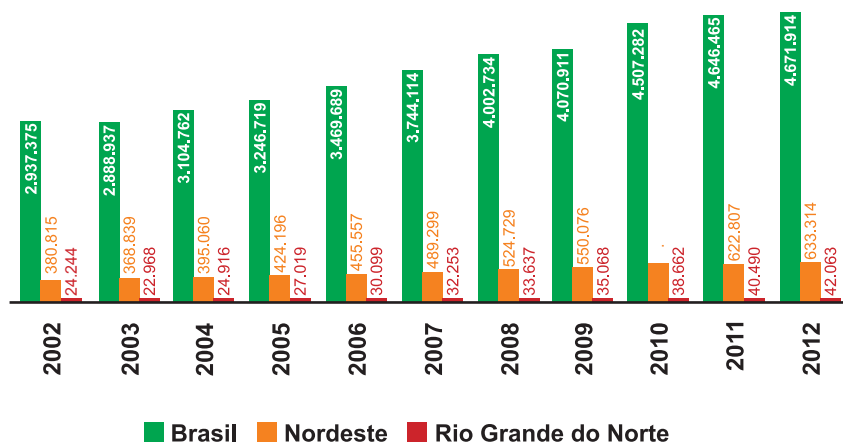
Gráfico 2 – PIB do Nordeste e PIB do Rio Grande do Norte em relação ao PIB do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

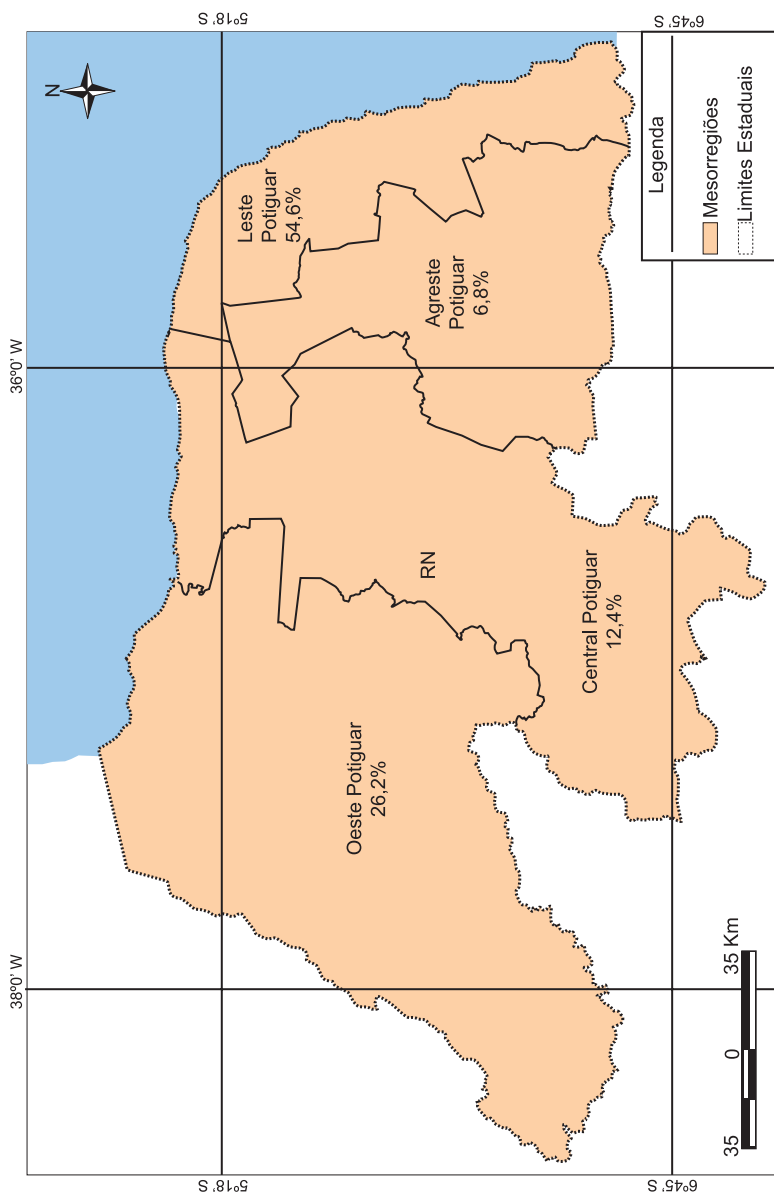
A soma de toda a riqueza produzida no Rio Grande do Norte atingiu o montante de R\$ 42,1 bilhões, em 2012, o que significou um aumento de 73,5% em relação ao valor registrado no início da série, R\$ 24,2 bilhões. Referido desempenho superou os resultados obtidos no Nordeste e no Brasil, cujas economias obtiveram incremento real de 66,3% e 59,1%, respectivamente, no período analisado (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do PIB - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - 2002 a 2012 - (R\$ milhões)



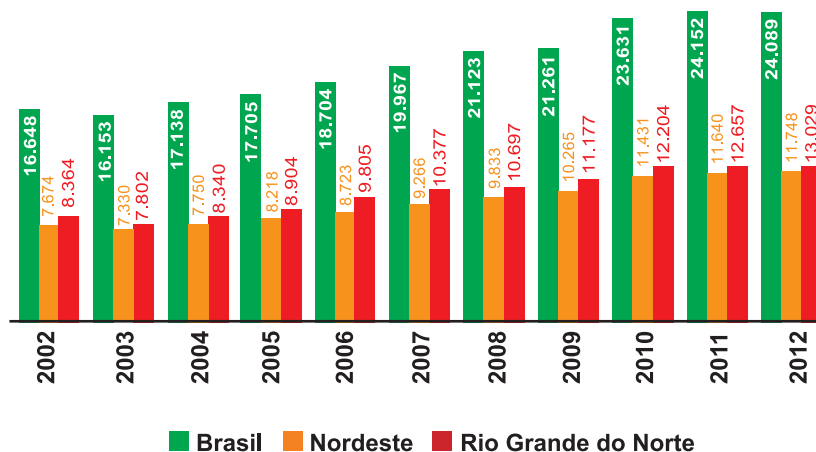
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

Mapa 1 – Participação das mesorregiões no PIB do Rio Grande do Norte

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010b).

Gráfico 4 – Evolução do PIB *per capita* - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - 2002 a 2012 - Em R\$ - (valores constantes)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

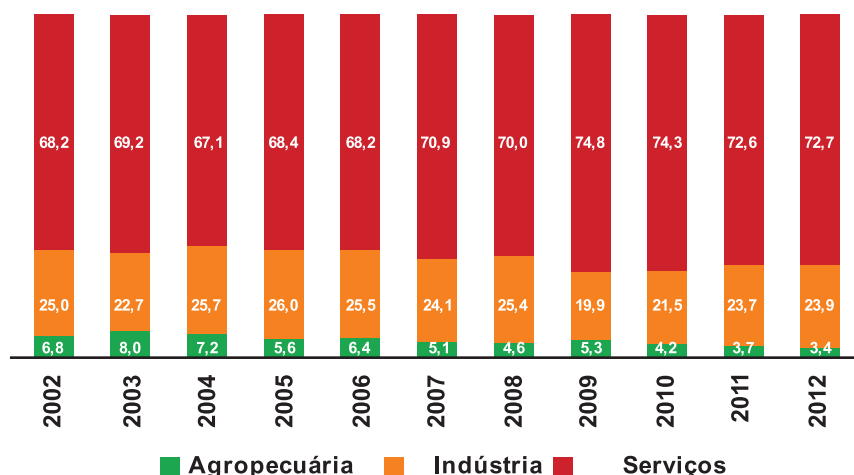
É importante registrar que o PIB do Rio Grande do Norte se distribui de forma desigual entre os territórios do Estado. A Mesorregião Leste, que abrange a área metropolitana de Natal, concentra 55,5% do PIB estadual. Seguem o Oeste (25,3%), a Central (12,5%) e o Agreste (6,7%) (Mapa 1).

Considerando o crescimento populacional, o PIB *per capita* do Rio Grande do Norte cresceu 55,8% em termos reais de 2002 a 2012, tendo superado a expansão observada no Nordeste (53,1%) e no Brasil (44,7%) (Gráfico 4). Destaca-se, ainda, que o PIB *per capita* do Rio Grande do Norte apresentou valores acima dos observados para a média regional em toda a série estudada.

A desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) mostra que as atividades econômicas do Estado estão concentradas no setor de serviços. Referido segmento vem ganhando participação desde 2002, quando respondia por 68,2% do VAB, passando para 72,7%, em 2012. Por outro lado, a indústria potiguar, segundo setor que mais contribui para o VAB, reduziu sua participação, passando de 25,0%, em 2002, para 23,9%, em 2012. A agropecuária sofreu per-

da de participação no VAB total do Estado ainda maior, 3,4 pontos percentuais nesse período (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Participação do valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços no VAB total - 2002 a 2012 - Em %



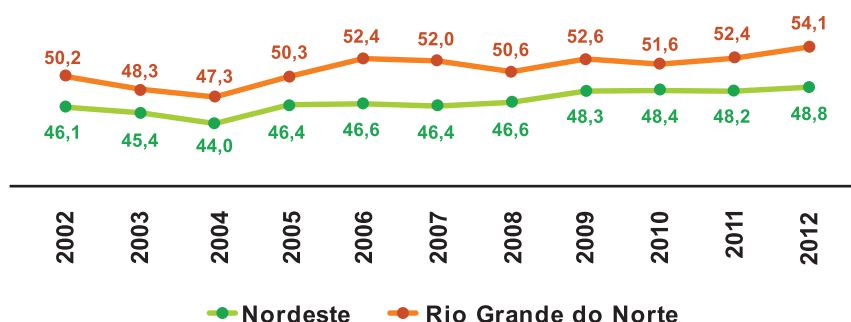
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Para uma análise da desigualdade interregional, calculou-se a proporção entre os PIBs *per capita* do Rio Grande do Norte e do Brasil, que é na verdade uma das medidas comumente utilizadas na literatura sobre desenvolvimento regional. Construiu-se também o indicador para a região Nordeste, a fim de se determinar a desigualdade do Estado em termos regionais. É importante ressaltar que quanto mais próximo de 100% menor é a diferença entre o PIB *per capita* do Estado (ou do Nordeste) em relação ao do País.

Assim, a relação PIB *per capita* do Nordeste em relação ao PIB *per capita* do Brasil aumentou de 46,1% para 48,8% no período analisado, incremento de 2,7 pontos percentuais, implicando redução da desigualdade econômica do Nordeste em relação ao País. Por sua vez, a relação PIB *per capita* do Rio Grande do Norte em relação ao PIB *per capita* do Brasil passou de 50,2%, em 2002, para 54,1%, em 2012, o que significou aumento de 3,9 pontos percentuais nessa medida, sinalizando diminuição da desigualdade do Estado em relação ao País (Gráfico 6).

O Rio Grande do Norte também incrementou a vantagem em comparação à Região, pois a relação PIB *per capita* do Estado em relação ao PIB *per capita* do Nordeste passou de 109,0% em 2002 para 110,9% em 2012. Esse resultado implica dizer que o Rio Grande do Norte mantém um PIB *per capita* superior em comparação com a média do Nordeste.

Gráfico 6 – PIB *per capita* do Nordeste e do Rio Grande do Norte em relação ao PIB *per capita* do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Portanto, a desigualdade entre o PIB do Rio Grande do Norte e do Brasil, medida pela relação PIB *per capita* (Rio Grande do Norte/Brasil), obteve considerável queda entre 2002 e 2012. A manutenção da referida tendência será condicionada pelo fortalecimento das políticas regionais, de forma que o Estado potiguar possa ser beneficiado.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Contas regionais do Brasil 2004-2008. Rio de Janeiro, 2010a.
 (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012.
 (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>

home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2011**. Rio de Janeiro, 2013. (Contas Nacionais, n. 40). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, 2014a. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/serie_2001_2014_tcu.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Malha Municipal Digital**. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 – Revisão 2008**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm> Acesso em: 11 nov. 2014.

4 Agricultura

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

Conforme comentado no capítulo sobre as características territoriais, o Rio Grande do Norte está dividido em três grandes regiões: o litoral caracterizado por clima úmido e constituído predominantemente por remanescentes da Mata Atlântica; o agreste, transição entre o litoral e o sertão, com vegetação composta por espécies da Mata Atlântica, mas principalmente por espécies da caatinga; e sertão, onde o clima é seco e as chuvas são irregulares. Esta diversidade fitogeográfica confere ao Rio Grande do Norte amplas possibilidades de produção agrícola, podendo ser encontradas exploração de cana-de-açúcar na zona da mata, cultivos de subsistência em todo o Estado e fruticultura irrigada no sertão.

A lavoura temporária é predominante no Rio Grande do Norte. Em 2012 representou aproximadamente 79,1% do valor da produção agrícola do Estado. Dentre as culturas mais importantes em termos de valor da produção destaca-se a cana-de-açúcar com 27,8% e melão com 21,5% (Tabela 2).

Entre 2002 e 2012 observou-se crescimento percentual da participação da cana-de-açúcar no valor da produção agrícola do Estado, passando de 17,4% para 27,8% (Tabela 2). O crescimento da quantidade produzida de cana no Rio Grande do Norte foi decorrente da expansão da área em 45,6%, dado que a produtividade apresentou tímido crescimento no período analisado, ou seja, 3,0%. A cana-de-açúcar é uma atividade importante no Estado também do ponto de vista de geração de postos de trabalho e geração de renda.

Com exceção da mandioca e da castanha de caju, as demais culturas que respondem pelo maior percentual do valor da produção agrícola do Estado são predominantemente produzidas em áreas irrigadas. O aumento do investimento em culturas irrigadas entre 2002 e 2012 foi decorrente da maior rentabilidade dos cultivos.

A agricultura irrigada no Rio Grande do Norte se concentra na bacia hidrográfica do Piranhas-Açu, que possui a maior capacidade de armazenamento de água do Estado. O principal perímetro irrigado do Rio Grande do Norte é o Baixo-Açu que possui um potencial de irrigação de 6.000 ha. Esse perímetro foi viabilizado pela construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no município de Açu.

As políticas públicas implantadas (melhoria na logística de transporte, incentivos fiscais e garantia de recursos hídricos) atraíram empresas multinacionais para o Vale do Açu, que por sua vez contribuíram para a difusão da prática da irrigação na região. As grandes empresas transformaram o Vale do Açu e o Rio Grande do Norte num dos maiores exportadores de frutas do País.

O cultivo irrigado de melão responde pelo segundo maior valor de produção agrícola do Rio Grande do Norte (Tabela 2), sendo essa cultura produzida por pequenos, médios e grandes produtores no polo de irrigação Açu-Mossoró, com elevado nível tecnológico.

O Rio Grande do Norte é o maior produtor nacional de melão. Entre 2002 e 2012, a cultura apresentou ampliação tanto de área colhida quanto de produtividade resultando no aumento de produção em 43,5% (Tabela 1).

Assim como o melão, a melancia também é cultivada sob irrigação no polo Açu-Mossoró, tendo sido a cultura que apresentou maior expansão de área, saindo de pouco mais de mil hectares em 2002 para quase seis mil hectares em 2012, resultando em aumento de 305,3% na produção (Tabela 1).

O abacaxi foi outra cultura irrigada que cresceu em área colhida e em produtividade (Tabela 1), tendo a cultura contribuído para a melhoria da renda de agricultores assentados no Leste Potiguar.

A mandioca ocupa a segunda maior área com lavouras temporárias no Estado, sendo produzida predominantemente por agricultores familiares. Entre 2002 e 2012 ocorreu redução da área plantada e da produtividade (Tabela 1), principalmente devido à ocorrência da seca em 2012. Mesmo assim, a cultura ainda responde por 8,2% do valor da produção agrícola do Estado (Tabela 2).

A lavoura permanente contribui com apenas 20,9% do valor da produção agrícola do Estado, destacando-se a cultura da banana, que embora tenha cedido espaço para outras culturas a exemplo

do mamão, ainda responde por 7,3% do total do valor de produção agrícola do Estado (Tabela 2).

A produção de banana, mamão e manga do Rio Grande do Norte está concentrada no polo de irrigação Açú-Mossoró que detém cerca de 60% da área colhida com banana e mamão e 50% da área de manga no Estado.

A cultura do mamão apresentou expressivo aumento da quantidade produzida e do valor da produção entre 2002 e 2012. Em 2005, o Rio Grande do Norte foi reconhecido pelos Estados Unidos como área de produção de mamão papaya autorizada a exportar para aquele país sem qualquer restrição. Em 2006, o volume exportado de mamão aumentou 20,7% em relação ao ano anterior; em termos de valor, o crescimento foi ainda mais expressivo 44,5%, situação que estimulou o investimento na cultura.

Já a cultura da manga, por sua vez, sofreu elevada queda na produção entre 2002 e 2012, resultado da redução na produtividade, tendo ocorrido também pequeno percentual de redução de área (Tabela 2). Nesse período, os produtores tiveram dificuldades na comercialização da manga devido ao excesso de oferta. O real sobrevalorizado e o aumento dos custos principalmente dos insumos agravaram a situação dos produtores. O mercado interno não conseguiu absorver a produção nordestina, pois a safra do Sudeste entra no mercado na mesma época que a safra do Nordeste. Por conta desses fatores, os tratos culturais não foram realizados a contento resultando na queda de produtividade (FAVERO, 2011).

O coco foi a cultura que apresentou maior redução da área colhida entre 2002 e 2012, equivalente a 38,7%, repercutindo em expressiva queda de produção, embora tenha ocorrido melhora no rendimento (Tabela 1).

Um dos fatores que levou à diminuição da área foram os baixos preços praticados no período que resultou na redução dos investimentos em implantação e renovação de área. A cultura possui maior concentração no litoral do Estado, destacando-se os municípios de Touros, Ceará Mirim e Baía Formosa.

Dentre as principais culturas permanentes do Estado do Rio Grande do Norte destaca-se ainda a cajucultura, sendo que a severa seca provocou queda na produtividade e consequentemente na produção de castanha em 2012 (Tabela 1).

Tabela 1 – Área colhida, produtividade e quantidade produzida das principais culturas temporárias e permanentes - Rio Grande do Norte - 2002 e 2012

Culturas	Área colhida (ha)			Produtividade (kg/ha)			Quant. produzida (ton)		
	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)
Lavoura temporária									
Cana-de-açúcar	48.980	71.296	45,6	58.110	59.863	3,0	2.846.239	4.267.958	50,0
Melão	6.771	9.062	33,8	26.843	28.778	7,2	181.760	260.782	43,5
Abacaxi (mil frutos)	3.772	4.688	24,3	25	27	7,5	93.936	125.551	33,7
Mandioca	39.909	29.078	-27,1	9.350	8.111	-13,3	373.163	235.855	-36,8
Melancia	1.080	5.841	440,8	29.350	21.993	-25,1	31.698	128.461	305,3
Lavoura permanente									
Banana	5.790	5.305	-8,4	28.244	27.734	-1,8	163.538	147.129	-10,0
Mamão	639	2.056	221,8	33.827	34.676	2,5	21.616	71.293	229,8
Castanha de caju	112.302	129.496	15,3	233	139	-40,3	26.278	18.003	-31,5
Manga	2.986	2.876	-3,7	17.073	13.271	-22,3	50.982	38.167	-25,1
Coco-da-baía (mil frutos)	33.207	20.364	-38,7	2,7	3,1	12,1	90.609	62.293	-31,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: para as culturas do abacaxi e coco-da-baía a quantidade produzida está expressa em mil frutos e a produtividade em mil frutos por hectare.

A produção de castanha de caju no Estado se concentra na microrregião de Mossoró, destacando-se o município da Serra do Mel. De acordo com (BANCO DO NORDESTE, 2009), o projeto de colonização agrícola da Serra do Mel foi implementado em 1972. Do total da sua área 25 mil hectares foram destinados ao cultivo do cajueiro, repercutindo na forte concentração da produção de castanha de caju no Estado. A região conta com minifábricas e cooperativas que facilitam a comercialização do produto.

Tabela 2 – Valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes - Rio Grande do Norte - 2002 e 2012

Culturas	Valor da produção (mil R\$)			Participação (%)	
	2002	2012	Var (%)	2000	2012
Lavoura temporária	649.720	814.866	25,4	78,4	79,1
Cana-de-açúcar	144.611	286.591	98,2	17,4	27,8
Melão	227.681	221.232	-2,8	27,5	21,5
Abacaxi	54.338	114.763	111,2	6,6	11,1
Mandioca	54.015	84.818	57,0	6,5	8,2
Melancia	18.995	66.809	251,7	2,3	6,5
Lavoura permanente	179.108	215.583	20,4	21,6	20,9
Banana	72.424	74.805	3,3	8,7	7,3
Mamão	13.140	56.362	328,9	1,6	5,5
Castanha de caju	39.479	27.003	-31,6	4,8	2,6
Manga	18.309	26.015	42,1	2,2	2,5
Coco-da-baía	27.297	20.898	-23,4	3,3	2,0

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Os números apresentados indicam uma expansão da lavoura temporária entre 2002 e 2012, principalmente das culturas mais rentáveis, a exemplo da cana-de-açúcar e de cultivos irrigados como o melão, abacaxi e melancia. Já as lavouras permanentes, com exceção do mamão, sofreram retração de produção, decorrente de problemas causados pela seca para as culturas de sequeiro e por dificuldades de comercialização para as culturas irrigadas.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Estudo da cadeia produtiva do caju e validação de metodologia para acompanhamento dos sistemas agroindustriais**. Fortaleza: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Banco do Nordeste do Brasil, 2009. 152p.

FAVERO, L. A. (Coord.). **A cultura da manga no São Francisco: limites, oportunidades e posicionamento estratégico para a cultura da manga em áreas emergentes**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 17 de nov. 2014.

5 Pecuária

Maria Simone de Castro Pereira Brainer

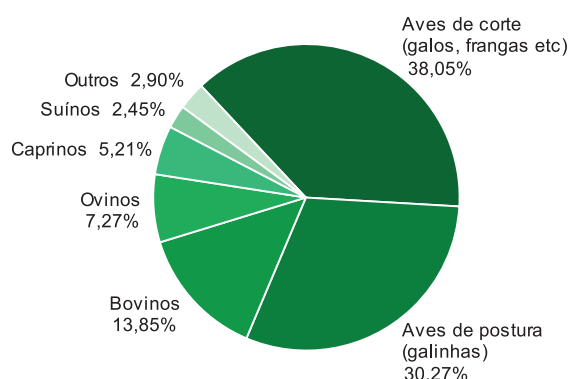
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

Luciano J. F. Ximenes.

Zootecnista. Doutor em Zootecnia

A atividade que concentrou o maior número de rebanhos no Rio Grande do Norte, entre os anos de 2000 e 2012, foi a avicultura de corte, constituindo 38,05% do rebanho efetivo do Estado ou 2.626 mil cabeças, considerando a média desse período. A essa atividade seguem a avicultura de postura, com 30,27% do efetivo total ou 2.089 mil cabeças e a de bovino, com 13,85% do efetivo total ou 956 mil cabeças. Em um segundo nível de participação relativa, destacam-se, no mesmo período, os ovinos, caprinos e suínos, com participação respectiva de 7,27%, 5,71% e 2,45% e média de rebanho de 502 mil cabeças de ovinos, 394 mil cabeças de caprinos e 169 mil cabeças de suínos, respectivamente. Em último nível de representatividade, existem as demais criações que, somadas, respondem por 2,40% do rebanho total, constituídas pela criação de asininos, codornas, equinos e muares (Gráfico 1 e Tabela 1).

Gráfico 1 – Proporção média dos rebanhos efetivos por espécie - 2000 a 2012



Fonte: IBGE (2014).

Cada um desses rebanhos participa com menos de 6% dos respectivos rebanhos da Região Nordeste. De forma semelhante, é pouco expressiva a participação do leite, mel e ovos (galinha e codorna) no Rio Grande do Norte em relação ao Nordeste, visto que não alcançou 8%, em todo o período estudado (Tabela 5). Apesar disso, observa-se que algumas dessas atividades continuam dinâmicas, a exemplo da avicultura, ovinocultura, caprinocultura, pecuária leiteira e apicultura (Tabelas 4 e 5).

Esse dinamismo pode ser consequência da soma de várias ações com o objetivo de fortalecer a pecuária no Rio Grande do Norte, como o Programa do Leite do Governo do Estado; as pesquisas da Embrapa Caprinos; e o Programa Balde Cheio, desenvolvido pelo Sebrae em parceria com o Banco do Nordeste e prefeituras dos municípios integrantes.

A bovinocultura do estado do Rio Grande do Norte, como em boa parte do semiárido, é composta de animais mestiços de dupla aptidão, resultado do cruzamento de raças zebus com outras europeias. Aproximadamente 22% do rebanho bovino é composto por raças especializadas para corte, a exemplo da raça nelore.

5.1 Avicultura

Entre 2000 e 2012, a avicultura de corte cresceu 22,22%, a de galinhas para produção de ovos aumentou em 13,43% e a de codorna foi a que mais cresceu, 62,37%. Em consequência, a produção de ovos de galinha cresceu 48,56% e a de ovos de codorna, 443,90%.

Pesquisa realizada pelo Banco do Nordeste (OLIVEIRA et al., 2008) indicou que a avicultura do Estado é desenvolvida, principalmente, nas regiões de Natal, Trairi e Mossoró. Na região próxima a Natal há os maiores plantéis avícolas, destacando-se os municípios de Parnamirim, Natal, Ceará-Mirim, Nísia Floresta e Taipu. No vale do Trairi, existe a presença da Empresa Guaraves, integradora com sede em Guarabira (PB), que estabeleceu a Parceria Avícola do Vale do Trairi, com 67 produtores associados no Rio Grande do Norte, explorando 226 galpões com produção estimada de 10 milhões de aves por ano. O projeto era desenvolvido (na época da pesquisa, 2008), em conjunto com o Ministério da Integração,

Banco do Nordeste, Sebrae, Prefeitura Municipal e Associação de Desenvolvimento Comunitário do Trairi. Os municípios com maiores contingentes avícolas associados à Guaraves são: Santa Cruz, Sítio Novo e São José do Campestre. A integradora dispunha de abatedouro próprio, localizado em Parnamirim, próximo a Natal. Os principais canais de distribuição eram compostos por supermercados, mercadinhos, frigoríficos e outras unidades varejistas. No município de Ceará-Mirim existia a Associação de Micro e Pequenos Comerciantes Hortifrutigranjeiros de Ceará-Mirim (ASPECH), com abatedouro industrial de aves (AVIGUIA, 2007). Na região de Mossoró, a avicultura era desenvolvida por produtores independentes, que se dedicavam à produção de frangos e ovos, quase toda destinada ao abastecimento local. Os principais produtores eram:

- a) Nibrave: produz frangos de corte; está arrendada à Granja Regina do Estado do Ceará;
- b) Granja Aviforte: que produzia ovos com a marca Forte Gema e com criatório de, aproximadamente, 240 mil aves. A produção de ovos era consumida pelo comércio de Mossoró e região;
- c) J. Odílio: alojava cerca de 38 mil aves, cuja produção de ovos era consumida por Mossoró e, ainda, insuficiente para atender à clientela já conquistada, e;
- d) Antônio Joilson: avicultor, com aproximadamente 10 mil aves.

A pesquisa observou que, de modo geral, o modelo de integração predominava nos estados da Bahia e de Pernambuco, além de forte presença na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Piauí e em Alagoas. Esse modelo funcionava satisfatoriamente e, na Bahia, a sua adoção representou um marco na avicultura estadual, que, desde então, apresenta acentuado desenvolvimento. Contudo, observou-se a existência de alguns conflitos no relacionamento entre integrados e integradora (OLIVEIRA et al., 2008).

A atividade avícola no Nordeste poderá ser mais dinamizada com a adoção de algumas medidas a serem aplicadas pelo poder público ou pela iniciativa privada, dentre as quais foram sugeridas pelo Banco do Nordeste/ETENE, já em 2008, segundo Oliveira et al. (2008):

- a) Incentivo ao melhoramento da infraestrutura de transporte entre as áreas produtoras de grãos (cerrados dos estados do Maranhão, do Piauí e da Bahia) e as regiões metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador, com especial atenção para a Ferrovia Transnordestina;
- b) Ampliação da capacidade de armazenamento de grãos, especialmente nas áreas produtoras dos cerrados;
- c) Reativação do Programa Regional de Produção de Sorgo e Milheto como forma de aumentar a oferta de grãos que possam complementar ou substituir a participação do milho na formulação de rações e diminuir a volatilidade da produção de grãos dos estados com maior presença de semiárido em seu território;
- d) Articulação da produção de grãos da agricultura familiar – nas áreas vocacionadas – com as associações de avicultura, assegurando-lhe mercado e abastecimento;
- e) Análise da viabilidade de instalação de unidade de beneficiamento de ovos, que poderia utilizar como matéria-prima o ovo integral, a gema ou a clara, produzindo ovo em pó e diversos outros produtos para a indústria alimentícia regional ou outras finalidades;
- f) Realização de pesquisas que abordem questões de ambiente, tecnologias de ração (visando especialmente à utilização de produtos regionais), tecnologias de produtos e sistema de distribuição da produção;
- g) Pesquisas que voltadas para utilização de energias alternativas ou eficiência energética no SAG da avicultura (unidades de criação e/ou frigoríficos);
- h) Apoio aos investimentos que contribuam para a redução dos resíduos potencialmente poluentes (sólidos e líquidos);
- i) Estímulo à integração dos atores do SAG da avicultura regional para possibilitar maior poder reivindicatório em questões de interesse comum, como a Transnordestina, a oferta de grãos, o controle sanitário etc;

- j) Estímulo à participação dos pequenos avicultores comerciais integrados nas associações representativas da atividade;
- k) Desenvolvimento de ações para melhorar a qualidade do produto regional, de modo a alcançar padrões de exigência internacionais e escala que possibilitem o acesso ao mercado externo;
- l) Intensificar a fiscalização sanitária dos pontos de venda de frango abatido e frango assado, com uma ação paralela de apoio à melhoria das instalações desses empreendimentos;
- m) Inserção plena do Nordeste nas ações do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA);
- n) Disseminação dos procedimentos de biossegurança entre todos os avicultores, independentemente do tipo de avicultura praticado (comercial ou familiar);
- o) Apoio à capacitação dos técnicos das empresas estaduais de assistência técnica em avicultura;
- p) Implementar mecanismos ágeis de concessão de crédito, com diferenciação, na análise, por tipo de cliente (de modo a agilizar o atendimento dos pleitos dos clientes tradicionais na atividade e no Banco);
- q) Abertura da possibilidade de financiamento, pelo BNB, de empreendimentos avícolas organizados sob outras formas que não a produção integrada;
- r) Desenvolvimento de mecanismos de mediação das relações entre as agroindústrias e os criadores de frango, nas áreas em que predomine a produção integrada.

No plano nacional, a avicultura é talvez o maior exemplo de que a coordenação de um sistema agroindustrial é um “insumo” fundamental para o sucesso dos seus integrantes. Espera-se que, mais do que se debruçarem sobre os pontos específicos acima listados, os atores do sistema agroindustrial da avicultura nordestina demonstrem ser capazes de, no âmbito regional, coordenarem de modo igualmente eficiente a atividade.

5.2 Bovinocultura

O Rio Grande do Norte tem rebanho bovino superior a 900 mil animais, sendo as microrregiões Oeste (35,76%) e Central Potiguar (27,14%) concentram mais de 63% do plantel bovino. Os municípios com maiores rebanhos dessas áreas são Mossoró (24,4 mil animais) e Caicó (31,2 mil cabeças), respectivamente (IBGE, 2014). Os bovinos têm predominantemente dupla aptidão (leite e carne), composto por animais mestiços com maior grau de sangue de raças zebus, cruzados com raças leiteiras especializadas.

5.2.1 Bovinocultura leiteira

A bovinocultura leiteira constitui importante fonte de renda na propriedade, contribuindo para a manutenção do produtor no campo. No período de 2000 a 2012 a quantidade de vacas ordenhadas aumentou 22,40%, a produção de leite aumentou 36,66% e o acréscimo na produtividade foi de 11,65%. A produtividade das vacas no Rio Grande do Norte ao longo desse período esteve sempre acima da produtividade do Nordeste.

O BNB/ETENE realizou estudo que identificou áreas vocacionadas para produção de bovinos leiteiros e de corte em sistema de produção a pasto, no sentido de reduzir o risco do financiamento, dentre outras justificativas (EVANGELISTA et al., 2010). As áreas foram segmentadas em quatro grupos (1, 2, 3 e 4) e esta sequência indica áreas de maior a menor vocação, sejam para pecuárias de leite ou de corte, sendo os grupos 3 e 4 não vocacionados. Os municípios estudados respondem, quase sempre, por mais de 96% da produção de leite dos seus estados. Apenas o Piauí (84%), a Paraíba (86%) e o Rio Grande do Norte (94%) apresentam valores abaixo dessa moda. Considerando-se os grupos 1 e 2 conjuntamente, tem-se os estados de Alagoas (54%), Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe (com percentuais de 43% a 47%) como os que classificaram percentualmente mais dos seus municípios nas classes de produção especializadas. Outro ângulo de análise é proporcionado pela produção de leite por habitante. Desconsiderando-se Minas Gerais e o Espírito Santo, três estados (Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte), no triênio final apresentaram uma

produção *per capita* maior que a média regional (no triênio inicial, apenas dois estados tinham essa característica).

O Governo do Estado criou o Programa do Leite para suprir comunidades mais carentes, alcançando o menor índice de desnutrição e a menor taxa de mortalidade infantil do País. Além disso, garante a compra do leite todos os meses de milhares de pequenos produtores, gerando ocupação e renda ao homem do campo, já que todo o leite pasteurizado tipo C (145 mil litros de gado e 10 mil litros de cabra) entregue à população é adquirido de produtores locais. A partir do Programa, tem havido maior dinamismo na atividade leiteira, com a melhoria do rebanho e da produtividade (RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

5.2.2. Bovinocultura de corte

Em relação à bovinocultura de corte, pesquisa realizada pelo BNB/ETENE (SANTOS et al., 2012) confirma que os municípios que apresentavam maiores contingentes de bovinos para corte eram: Taipu e Nova Cruz (10 mil, cada), Ielmo Marinho e Macaíba (7 mil, cada), Santo Antonio, Monte Alegre, Serrinha, São Gonçalo do Amarante e João Câmara (5 mil cada) e São Pedro (4 mil). Entre os produtores entrevistados, foram observados os seguintes índices zootécnicos: taxa de descarte de 10%; idade de abate de 3 a 4 anos; taxa de parição de 80%; peso de novilhos no abate na ampla faixa de 320 a 600 kg (vivo) – 10,7 a 20 arrobas (carcaça); e o rendimento de carcaça média é de 50% e de vacas e bois locais de 45%. Dos animais provenientes do Pará ou em regime de engorda intensiva, o rendimento de carcaça situa-se em 55%. Os animais para recria, aos 18 meses de idade, têm um peso vivo entre 8 a 10 arrobas. Os municípios potiguares Ceará-Mirim, (raça Guzerá), Touros, Macaíba e São José de Mipibu (raça Nelore), além de Monte Alegre e Vera Cruz (raças Nelore e Guzerá) foram destacados pelos entrevistados como os principais selecionadores de bovino de corte do Estado.

Como o bioma que cobre a maior parte das áreas do Rio Grande do Norte é constituído pela Caatinga, decorrente do clima semiárido equatorial, o criatório bovino é ajustado a essas condições. A baixa capacidade de suporte se reflete nos índices de produtividade e na necessidade de manutenção de reserva estra-

técnica alimentar sob a forma de capineiras irrigadas, bancos de proteínas, silagem, feno e outros, para enfrentar os longos períodos de estiagens. Foram entrevistados pelos técnicos do BNB/ETENE, três produtores representativos da região semiárida, os quais utilizam o sistema de pasto a campo para a manutenção do rebanho, complementando com forragens verdes (capim elefante, cana-de-açúcar, sorgo, palma, capim-andrequicé); energéticos (farelo de milho e de trigo); suplemento proteico (torta de algodão, casquinha de soja, farelo de soja); além de silagem e sais mine-rais. Os entrevistados declararam dispor de reservas estratégicas para épocas mais carentes de forragens verdes, na forma de silagem, capineiras irrigadas, palma e sorgo.

Um desafio importante observado na pesquisa é que na “cadeia” da carne bovina do Rio Grande do Norte a informalidade é elevada. Na época do trabalho, a situação geral do Rio Grande do Norte para o segmento de abate bovino é crítica, não atendendo aos mínimos padrões de higiene e sanidade. Existiam abatedouros em 77 municípios do Estado. Destes, 63 não tinham padrões sanitários satisfatórios, abatendo de 10 a 15 cabeças por semana e trabalhando sem a licença estadual, que é concedida pelo órgão estadual responsável pela sanidade e qualidade dos produtos de origem animal: Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (Idiarn). Para fechar os matadouros municipais, têm sido feitas parcerias com o Ministério Público do Estado. São realizados abates clandestinos no município de Natal e nos circunvizinhos sem nenhuma fiscalização ou inspeção veterinária. O Ministério Público estadual realizaria ações junto a varejistas, como hotéis, restaurantes, lanchonetes e outros estabelecimentos, para identificar a origem da carne utilizada, com o objetivo de induzir a utilização de carne com padrões sanitários compatíveis com as exigências da legislação vigente. Prevê-se também a fiscalização dos supermercados, mercadinhos e açougues.

Por força de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Emater construiu o abatedouro em João Câmara, que foi enfocado pela equipe de pesquisa. Enquanto o Ministério da Agricultura liberou a planta, a Emater executou as obras, sendo posteriormente licenciado pelo Idiarn. O matadouro gerenciado pela Associação dos Marchantes de Bovinos e Animais de Pequeno Porte de João Câmara (Ambape) recebeu certificação de inspeção

estadual pelo Idiarã e se constituiu no resultado de uma parceria, em forma de comodato, entre o Governo do Estado, a Prefeitura de João Câmara e os criadores, formalizada em 8 de setembro de 2009, contando com 54 associados. Estimou-se que, dos animais abatidos no Ambape, 40% são oriundos da própria região de Mato Grande, onde se insere o abatedouro; 40% de outras regiões do Rio Grande do Norte e 20% dos estados do Pará e/ou do Maranhão. Este abatedouro é prestador de serviços, cobrava R\$ 60,00 por animal abatido.

A Cia. Frigorífico Potengi é uma sociedade anônima localizada em Parnamirim, de propriedade de grupo local dedicado à distribuição de medicamentos e ao criatório bovino. O frigorífico tem capacidade para abater 300 bois/dia, mas, no máximo, alcançou 60% da capacidade instalada, ou seja, 180 bovinos. Há poucos anos, segundo informações repassadas aos técnicos do BNB/ETENE, o frigorífico suspendeu os abates e alugou para terceiros algumas câmaras frias. Agora, com a implementação coordenada do combate ao abate clandestino, o frigorífico espera reativar as câmaras. O Frigorífico Potengi tinha como principais supridores de bovinos os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso, que, juntos, o supriam em 90%, enquanto o estado do Rio Grande do Norte participava com 10%. À época, o frigorífico adquiria carcaças e peças de frigoríficos instalados nos estados do Pará (principal fornecedor), do Maranhão, de Tocantins e de Mato Grosso, para produção de carne-de-sol e charque.

O mercado consumidor de carne bovina do Rio Grande do Norte foi dimensionado em torno de 105 mil toneladas anuais. A oferta estadual era estimada em 32 mil toneladas provenientes do abate de 185 mil bovinos. Verificou-se, assim, o déficit de aproximadamente 73 mil toneladas, supridos pelos abates realizados em outros estados, sobretudo do Pará, do Maranhão, de Tocantins, de Goiás e de Mato Grosso (SANTOS et al., 2012).

5.3 Caprinos e ovinos

Os ovinos e caprinos estão em quarto e quinto lugares em termos de rebanhos mais populosos do Estado, respectivamente. São animais mais resistentes à estiagem, consomem relativamente menos água e alimento, são de mais fácil manejo e de menor custo, muito embora com rendimentos econômicos mais baixos. Contudo, são de fácil liquidez e se constituem em importante reserva econômica nos períodos mais críticos do ano, tanto para o autoconsumo como a venda.

Essas podem ser algumas das explicações para o decréscimo de 190 mil cabeças de bovinos entre 2011 e 2012, levando a um menor crescimento de 6,75%, no período de 2000 a 2012. O crescimento do rebanho ovino no mesmo período de 2000 a 2012 foi de 43,33% e o crescimento do rebanho caprino foi de 18,13%.

O leite de cabra está tendo cada vez mais aceitação e valorização em um negócio formado de públicos diferenciados. O mercado está subdividido em venda de leite fluído, leite em pó, queijos, doces e iogurtes. A produção nacional está concentrada principalmente nos estados da Região Nordeste, Sul e Sudeste. Na Região Nordeste, as maiores produções de leite de cabra são encontradas nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte

Conforme estudo realizado pelo BNB/ETENE, iniciativas institucionais, privadas e individuais têm obtido sucesso em alguns estados da região Nordeste do Brasil. Os programas dos Governos da Paraíba e do Rio Grande do Norte são exemplos que alcançaram êxito, mercê da intervenção do Governo, comprando o leite caprino para a merenda escolar e firmando parcerias com outras instituições. Essas ações governamentais transformaram a realidade de diferentes municípios, onde praticamente não era produzido o leite caprino. O estado do Rio Grande do Norte foi o pioneiro neste tipo de ação, transformando áreas sem tradição na produção de leite de cabra, em importantes bacias leiteiras, gerando renda e emprego no meio rural. Os programas governamentais de estados como a Paraíba e o Rio Grande do Norte, em parceria com o Programa Fome Zero do Governo Federal, foram os principais responsáveis pelo aumento da produção e melhoria da qualidade do leite caprino. Esses programas, através de convênios ou

de cooperativas locais, promovem a organização dos produtores, prestam orientação e assistência técnica e adquirem a produção para atender a demanda da merenda escolar. As raças de aptidão leiteira, exploradas pela maioria dos produtores, são: a Saanen, a Parda Alpina, Alpina Britânica, a Togemburg, a Anglo-Nubiana e seus respectivos mestiços. A base da alimentação desses plantéis é a pastagem cultivada, complementada com ração balanceada. Poucos produtores de leite fazem reserva alimentar, à base de silagem e feno. Há de se registrar, no entanto, que alguns dos médios e grandes produtores de cabras leiteiras abandonaram a atividade, alegando que os custos de produção estavam em patamar superior, na maioria dos casos, aos preços pagos pelo Programa do Leite, dos governos estaduais (NOGUEIRA FILHO, et al., 2010).

A falta de regularidade e qualidade da carne ofertada enseja a importação como forma de complementar a oferta para atender a crescente demanda de consumidores dos grandes centros urbanos que descobriram na carne desses pequenos ruminantes uma fonte de proteínas saudáveis e com a vantagem adicional de possuir menor teor de gordura indesejável. A cada ano surgem novos restaurantes e novos pratos, fomentando o consumo, ao mesmo tempo em que revela a precariedade e falta de profissionalismo ainda prevalente no sistema de produção nordestino do segmento. Este fato pode ser ilustrado pelo uso de carne de ovinos em pratos que no cardápio constam como sendo de carne caprina, gerando descrédito e insatisfação para consumidores mais exigentes (NOGUEIRA FILHO et al., 2010).

5.4 Apicultura

A *produção* de mel obteve o considerável crescimento de 137,45% no período de 2000 a 2012, aumentando também sua participação relativa regional e nacional. A parcela majoritária da produção de mel do Rio Grande do Norte provém do município de Apodi. Porém, a produção da Serra do Mel, Mossoró e João Câmara declinaram durante esse período analisado. Vale destacar que mais de 90% da produção de mel provém do semiárido, confirmando que essa região poss

ui condições favoráveis para a produção de mel, aumentando o leque de atividades a serem desenvolvidas onde há baixa disponibilidade de recursos hídricos, conforme pesquisa realizada pelo BNB/ETENE (KHAN et al., 2012).

Ainda de acordo com este trabalho, em relação à oferta de equipamentos e de insumos, apenas uma empresa fabrica colmeias. A maioria dos apicultores e suas associações compram as colmeias fabricadas no Ceará e as máquinas e implementos, em São Paulo. Nos estados visitados, observou-se ainda a presença de fábricas informais de colmeias, com produção fora dos padrões de qualidade recomendados. O Estado conta com uma única empresa de exportação de mel. Esta empresa compra o mel de intermediários e dos próprios apicultores através de seus representantes. Os cooperados realizam suas vendas através das cooperativas e estas, por sua vez, vendem o produto adquirido para representantes de empresas exportadoras de outros estados, como São Paulo, Santa Catarina, dentre outros.

Observou-se ainda, no Nordeste, a destinação do mel para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O mel adquirido via PAA é destinado à merenda escolar para alunos de escolas públicas, creches, hospitais públicos e Organizações Não Governamentais (ONGs), entre outros. A participação dos apicultores, particularmente, dos pequenos produtores nesse Programa, oferece uma oportunidade de expansão do mercado de mel, além de assegurar a aferição regular de renda. As alternativas de canal de comercialização que envolvem a distribuição da produção para o mercado externo são menores. Os elos consistem basicamente no apicultor, entreposto, associações ou cooperativas e instituições certificadoras. As associações rurais existentes em Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte são, na realidade, provenientes dos dos assentamentos rurais. Nas localidades onde existe facilidade de beneficiamento nos entrepostos e venda do mel diretamente para as empresas, os apicultores não participam de nenhum tipo de organização.

Apesar das dificuldades, a pesquisa nos estados nordestinos mostrou que, em geral, a aparência do mel comercializado na região satisfaz as exigências dos consumidores. A maioria dos en-

trevistados considerou a aparência do mel comercializado como boa (64,8%). Segundo os resultados, na Bahia e no Rio Grande do Norte encontra-se o maior percentual de mel que, segundo a opinião dos entrevistados, apresenta excelente aparência. A maior heterogeneidade nas respostas foi verificada no estado do Ceará e no Rio Grande do Norte, permitindo intuir o baixo nível de padronização do produto, que é um fator que contribui para uma menor competitividade da cadeia produtiva.

5.5 Considerações finais

A bovinocultura de corte do Rio Grande do Norte apresenta como principais desafios.

- a) as condições edafoclimáticas do semiárido, que não são favoráveis à exploração pecuária especializada de corte, de forma a possibilitar produtividade comparável à de outras regiões brasileiras produtoras. Assim, requer investimentos, a exemplo da logística de transporte, que melhore a oferta de insumos concentrados (farelo de soja e milho);
- b) a ocorrência periódica de secas causa grandes prejuízos aos pecuaristas, implicando em maior custo para a provisão de alimento para as épocas críticas, como a produção e conservação de silagem;
- c) a produção intensiva de gado de corte figura incapaz de competir com o sistema extensivo de outras regiões especializadas, que produzem a pasto, até porque falta ao Estado a produção de grãos (milho, soja, trigo dentre outros) que, normalmente, são utilizados na fase de engorda;
- d) índices produtivos do gado bovino de corte (11,5 arrobas) são inferiores aos observados nas principais áreas produtoras do País (16/18 arrobas). Neste aspecto, evitar a sazonalidade de oferta de alimento em todas as fases de produção e de reprodução é imperativa para o bom desempenho ponderal dos animais do nascimento ao abate;

- e) o rebanho bovino potiguar é de pequena dimensão, em relação à demanda de novilhos para abate. Entenda-se que a produção de animais mestiços de dupla aptidão pode suprir o mercado local, a exemplo, “da vaca de leite e bezerro de corte”;
- f) alta densidade populacional e as exigências sociais de repartição fundiária deverão, cada vez mais, reduzir o tamanho das propriedades rurais, que buscarão formas mais intensivas de produção agropecuária;
- g) o segmento de abate bovino é crítico, dos 77 abatedouros existentes nos municípios do Estado, 63 não têm padrão sanitário satisfatório, trabalhando sem a licença estadual concedida pelo Idiam.

O desenvolvimento da ovinocaprinocultura nordestina demanda o enfrentamento de profundas contradições, evidenciadas na confrontação dos requisitos do mercado formal com a dinâmica da atividade tal como ela se apresenta na Região. O mercado formal requer uma ampliação na oferta de carnes, peles e leite (caprino) com observância de requisitos de volume, qualidade e regularidade que só podem ser atendidos mediante aplicação de recursos financeiros, tecnológicos, logísticos e institucionais específicos e dispendiosos. As cadeias produtivas dos produtos destas espécies, mesmo desorganizadas, envolvem soma expressiva de recursos, gerando emprego e renda para um número significativo de agricultores familiares em todo o território do Nordeste, incluindo o setor de peles, carnes, matrizes e reprodutores, além de fornecer suprimento proteico a milhares de famílias de baixa renda, a preços relativamente acessíveis. A pesquisa mostrou que o próprio mercado formal de carnes caprina e ovina (supermercados, açougues e principalmente restaurantes), se associa ao mercado informal, adquirindo carnes caprinas e ovinas tanto de frigoríficos fiscalizados como de marchantes e abatedouros informais. Identificou-se, ainda, a existência de uma grande diversidade no perfil dos marchantes, não sendo raros os casos de intermediários estabelecidos de longa data, que prezam pela qualidade das carnes oferecidas à sua freguesia, zelando pela higiene e apresentando um relativo padrão e uniformidade nos cortes em contraste com aqueles que não adotam cuidados com o ambiente de abate, as condições de higiene e com a uniformidade dos produtos. Identificar e melhorar

as condições higiênicas de estabelecimentos informais que adotam práticas de abate e comercialização adequadas e certificá-los como produtores artesanais, com inspeção municipal, poderia ser uma medida mais eficaz, no médio prazo, para tornar a cadeia produtiva local menos vulnerável. Talvez, esse seja o passo inicial mais adequado, preferível a simplesmente combatê-los e fechá-los. Os estabelecimentos formais, por sua vez, para preservar a competitividade frente ao produto artesanal, podem se espelhar nas bem-sucedidas experiências das compras institucionais do leite de cabra que, seguramente, é o segmento da caprinocultura que mais avançou nos últimos anos, especialmente no Rio Grande do Norte e na Paraíba.

Para a arte da produção de mel com abelhas africanizadas, apicultura, a pesquisa promovida pelo BNB/ETENE (KHAN et al., 2014), indicou que para que esta atividade seja eficiente, exige do produtor conhecimento sobre biologia do inseto (abelha), sobre os instrumentos utilizados, a escolha da área ideal para instalação do apiário e manejo adequado, principalmente no período seco do ano. Observou-se que, para o apicultor familiar, a ausência ou insuficiência de assistência técnica tem reflexos não apenas na qualidade do mel, mas também em sua reduzida produtividade e, consequentemente, na rentabilidade da atividade apícola. A melhoria da educação básica municipal teria papel fundamental na melhoria do manejo desta atividade por parte do apicultor. É uma atividade formidável, sustentável, cujos produtos são reconhecidamente benéficiais à saúde. Na apicultura nordestina, os maiores entraves ocorrem na área de observância das normas sanitárias, contribuindo para que o apicultor ou o estabelecimento processador mantenha suas atividades em completa informalidade. Por outro lado, a fragilidade dos serviços de inspeção ajuda a manter essa informalidade e se torna um fator agravante para a manutenção do padrão internacional do mel brasileiro. O setor apícola nordestino possui carência de entrepostos de beneficiamento devidamente equipados e de casas de mel que atendam as exigências legais. Por fim, os grandes desafios da produção de mel no Nordeste são: a melhoria do nível tecnológico, das práticas de manejo por meio de maior capacitação e da organização dos produtores; o estímulo à diversificação da produção e à exploração dos demais produtos apícolas; a elevação dos investimentos na produção de mel orgânico e de investimentos em instrumentos de certificação; e, principalmente, a adequação

das casas de mel às exigências do mercado e às normas do Ministério da Agricultura.

Tabela 1 – Principais rebanhos existentes no Rio Grande do Norte - 2000 a 2012

Tipo de rebanho	Efetivo dos rebanhos (mil cabeças)		Variação (%)	Média (mil cabeças)	Proporção média (%)	Participação do Nordeste
	2000	2012				
Galos, frangas, frangos e pintos	2.075	2.536	22,22	2.626	38,05	3,00
Galinhas	1.840	2.087	13,43	2.089	30,27	5,31
Bovino	804	858	6,75	956	13,85	3,57
Ovino	390	559	43,33	502	7,27	5,57
Caprino	325	384	18,13	394	5,71	4,49
Suíno	131	173	32,20	169	2,45	2,53
Asinino	60	51	-15,31	58	0,84	5,66
Codornas	28	46	62,37	45	0,65	3,83
Equino	39	44	15,11	42	0,61	3,01
Muar	21	21	-0,48	21	0,30	3,19

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 2 – Evolução dos produtos de origem animal

Tipo de produto	Produção de origem animal		Variação (%)
	2000	2012	
Leite (mil litros)	144.927	198.052	36,66
Ovos de galinha (mil dúzias)	23.912	35.524	48,56
Ovos de codorna (mil dúzias)	123	669	443,9
Mel de abelha (quilogramas)	171	406	137,47
Leite (RN/NE)	6,71	5,66	-15,73
Ovos de galinha (RN/NE)	6,11	6,75	10,43
Ovos de codorna (RN/NE)	1,49	4,3	188,83
Mel de abelha (RN/NE)	4,56	5,28	15,59

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 3 – Quantidade de vacas ordenhadas, quantidade de leite e produtividade das vacas - 2000 a 2012

Ano Região/Estado	2000	2012	Variação (%)
	Vacas ordenhadas (cabeças)		
Nordeste	3.413.365	4.493.504	31,64
Rio Grande do Norte	177.636	217.426	22,40
Participação RN/NE	5,20	4,84	-7,02
Leite (mil litros)			
Nordeste	2.159.230	3.501.316	62,16
Rio Grande do Norte	144.927	198.052	36,66
Produtividade (litro/vaca)			
Nordeste	633	779	23,18
Rio Grande do Norte	816	911	11,65

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Referências

EVANGELISTA, F. R.; BRAINER, M. S. C. P.; NOGUEIRA FILHO, A. **Identificação de áreas vocacionadas para as pecuárias de leite e de corte no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 148 p. (Série Documentos do ETENE, n. 26).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção pecuária municipal**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

KHAN, A. S. et al. **Perfil da apicultura no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 246 p. (Série Documentos do ETENE, n. 33).

NOGUEIRA FILHO, A.; FIGUEIREDO JÚNIOR, C. A.; YAMAMOTO, A. **Mercado de carne, leite e pele de caprinos e ovinos na área de atuação do BNB**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 128 p. (Série Documentos do ETENE, n. 27).

RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. **Programa do leite**. Disponível em: <http://www.portal.rn.gov.br/content/aplicacao/govrn/acoes_de_governo/enviados/acoes_detalhe.asp?nCodigo=9>. Acesso em: 27 nov. 2014.

SANTOS, J. A. N. et al. **A agroindústria da carne bovina no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 450 p. (Série Documentos do ETENE, n. 31).

6 Carcinicultura

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

Luciano J. F. Ximenes

Zootecnista. Doutor em Zootecnia

Dentre as diversas explorações aquícolas, a carcinicultura é uma das que mais tem crescido no Nordeste do Brasil, que é o maior produtor nacional de camarão cultivado, com 92,0% do total de fazendas e 99,3% da produção do País. A carcinicultura hoje é versátil na demanda de água, pois o sistema de produção pode ser instalado tanto no litoral quanto no continente, tendo em vista que a espécie *Litopenaeus vannamei*, predominante nos cultivos, suporta salinidade de 0 a 70 ppm. A captação de água pode ser marinha, estuarina ou de água doce (rios, poços). É uma atividade que não depende diretamente da ocorrência de chuvas, ao contrário da agricultura. Além disso, fazendas estão em áreas não adequadas para a agropecuária e o crescimento da produção na região representou uma opção de renda para os pequenos produtores, inclusive, de emprego formal para mão de obra não qualificada.

A atividade, apesar de consolidada, é recorrente em desafios. Atualmente voltada para o mercado doméstico, superou várias crises de mercado e sanitárias e, com a melhoria da renda da população e preços mais acessíveis ao consumidor, a demanda atual é sobremaneira maior que a oferta. Contudo, são necessários investimentos permanentes em tecnologias de manejo, especialmente em biossegurança, com rebatimentos na redução de custos, ações que têm reflexos diretos no controle ambiental dos sistemas de produção. A carcinicultura é emergente em relação a outras atividades continentais. Os bons empreendimentos se consolidaram, a profissionalização do setor é destaque, depois de superadas conjunturas de causas diversas com relevantes impactos econômicos.

Entre 1999 a 2003, a atividade no Brasil crescia cerca de 20 mil toneladas/ano, tendo como principal destino o mercado externo, acumulando no período US\$ 700 milhões. Fatores como: a doença

viral Mionecrose Infecciosa (NIM); a ação antidumping por parte dos Estados Unidos em 2003; o excesso de chuvas em 2008/2009; a valorização do real e redução dos preços pagos ao produtor; a opção dos países asiáticos pelo *L. vannamei* tiveram como consequência a inviabilidade econômica da exportação do Brasil, associada ao alto custo de produção. A produção brasileira deixou de ser competitiva no exterior (XIMENES et al., 2011).

Atualmente, a oferta bem aquém da demanda tem rebatimento direto no setor produtivo em função dos melhores preços pagos ao produtor, o que tem permitido rentabilidade e lucratividade suficientes para investimento no sistema de produção e na superação de surtos de doenças, como a mancha branca. Mesmo com o impacto momentâneo da doença sobre a produção no final de 2012 e início de 2013, o alto nível de profissionalização dos produtores associado ao valor agregado do produto não geraram impactos econômicos suficientes para colapsos financeiros.

A mudança de mercado tornou-se uma simbiose com a melhoria da renda *per capita* dos brasileiros para a economia da atividade, da qual se observa o cenário de demanda crescente. Em 2003, o consumo brasileiro de camarão era de 180 gramas/habitante/ano; em 2009 já ultrapassava 500 gramas *per capita*, com crescimento da capilaridade da oferta, que se adequava aos paladares e bolsos dos nativos e dos turistas. O mercado doméstico permitiu o crescimento mais conveniente à conjuntura nacional, tornou-se independente de barreiras sanitárias e não sanitárias, permitindo o ingresso, a produção e a comercialização por parte dos pequenos produtores. No Rio Grande do Norte, por exemplo, do total de 551 produtores, 43,01% são microprodutores e 25,05% são pequenos, totalizando 68,06% e, os grandes são apenas 4,17%, segundo dados da Associação Brasileira de Criadores de Camarão – ABCC (2012).

A atividade é geradora de emprego e de renda para populações litorâneas do Nordeste, e possui potencial de geração de postos de trabalho também em áreas mais interiores onde já existem experiências exitosas de produção de camarão em água doce. A Região tem 420 mil hectares de áreas potenciais, mas utiliza apenas 18.115 hectares (4,30%). Os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte utilizam em torno de 11,5% da área potencial desses

estados. A atividade insere-se em uma cadeia: fornecedores de insumos (ração e fertilizantes, entre outros) e de equipamentos, empresas de vendas de pós-larvas, fábricas de gelo, restaurantes, governo (arrecadação de impostos), transportadoras e atravessadores entre outros atores, como os Bancos. Em 2011, a receita total foi de cerca de 1 bilhão de reais (ABCC, 2012).

Ainda de acordo com a Associação, o Rio Grande do Norte, tradicional produtor de camarão, liderou por anos (até 2009) a produção desse crustáceo no Brasil. Em 2011, com 361 unidades de produção, área em operação de 6.540 hectares e produção anual de 17.825 toneladas, ocupou o segundo lugar no ranking dos estados produtores, participando com 25% da produção nacional em 2011. A carcinicultura Potiguar se caracteriza pela acentuada participação do micro e do pequeno produtor (até 5 e até 10 hectares) que perfazem 67,6% quanto ao número e que gera uma produção anual equivalente a 15,1% do total produzido no Estado. As unidades produtivas de médio porte (entre 10 e 50 hectares), com 25% em quantidade de produtores, contribuíram com 27% da produção do Estado. Já os grandes empreendimentos (acima de 50 ha), que perfazem 8% das unidades produtivas, ficaram com a maior participação, ou seja, o equivalente a 58% da produção estadual.

Para a aquicultura (piscicultura e carcinicultura), enfatiza-se a elevada e anacrônica departamentalização dos processos de análise de licenças ambientais. Há, inclusive, um dos estados do Nordeste que demanda, por força de Decreto Estadual, além das licenças prévia (LP), de instalação (LI) e de operação (LO), licença prévia de operação (LPO), unificada (LU), regularização (LR), ambiental por adesão e compromisso (LAC) e licença de alteração (LA), oito no total. Toda essa burocracia pode não evitar danos ambientais; seria mais coerente haver uma legislação ambiental mais robusta para punir os que a transgredirem, dirimindo a sensação de impunidade¹, segundo IBAMA (2011). Esse rol de documentos transparece a ideia de que todo produtor está sob suspeição de cometer crime ambiental; uma presunção de culpa *a priori*.

¹ Artigo retirado do Correio Brasiliense.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAMARÃO. **Levantamento da infraestrutura produtiva e dos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais da carcinicultura marinha no Brasil em 2011**. Natal: ABCC, 2013.77p.

IBAMA é o órgão que mais aplica punições e o que menos recolhe. **Correio Brasiliense**, Brasília, DF, 23 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.gvces.com.br/index.php?r=noticias/view&id=225405>>. Acesso em 4 de ago. 2014.

XIMENES, L. J. F.; VIDAL, M. F.; FEITOSA, R. A. **Recuperação da carcinicultura nordestina pós-crise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. 7 p. (Informe Rural ETENE, n. 15).

7 Indústria

Francisco Diniz Bezerra.

Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção

A indústria constitui um elemento-chave para o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento. Isto decorre do fato da atividade industrial possuir forte encadeamento intersetorial, deter elevada capacidade de agregação de valor aos produtos, apresentar potencial para o crescimento da produtividade e ser fonte de inovação e difusão de novas tecnologias para o ambiente empresarial e a economia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades industriais compreendem as seções B a F da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), mostradas no Quadro 1. Cada seção, por sua vez, é desagregada em divisões, grupos e classes. O presente texto abrange as indústrias extrativas (seção B), as indústrias de transformação (seção C), os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), que constituem as seções D (eletricidade e gás) e E (água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação), e a indústria da construção (seção F).

Quadro 1 – CNAE 2.0: seções representativas da atividade industrial

Seção	Divisões	Descrição CNAE
B	05 .. 09	Indústrias extrativas
C	10 .. 33	Indústrias de transformação
D	35 .. 35	Eletricidade e gás
E	36 .. 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	41 .. 43	Construção

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2007).

A análise será empreendida tendo por base principalmente o Valor Adicionado Bruto¹ (VAB), divulgado nas Contas Regionais do IBGE, e os dados de emprego formal, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O IBGE publica o VAB por Estado apenas ao nível de seção. Visando à análise mais desagregada, recorreu-se à utilização da Matriz de Insumo-Produto do Banco do Nordeste, que disponibiliza para os estados do Nordeste o VAB ao nível de divisão e grupo da CNAE 2.0. No caso dos dados de emprego do MTE, é possível obter desagregação por município até o nível de classe.

De um modo geral, os segmentos industriais existentes no Nordeste e, de modo particular, no Estado do Rio Grande do Norte, exploram atividades econômicas tradicionais e possuem baixa densidade tecnológica. São atividades que normalmente não requerem elevado nível de qualificação da mão de obra empregada como também não demandam investimentos expressivos em inovação tecnológica.

Este capítulo disponibiliza informações sobre a atividade industrial no Rio Grande do Norte, sendo formado por esta introdução e por cinco subtópicos que tratam do perfil da indústria e, de forma mais específica, das indústrias extrativas, das indústrias de transformação, da indústria da construção e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, além de outro subtópico destinado às considerações finais.

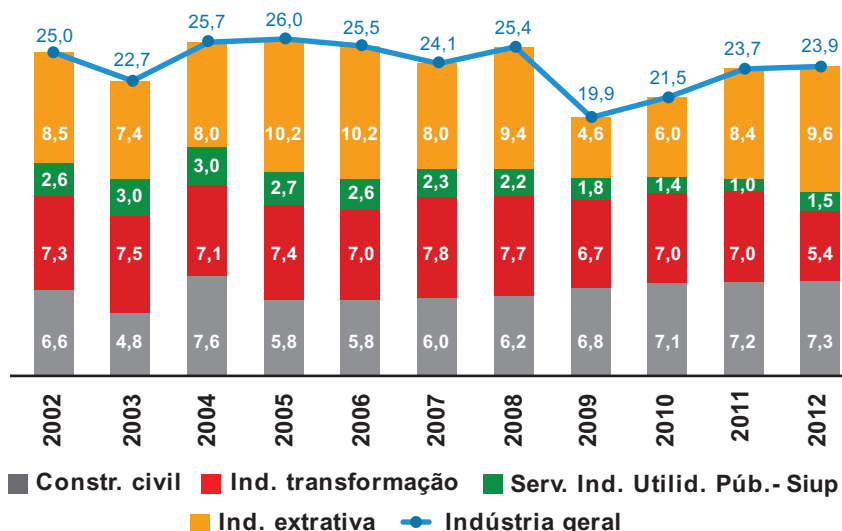
7.1 Perfil da indústria do Rio Grande do Norte

No período compreendido entre 2002 e 2012, a participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas do Rio Grande do Norte oscilou entre 19,9% (2009) e 26,0% (2005), não se configurando tendência de alta ou baixa consistente (Gráfico 1). No ano de 2012, a indústria potiguar adicionou à economia do Estado, a preços de dezembro de 2013, o montante de R\$ 8,8 bilhões, destacando-se principalmente o segmento das indústrias extrativas, que contribuiu com R\$ 3,5 bilhões, cifra correspondente a 9,6% do VAB total.

¹ Valor Adicionado Bruto corresponde à diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário (IBGE, 2014a).

Tanto as indústrias de transformação e a indústria da construção, como também as indústrias extrativas, são representativas na composição industrial potiguar. Diferentemente do que se observa na maioria dos estados brasileiros, as indústrias extrativas no Rio Grande do Norte obtiveram, na maioria dos anos recentes, graças principalmente à produção de petróleo e gás, Valor Adicionado Bruto superior ao das indústrias de transformação e da indústria da construção. Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) são menos expressivos, tendo participado, desde 2002, com no máximo 3,0% do VAB total do Estado.

Gráfico 1 – Participação da indústria no VAB das atividades econômicas do Estado - Em %



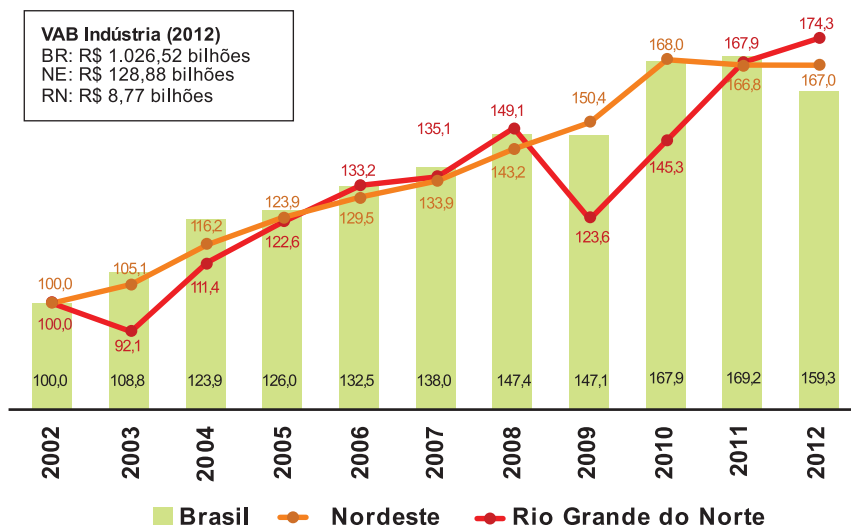
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Embora não tenha sido de forma contínua, a indústria geral do Rio Grande do Norte cresceu 74,3% entre 2002 e 2012. Nesse mesmo período, a indústria nordestina cresceu 67,0% e a brasileira 59,3%, considerando o Valor Adicionado Bruto. O desempenho da indústria potiguar foi, portanto, superior ao da indústria da Região e do País, no referido período, apesar de apresentar maior volatilidade (Gráfico 2).

Em relação ao Nordeste, a participação do Rio Grande do Norte no VAB da indústria da Região tem oscilado nos úl-

timos anos entre 5,4% e 6,8%, sendo este último alcançado em 2012, ano em que o total do VAB da indústria do Estado foi de R\$ 8,8 bilhões, conforme já informado, e o da indústria nordestina somou R\$ 128,9 bilhões.

Gráfico 2 – Indústria: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Concernente ao emprego e aos estabelecimentos, a atividade industrial no Rio Grande do Norte é concentrada em Natal. De fato, segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2013b), existiam no Estado, ao final de 2013, 6.306 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo e 127.970 empregos formais na indústria potiguar, dos quais 39,6% dos estabelecimentos e 42,4% dos vínculos empregatícios encontravam-se na Capital (Figura 1). O município de Mossoró possui a segunda maior concentração industrial do Estado, tanto em número de estabelecimentos (13,8%) como em número de empregos formais (14,1%).

Figura 1 – Perfil da indústria do Rio Grande do Norte - VAB (2012) - Estabelecimentos e empregos formais (2013)

Indústria geral				
Valor Adicionado Bruto (VAB)	R\$ milhões	8.773,20	100,0%	
	Part. Ind. NE	6,8%	-	
Estabelecimentos	Total:	6.306	100,0%	
	Natal 39,6%	Mossoró 13,8%		
Empregos	Total:	127.970	100,0%	
	Natal 42,4%	Mossoró 14,1%		

Subsetores da indústria				
	Extrativa	Transformação	Siup	Construção
VAB (R\$ milhões):	3.542,61 (40,4%)	1.993,97 (22,7%)	559,72 (6,4%)	2.676,89 (30,5%)
Estabelecimentos:	212 (3,4%)	3.062 (48,6%)	126 (2,0%)	2.906 (46,1%)
Empregos:	11.234 (8,8%)	64.011 (50,0%)	6.590 (5,1%)	46.135 (36,1%)

Principais segmentos (nível de divisão CNAE) da Indústria de transformação						
Em VAB			Em número de empregos			
Fabricação de produtos alimentícios	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de produtos têxteis	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	
R\$ milhões	511,6	452,7	430,6	Qde postos	16.634	13.329 7.939
% Ind. transf.	25,7%	22,7%	21,6%	% Ind. transf.	26,0%	20,8% 12,4%

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de IBGE (2014a), Brasil (2013b) e BNB (2014).

Notas:

- (1) VAB: dados de 2012, a preços de dez./2013; Empregos e estabelecimentos: dados de 2013;
- (2) dados percentuais dos subsectores são relativos à Indústria geral;
- (3) dados percentuais das divisões são relativos ao total da indústria de transformação.

Analisando-se a indústria por porte, observa-se que as Micro e Pequenas Empresas, com até 99 empregados, representam 97,2% do número de estabelecimentos, enquanto as unidades industriais de médio e grande portes, com 100 ou mais empregados, correspondem a apenas 2,8% do total. Os empreendimentos de pequeno porte (20 a 99 empregados) concentram 30,5% da mão de obra formal, enquanto as microempresas ocupam aproximadamente 20% da força de trabalho regularizada (Tabela 1). Com base nos dados da RAIS de 2013, observa-se que os estabelecimentos de médio e grande portes empregam, em conjunto, a mesma quantidade dos micro e pequenos estabelecimentos juntos.

O Rio Grande do Norte apresenta diversos segmentos dinâmicos no setor industrial. Particularmente no subsetor da indústria de transformação, podem ser citados: cimento, beneficiamento de minerais metálicos, movelaria, papel e papelão, indústria química, vestuário, calçados, tecidos, beneficiamento de castanha de caju e frutas, fabricação de rações, indústria mecânica, cerâmica vermelha e de revestimento, indústria salineira e torrefação etc. No subsetor da indústria extrativa mineral, podem ser citados como segmentos dinâmicos: petróleo, gás, calcário, água mineral, sal marinho, dentre outros. Nos Siup, destaca-se a geração eólica, cujo potencial do Estado é gigantesco. De acordo com levantamento realizado no sítio da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel (2015), o Rio Grande do Norte possui 63 parques eólicos em operação com potência instalada de 1,6 GW, 38 parques em construção com potência de 1,1 GW e mais 67 parques projetados com potência de 2,3 GW. De grande importador de energia elétrica, o Rio Grande está se tornando exportador líquido graças principalmente à força dos ventos.

Visando atrair novos empreendimentos, o Rio Grande do Norte instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PRO-ADI), criado pela Lei no 7.075 de 17 de novembro de 1997 e outros mecanismos, como a possibilidade de redução/isenção da alíquota do ICMS.

Nos tópicos seguintes serão realizados comentários sobre os subsetores da indústria do Rio Grande do Norte, com destaque para as atividades mais relevantes no que se refere à contribuição no valor adicionado e na disponibilização de empregos.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e de vínculos empregatícios nos subsetores industriais segundo o porte - 2013

Estab/vínc.	Porte estab.	Subsetores de atividades				Total	Part. (%)
		Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Siup	Construção		
Número de estabelecimentos	De 1 a 19	124	2.510	97	2.422	5.153	81,7
	De 20 a 99	67	488	21	403	979	15,5
	De 100 a 499	18	54	5	76	153	2,4
	500 ou mais	3	10	3	5	21	0,3
	Total	212	3.062	126	2.906	6.306	100,0
Número de vínculos	Part.(%)	3,4	48,6	2,0	46,1	100,0	-
	De 1 a 19	785	12.512	570	11.137	25.004	19,5
	De 20 a 99	3.117	18.382	792	16.748	39.039	30,5
	De 100 a 499	4.187	11.835	1.244	14.351	31.617	24,7
	500 ou mais	3.145	21.282	3.984	3.899	32.310	25,2
Número de vínculos	Total	11.234	64.011	6.590	46.135	127.970	100,0
	Part.(%)	8,8	50,0	5,1	36,1	100,0	-

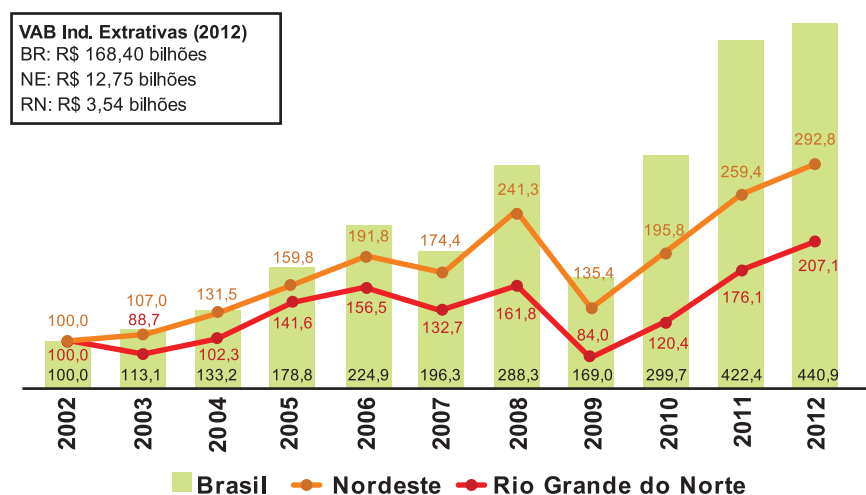
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

7.2 Indústrias extrativas

Em termos de Valor Adicionado Bruto, as indústrias extrativas do Rio Grande do Norte apresentaram crescimento real de 107,1% entre 2002 a 2012, evoluindo de R\$ 1,71 bilhão para R\$ 3,54 bilhões no período (Gráfico 3). O desempenho da indústria extrativa do Rio Grande do Norte foi menor em comparação às suas congêneres regional e nacional, que cresceram, respectivamente, 192,8% e 340,9% no mesmo período. Contudo, a indústria extrativa superou o desempenho das indústrias de transformação e da construção no Estado.

Utilizando-se dados da Matriz de Insumo-Produto (BNB, 2014), que disponibiliza o Valor Adicionado Bruto de forma mais desagregada (ao nível de divisão e de grupo da CNAE 2.0) para os estados nordestinos, comparativamente às Contas Regionais do IBGE, constata-se que o segmento de extração de petróleo e gás natural participa com aproximadamente 96% do VAB da indústria extrativa do Rio Grande do Norte, representando cerca de 40% do VAB da indústria geral do Estado.

Gráfico 3 – Indústrias extrativas: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e vínculos empregatícios de segmentos de segmentos da indústria extrativa mineral - Principais municípios - 2013

Município	Número de estabelecimentos				Número de vínculos				
	Extração de minerais não-metálicos	Extração de petróleo e gás natural	Outros segmentos	Total	Extração de minerais não-metálicos	Extração de petróleo e gás natural	Outros segmentos	Total	Part. total vínculos (%)
Mossoró	47	6	13	66	1.378	2.104	976	4.458	39,7
Natal	4	2	6	12	38	1.066	57	1.161	10,3
Areia Branca	11	1	1	13	1.020	23	21	1.064	9,5
Macau	8	0	0	8	592	0	0	592	5,3
Macaíba	4	0	1	5	475	0	10	485	4,3
Currais Novos	7	0	4	11	33	0	449	482	4,3
Grossos	11	0	0	11	370	0	0	370	3,3
Alto do Rodrigues	0	1	0	1	0	314	0	314	2,8
Parelhas	9	0	1	10	307	0	1	308	2,7
Baraúna	4	0	0	4	268	0	0	268	2,4
Outros	56	0	15	71	1.131	0	601	1.732	15,4
Total	161	10	41	212	5.612	3.507	2.115	11.234	100,0
Part. Total (%)	75,9	4,7	19,3	100,0	50,0	31,2	18,8	100,0	

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

No que se refere à disponibilização de postos de trabalho, no final de 2013, a indústria extrativa do Rio Grande do Norte reunia 212 empreendimentos e 11.234 empregos formais. Por esse critério, dentre os segmentos da indústria extrativa, sobressai-se a extração de minerais não-metálicos, com 161 estabelecimentos (76% do total) e 5.612 empregos formais (50% do total). A indústria de extração de petróleo e gás natural é também significativa quanto ao número de empregos, porquanto disponibiliza 3.507 postos formais de trabalho, 31% do total (Tabela 2). A atividade de extração de minerais não-metálicos é mais expressiva no município de Mossoró (1.378 empregos), seguido de Areia Branca (1.020 empregos), enquanto a de extração de petróleo e gás natural é mais significativa em Mossoró (2.104 empregos) e Natal (1.066 empregos), em termos do número de postos de trabalho formal.

Na área mineral, de acordo com o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM (2010), o Rio Grande do Norte apresenta potencial para produção de bismuto, ferro, molibdênio, ouro (primário) e tungstênio, dentre os minerais metálicos. Quanto aos minerais não metálicos, destacam-se no Estado a produção de sal marinho (R\$ 466,2 milhões), brita (R\$ 73,8 milhões) e areia (R\$ 19,7 milhões), em dados de 2009. No que se refere aos minerais energéticos, é expressiva a produção de petróleo e gás natural no Estado, cujo VAB em 2012 superou R\$ 3 bilhões. Dentre as principais atividades de extração mineral do Rio Grande do Norte, destacam-se, além de petróleo e gás natural: sal marinho, rochas britadas e cascalhos, areia, água mineral e tungstênio.

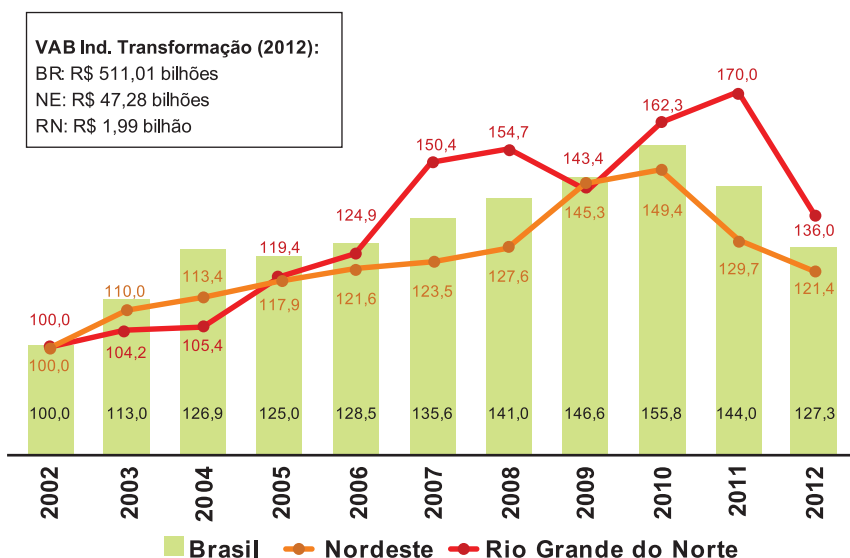
7.3 Indústrias de transformação

As indústrias de transformação do Rio Grande do Norte aumentaram o Valor Adicionado Bruto em 36,0% entre 2002 e 2012, passando de 1,47 bilhão para R\$ 1,99 bilhão, a preços constantes de dezembro de 2013. O desempenho do Estado nesse segmento superou o do Brasil (27,3% a.a.) e o do Nordeste (21,4% a.a), demonstrando maior dinamismo no período (Gráfico 4).

Utilizando-se dados da Matriz de Insumo-Produto (BNB, 2014), constata-se que o segmento de fabricação de produtos alimentícios participa com 25,7% do VAB da indústria de transformação do Rio Grande do Norte. Os segmentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (22,7%) e a fabricação de produtos têxteis

(21,6%) constituem a segunda e a terceira atividades mais importantes na participação do VAB da indústria de transformação do Estado. Considerando o critério adotado, essas três atividades são responsáveis, em conjunto, por 70% do Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação do Rio Grande do Norte (Figura 1).

Gráfico 4 – Indústrias de transformação: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

No que se refere aos empregos disponibilizados, a indústria de transformação do Rio Grande do Norte detinha, ao final de 2013, 64.011 empregos formais em 3.062 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo, conforme mostrado na Figura 1. Sob a ótica setorial, as atividades de confecção de artigos do vestuário e acessórios (26,0%), fabricação de produtos alimentícios (20,8%) e fabricação de produtos de minerais não-metálicos (12,4%) são as mais expressivas da indústria de transformação no Rio Grande do Norte quanto à geração de empregos (Tabela 3). Do ponto de vista geográfico, Natal reúne 1/3 dos vínculos empregatícios da indústria de transformação, indicando certa concentração de empregos nesse município.

Tabela 3 – Municípios e atividades da indústria de transformação de maior expressão em número de empregos formais - 2013

Município	Confeção de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Fabricação de produtos de têxteis	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	Fabricação de bebidas	Outras atividades	Total (qde)	Total (%)
Natal	11.395	2.907	494	2.151	2	990	3.523	21.462	33,5
Mossoró	124	2.862	1.175	26	0	273	2.203	6.663	10,4
Parnamirim	382	1.310	324	1.919	0	339	2.370	6.644	10,4
Macalba	234	1.845	342	1.523	0	158	857	4.959	7,7
Baía Formosa	0	14	0	0	2.870	0	0	2.884	4,5
São Gonçalo do Amarante	16	154	489	974	0	0	294	1.927	3,0
Caicó	646	296	350	212	0	23	301	1.828	2,9
Ares	0	1.506	0	0	0	0	19	1.525	2,4
São José de Mipibu	214	151	384	16	22	74	570	1.431	2,2
Parelhas	98	104	692	0	0	0	126	1.020	1,6
Outros municípios	3.525	2.180	3.689	664	574	615	2.421	13.668	21,4
Total	16.634	13.329	7.939	7.485	3.468	2.472	12.684	64.011	100,0
Total (%)	26,0	20,8	12,4	11,7	5,4	3,9	19,8	100,0	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

Considerando a geração de empregos, a cadeia da indústria têxtil e de confecção no Estado potiguar é expressiva em diversos de seus segmentos, principalmente na fabricação de vestuário, na tecelagem e no ramo de acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis.

Na atividade de fabricação de produtos alimentícios, sobressaem-se, em termos do número de empregos formais, considerando os dados da RAIS do final de 2013, os segmentos de moagem, fabricação de amiláceos e de alimentos para animais (2.173 empregos) e a fabricação e refino de açúcar (1.543 empregos). Ressalta-se que as indústrias enquadradas no grupo de fabricação de outros produtos alimentícios concentram 5.653 empregos formais.

No setor de fabricação de produtos de minerais não-metálicos, destacam-se, em função do número de postos formais de trabalho, os segmentos de fabricação de produtos cerâmicos (5.143 empregos) e o de fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (1.592 empregos).

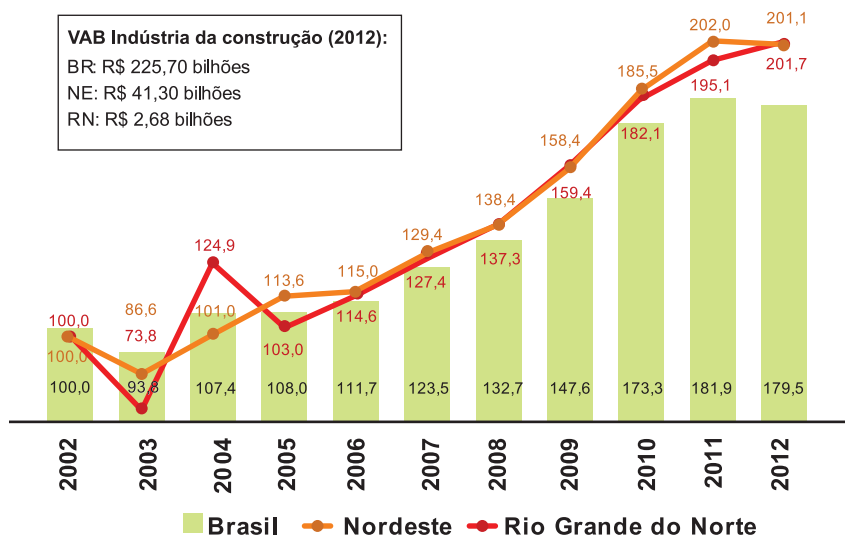
Também merecem destaque a fabricação de biocombustíveis (2.880 empregos), pertencente ao segmento e fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, e a fabricação de bebidas não-alcoólicas (1.661 empregos), ligada ao segmento de fabricação de bebidas.

7.4 Indústria da construção

O Valor Adicionado Bruto da indústria da construção do Rio Grande do Norte cresceu de R\$ 1,33 bilhão, registrado em 2002, para R\$ 2,68 bilhões, atingido em 2012, correspondendo a 101,7% no período. O Estado apresentou, portanto, desempenho similar ao de sua congênere do Nordeste, que avançou 101,1% e superior ao do País, cujo crescimento foi de 79,5% (Gráfico 5).

Dos 46.135 empregos formais existentes na indústria da construção no Rio Grande do Norte ao final de 2013, conforme mostrado na Figura 1, a construção de edifícios (26.256 empregos) concentrava 56,9%, principalmente na capital.

Gráfico 5 – Indústria da construção: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Em todo o País e no Rio Grande do Norte, em particular, o ritmo de crescimento da indústria da construção pode ser explicado em função da criação de programas federais de incentivo à aquisição de moradias, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, e pela implantação de obras de infraestrutura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outras ações governamentais. Também contribuíram para o crescimento da atividade o aquecimento do mercado imobiliário na capital potiguar e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção e expansão de *shopping centers*, motivada pela expansão do comércio varejista local e pelo aumento do poder de compra da população.

Considerando o déficit habitacional do Rio Grande do Norte de 12,4%, correspondente a cerca de 110 mil moradias em 2010, de acordo com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2013a), pode-se afirmar que há possibilidades para a expansão da indústria da construção no Estado.

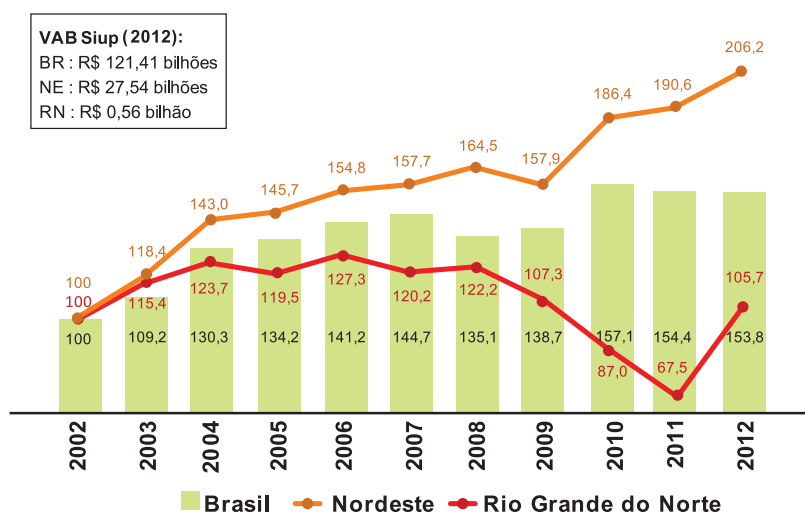
7.5 Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) são constituídos pela produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Dentre os estados nordestinos, o Rio Grande do Norte tem a maior cobertura de suprimento de água, sendo 87,5% de seus domicílios urbanos atendidos por rede geral e canalização interna (IBGE, 2014b). Contudo, são grandes os desafios na área de esgotamento sanitário, já que apenas 20% de seus domicílios urbanos são atendidos por rede de esgoto (IBGE, 2014c). O atendimento desse serviço básico representa oportunidades de investimentos para o futuro.

O Valor Adicionado Bruto dos Siup no Rio Grande do Norte cresceu de forma modesta entre 2002 e 2012, comparativamente ao Brasil e ao Nordeste (Gráfico 6). Cabe destacar que houve um forte recuo entre 2008 e 2011 no Valor Adicionado Bruto dos Siup no Estado, diferentemente do que ocorreu no Brasil e no Nordeste. Em 2012, o valor adicionado dos Siup somou 0,56 bilhão, a preços de dezembro de 2013, corrigidos pelo IPCA.

Gráfico 6 – Siup: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

7.6 Considerações finais

No Rio Grande do Norte, a participação da indústria na economia estadual (23,9%) é similar à observada no Nordeste (23,5%) e um pouco inferior à do Brasil (26,0%), quando analisada sob o aspecto do valor adicionado. O Estado potiguar representa 6,8% da indústria nordestina, graças principalmente à contribuição da indústria extrativa mineral, onde se sobressai a extração de petróleo e gás.

A atividade industrial no Rio Grande do Norte, cujo crescimento foi de 74,3% entre 2002 e 2012, apresentou dinamismo similar ao observado para o Nordeste e desempenho melhor do que o verificado para o Brasil no referido período, considerando a evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB).

Particularmente nas indústrias de transformação, destacam-se os segmentos de fabricação de produtos alimentícios, de confecção de artigos do vestuário e acessórios e de fabricação de produtos têxteis, que representam em conjunto 70% do VAB desse subsetor.

A indústria potiguar concentra-se, em grande parte, em Natal, que detém cerca de 40% dos estabelecimentos e dos empregos formais da indústria e, em menor escala, em Mossoró, que possui aproximadamente 15% dos estabelecimentos e dos postos de trabalho da indústria. Do ponto de vista setorial, a atividade de construção de edifícios, ligada ao setor da construção civil, e a confecção de artigos de vestuário e acessórios, pertencente ao setor das indústrias de transformação, são as mais representativas na ocupação da mão de obra industrial formal do Estado potiguar, detendo, em conjunto, participação de quase 40% dos postos de trabalho da indústria.

As indústrias extrativas também são expressivas no Estado, principalmente no que se refere à geração de riquezas, porquanto representam cerca de 40% (R\$ 3,54 bilhões) do Valor Adicionado Bruto da indústria geral, que somou R\$ 8,77 bilhões em 2012 (a preços de dezembro de 2013).

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Banco de informações de geração**. Capacidade de geração no estado do Rio Grande do Norte. 2015. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/CapacidadeEstado.cfm?cmbEstados=RN:RIO%20GRANDE%20DO%20NORTE>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste**. Fortaleza, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013a. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho em Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário Mineral Brasileiro 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=2005>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estrutura da CNAE 2.0**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Tabela 3 – Valor Adicionado Bruto a preços básicos por atividade econômica das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2012. In: **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default_xls_2002_2012.shtm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. Tabela 1955 – Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por

classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e abastecimento de água. In: **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, 2013**. Rio de Janeiro, 2014b.

Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1955>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

_____. Tabela 1956 – Domicílios particulares permanentes e Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e esgotamento sanitário. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, 2013**. Rio de Janeiro, 2014c.

Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1956>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

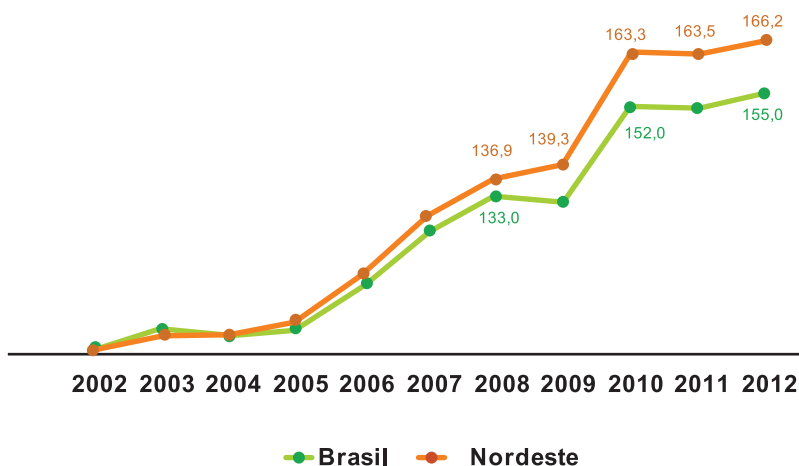
8 Comércio e serviços

Wellington Santos Damasceno

Economista. Mestre em Economia

O setor de comércio e serviços é expressivo no Nordeste, registrando forte expansão nos últimos anos. O Valor Adicionado Bruto (VAB) desse segmento na Região obteve uma evolução superior à média nacional no período de 2002 a 2012, conforme os dados mais recentes publicados. Enquanto no Brasil o crescimento em termos reais foi de 55,0%, no Nordeste o crescimento alcançou 66,2% no período (Gráfico 1).

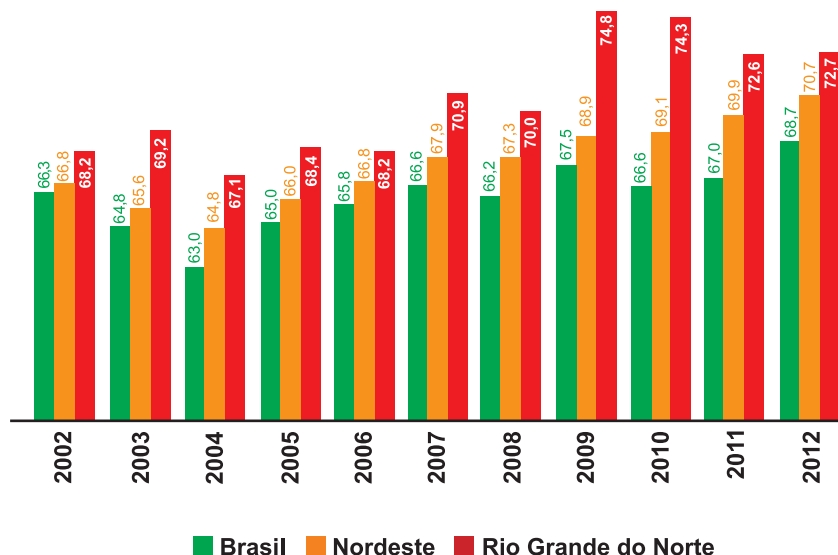
Gráfico 1 – Evolução do VAB – Comércio e serviços - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Especificamente no Rio Grande do Norte, o valor adicionado para comércio e serviços correspondia a 68,2% do VAB da economia do Estado em 2002. Essa relação elevou-se para 72,7% em 2012, participação superior às médias nacional e regional que representavam no mesmo ano, 68,7% e 70,7%, respectivamente (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação do VAB - Comércio e serviços na economia - Brasil, Nordeste e do Rio Grande do Norte - Em %

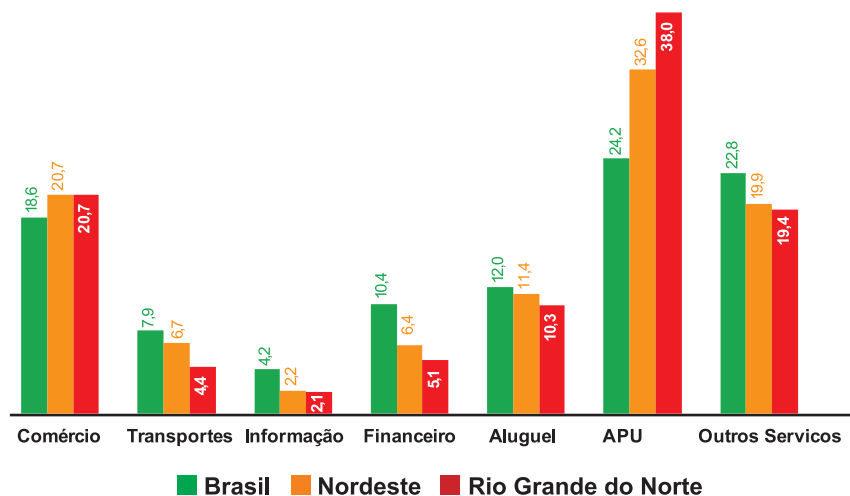


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Os Serviços de Administração Pública (APU) são expressivos no Rio Grande do Norte, tendo representado 38,0% do total do setor de comércio e serviços em 2012. No Nordeste, a participação foi de 32,6% nesse mesmo ano. Para o Brasil, essa relação é menor, ou seja, 24,2% (Gráfico 3).

Conforme dados do IBGE, o Rio Grande do Norte possui aproximadamente 6% da população do Nordeste. O Estado, conforme dados mais recentes das contas regionais, participa com 6,7% do VAB do Nordeste. Por sua vez, o comércio e serviços potiguares representam 6,9% do VAB desse setor regionalmente. Dessa forma, o setor de comércio e serviços possui participação superior à população e à participação econômica do Rio Grande do Norte na Região.

Gráfico 3 – Distribuição do VAB - Comércio e serviços por atividade - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: transportes referem-se a transportes, armazenagem e correios; informação compreende serviços de informação e comunicação; financeiro trata-se de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; aluguel representa atividades imobiliárias e aluguéis; e APU significa administração, saúde e educação pública e seguridade social.

Quadro 1 – Indicadores selecionados em 2012

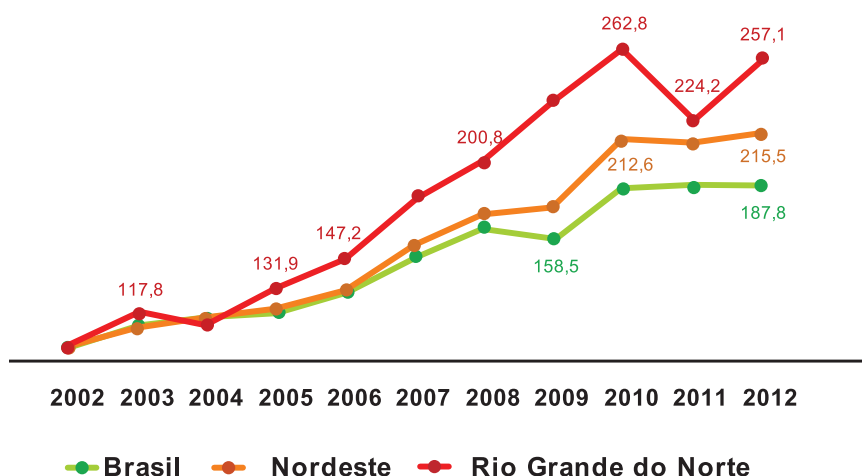
Participação (%) do VAB comércio e serviços do Rio Grande do Norte no VAB do Nordeste	6,9
Participação (%) do VAB do Rio Grande do Norte no VAB Nordeste	6,7
Participação (%) da população do Rio Grande do Norte no Nordeste	6,0

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

8.1 Comércio

O VAB do comércio do Rio Grande do Norte obteve desempenho superior à média nordestina e brasileira no período de 2002 a 2012. O valor adicionado no Estado cresceu 157,1%, enquanto que no Nordeste e no Brasil o incremento foi de 115,5% e 87,8%, respectivamente, nos anos analisados (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do VAB - Comércio - (Base 100 = ano 2002)

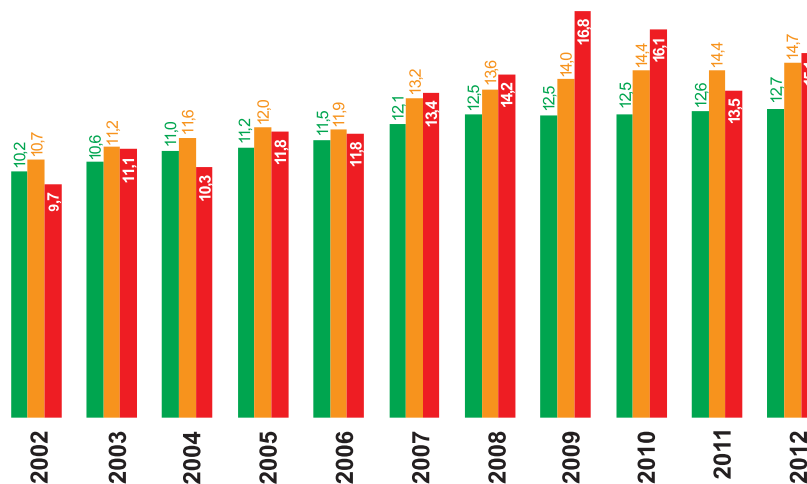


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação do comércio no Valor Adicionado Bruto do Nordeste cresceu de 10,7% em 2002 para 14,7% em 2012. No Rio Grande do Norte essa atividade se tornou mais representativa e cresceu de 9,7% em 2002 para 15,1% no mesmo período. No Brasil essa participação foi de 12,7% em 2012. (Gráfico 5).

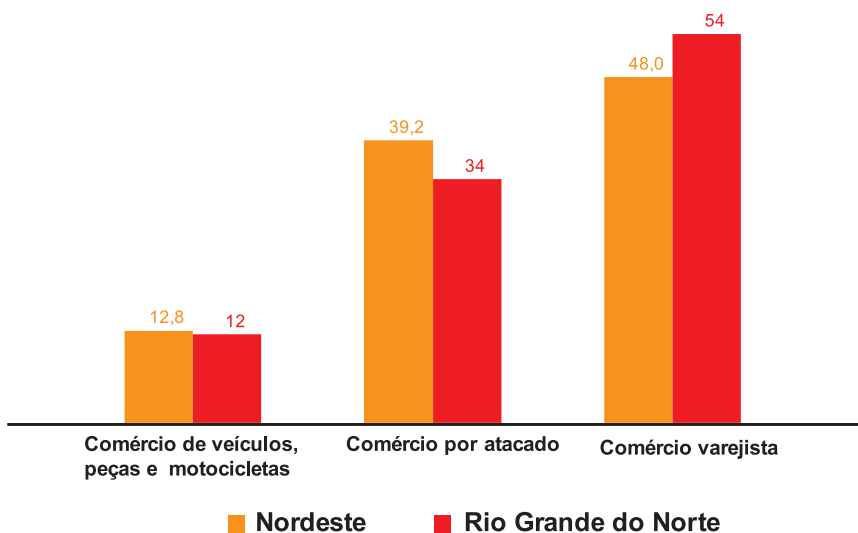
O comércio varejista é expressivo no Nordeste e mais ainda no Rio Grande do Norte sendo que nesse último contribuiu com 54,0% do total da receita bruta do setor em 2012 (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Participação do VAB - Comércio - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Gráfico 6 – Distribuição da receita bruta de revenda e comissões do Nordeste e Rio Grande do Norte por atividade - 2012 - Em %

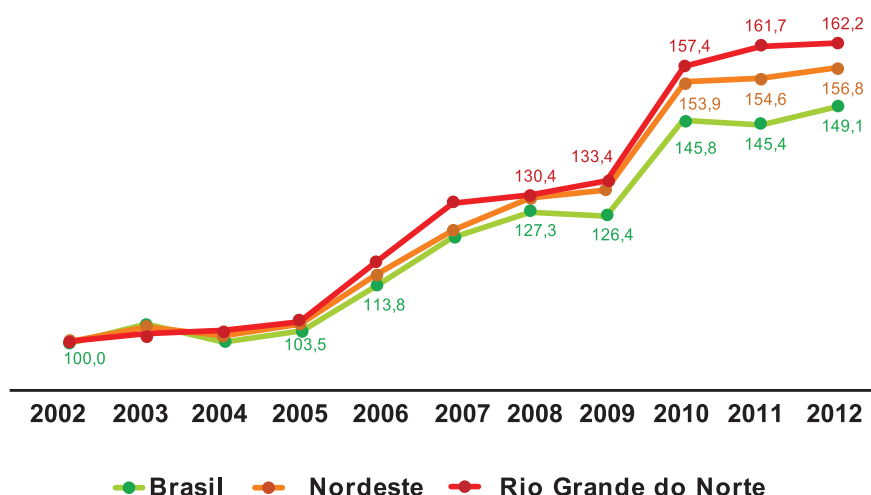


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

8.2 Serviços

O valor adicionado pelos serviços à economia do Rio Grande do Norte, exclusive comércio, também obteve crescimento superior na comparação com o desempenho do Nordeste e do Brasil no período de 2002 a 2012. Em termos reais, o valor adicionado cresceu 62,2% no Rio Grande do Norte, enquanto que no Nordeste e Brasil, os aumentos foram de 56,8% e 49,1%, respectivamente (Gráfico 7).

Gráfico 7 –Evolução do VAB - Serviços exclusive comércio - (Base 100 = ano 2002)

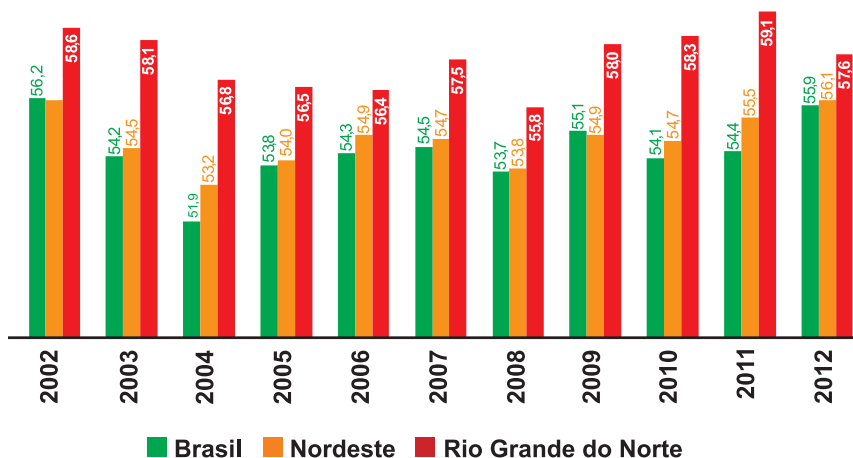


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação dos serviços, exclusive comércio, no VAB estadual decresceu de 58,6% em 2002 para 57,6% em 2012, enquanto que no Nordeste a relação não se alterou nos mesmos anos observados. No Brasil, a participação teve uma pequena redução de 56,2% para 55,9% no mesmo período.

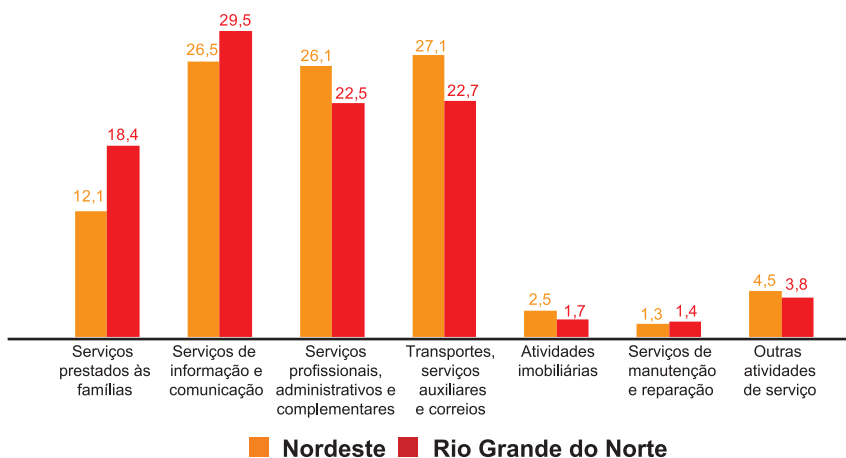
Em termos de receitas, os serviços de informação e comunicação são expressivos tanto no Nordeste quanto no Rio Grande do Norte, seguidos pelos serviços profissionais e administrativos e os serviços de transporte (Gráfico 9).

Gráfico 8 – Participação dos serviços no VAB - Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte - Exclusive comércio - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB, ETENE com dados das Contas Regionais do IBGE (2014).

Gráfico 9 – Distribuição da receita bruta de prestação de serviços não financeiros do Nordeste e Rio Grande do Norte por atividade em 2011 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2011).

8.3 Considerações finais

O setor de comércio e serviços registrou crescimento no Rio Grande do Norte nos últimos anos, tendo alcançado 72,7% do VAB estadual em 2012. As atividades da administração pública ainda são representativas com quase 38,0% do VAB comércio e serviços do Estado em 2011.

Em termos gerais, tanto comércio e serviços cresceram no Rio Grande do Norte, mais do que as médias regional e nacional de 2002 a 2012. O comércio cresceu 157,1% e o restante dos serviços cresceram 62,2%.

A participação do comércio cresceu de 9,7% para 15,1% no VAB do Estado de 2002 a 2012, com destaque para o comércio varejista que respondeu por 54,0% do total da receita bruta do setor nesse mesmo ano.

As demais atividades de serviços, exceto comércio, perderam participação no VAB estadual, embora tenham mantido participação superior às médias regional e nacional. O VAB serviços, exceto comércio, representou 57,6% do VAB estadual em 2012, enquanto que no Nordeste e no Brasil a participação foi de 56,1% e 55,9%, respectivamente.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Economia: sistema de contas nacionais. In: **Contas regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual de serviços**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual do comércio**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em 11 nov. 2014.

9 Fluxos do comércio interestadual

Francisco Raimundo Evangelista

Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Economista. Mestre em Administração de Empresas

Airton Saboya Valente Junior

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Paulo André Almeida Lopes

Graduando em Economia. Bolsista de Nível Superior

O presente capítulo foi elaborado a partir de dados gerados pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Referida matriz constitui-se em uma ferramenta utilizada em análises econômicas, pois mostra como os setores estão relacionados entre si, ou seja, quais segmentos suprem os outros de serviços e produtos e quais atividades compram das demais. Assim, a Matriz de Insumo-Produto apresenta uma visão sobre o funcionamento da economia, revelando inclusive a interdependência entre as diversas atividades que compõem o sistema econômico de um determinado território.

A MIP, construída pelo Banco do Nordeste em parceria com a Universidade de São Paulo, utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, que por sua vez são elaboradas e divulgadas pelo IBGE. A MIP tem um recorte de 82 setores.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente a médio ou no longo prazo. Nesse sentido, considera-se relevante a análise aqui apresentada e embasada nas contas regionais e nacionais de 2009.

O capítulo está dividido em três partes. Inicialmente, detalham-se as compras realizadas pelo estado do Rio Grande do Norte em termos de insumos intermediários. Em seguida, apresentam-se as vendas de insumos intermediários realizadas por esse Estado. Finaliza-se o texto com uma análise sobre a agregação de valor por parte da economia do Rio Grande do Norte.

9.1 As Compras de insumos intermediários

Os insumos intermediários são representados pelos bens e serviços utilizados para alimentar a produção setorial do Rio Grande do Norte, podendo ser constituídos por matérias-primas, peças, partes, componentes ou mesmo produtos acabados e serviços que entram na composição de determinado setor produtivo.

É importante ressaltar que os resultados apresentados referem-se a compras de insumos intermediários. O Rio Grande do Norte produz bens finais, que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na MIP, mas não analisada nesse trabalho. Também, não são computadas as importações de fora do País.

Conforme os dados da Matriz de Insumo Produto do Nordeste e Estados, o total das compras do Rio Grande do Norte com insumos intermediários totalizou R\$ 15,2 bilhões em 2009, dos quais R\$ 7,1 bilhões foram oriundos do próprio Estado. Isto implica dizer que o Rio Grande do Norte comprou R\$ 8,1 bilhões das outras Unidades Federativas nesse mesmo ano.

O estado de São Paulo foi um dos principais fornecedores para o Rio Grande do Norte com R\$ 3,1 bilhões no ano estudado. Seguem Rio de Janeiro com R\$ 555,5 milhões, Pernambuco com R\$ 500,0 milhões, Ceará com R\$ 477,8 milhões e Rio Grande do Sul com R\$ 477,8 milhões. Portanto, a economia do Rio Grande do Norte possui vínculos comerciais mais expressivos com alguns Estados do Sudeste em comparação com os vizinhos do Nordeste (Tabela 1).

A indústria representa o setor mais relevante em termos de compras no Estado, pois respondeu por R\$ 8,0 bilhões ou 52,6% do total das aquisições potiguares. O principal fornecedor foi o próprio Rio Grande do Norte, com R\$ 3,2 bilhões. Portanto, a in-

dústria norte-rio-grandense adquiriu um total de R\$ 4,8 bilhões das demais Unidades Federativas com destaque para São Paulo (R\$ 1,6 bilhão), Ceará (R\$ 300,2 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 298,9 milhões), Pernambuco (R\$ 294,8 milhões) e Minas Gerais (R\$ 284,7 milhões).

Os serviços representam o segundo setor mais representativo em termos de compras com R\$ 6,7 bilhões, com destaque para as aquisições realizadas no próprio Rio Grande do Norte (R\$ 3,8 bilhões). Assim, o setor industrial potiguar comprou R\$ 2,9 bilhões de outros Estados, especialmente de São Paulo (R\$ 1,4 bilhão), Rio de Janeiro (R\$ 288,1 milhões), Pernambuco (R\$ 191,3 milhões), Ceará (R\$ 150,7 milhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 147,0 milhões)

Tabela 1 – Origem das compras de insumos por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes).

Região	UF	Agro-pecuária		%	Indústria		%	Serviço		%	Total		%
		Valor			Valor			Valor			Valor		
Nordeste		235,7		47,3	4.316,8		54,1	4.367,7		65,3	8.920,2		58,8
	AL	0,7		0,1	33,2		0,4	5,4		0,1	39,3		0,3
	BA	22,8		4,6	188,9		2,4	105,0		1,6	316,7		2,1
	CE	26,9		5,4	300,2		3,8	150,7		2,3	477,8		3,1
	MA	5,5		1,1	71,6		0,9	21,0		0,3	98,1		0,6
	PB	7,7		1,5	228,7		2,9	99,4		1,5	335,8		2,2
	PE	13,9		2,8	294,8		3,7	191,3		2,9	500,0		3,3
	PI	1,5		0,3	16,5		0,2	4,3		0,1	22,3		0,1
	SE	4,2		0,8	31,1		0,4	7,0		0,1	42,3		0,3
	RN	152,5		30,6	3.151,8		39,5	3.783,6		56,5	7.087,9		46,7
Sudeste		147,4		29,6	2.254,2		28,2	1.784,1		26,7	4.185,7		27,6
	ES	4,4		0,9	95,6		1,2	34,2		0,5	134,2		0,9
	MG	33,1		6,6	284,7		3,6	98,3		1,5	416,1		2,7
	RJ	13,0		2,6	254,4		3,2	288,1		4,3	555,5		3,7
	SP	96,9		19,4	1.619,5		20,3	1.363,5		20,4	3.079,9		20,3

continua...

continuação

Região	UF	Agro-pecuária		%	Indústria		%	Serviço		%	Total		%
		Valor			Valor			Valor			Valor		
Norte		13,2		2,7	268,8		3,4	108,6		1,6	390,6		2,6
	AC	1,4		0,3	8,0		0,1	4,7		0,1	14,0		0,1
	AP	0,6		0,1	7,4		0,1	2,4		0,0	10,4		0,1
	AM	3,2		0,6	41,3		0,5	62,1		0,9	106,7		0,7
	PA	4,9		1,0	153,4		1,9	28,3		0,4	186,7		1,2
	RO	2,0		0,4	26,9		0,3	6,6		0,1	35,5		0,2
	RR	0,2		0,0	3,6		0,0	1,5		0,0	5,3		0,0
	TO	0,9		0,2	28,2		0,4	2,9		0,0	32,0		0,2
	Centro-Oeste	31,1		6,2	372,2		4,7	114,0		1,7	517,3		3,4
	DF	1,2		0,2	26,6		0,3	24,0		0,4	51,8		0,3
	GO	14,9		3,0	152,5		1,9	50,2		0,7	217,6		1,4
	MT	11,5		2,3	153,2		1,9	24,7		0,4	189,4		1,2
	MS	3,4		0,7	40,0		0,5	15,1		0,2	58,5		0,4
Sul		70,8		14,2	767,6		9,6	318,6		4,8	1.157,0		7,6
	PR	29,8		6,0	269,8		3,4	123,5		1,8	423,0		2,8
	SC	9,2		1,8	198,9		2,5	48,2		0,7	256,2		1,7
	RS	31,8		6,4	298,9		3,7	147,0		2,2	477,8		3,1
Total		498,2		100,0	7.979,6		100,0	6.693,0		100,0	15.170,8		100,0

Fonte: BNB/ETENE.

A agropecuária potiguar adquiriu R\$ 498,2 milhões de insumos intermediários em 2009, dos quais R\$ 152,5 milhões do próprio Estado e R\$ 345,7 milhões das demais Unidades Federativas do País. Os principais vendedores foram São Paulo (R\$ 96,9 milhões), Minas Gerais (R\$ 33,1 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 31,8 milhões), Paraná (R\$ 29,8 milhões) e Ceará (R\$ 26,9 milhões).

As quinze principais atividades compradoras do Rio Grande do Norte em 2009 estão especificadas na Tabela 2. Referidas atividades responderam por R\$ 10,8 bilhões das compras realizadas, ou seja, por 71,4% do total das aquisições do Estado. As atividades mencionadas compraram R\$ 4,9 bilhões no próprio Rio Grande do Norte. Dessas quinze atividades, sete são industriais, as quais responderam por R\$ 6,3 bilhões das aquisições, e oito são do setor de serviços, tendo demandado R\$ 4,5 bilhões de compras.

Tabela 2 – Principais atividades compradoras de insumos intermediários - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Petróleo e gás natural	1.749,8	11,5	11,5
2	Administração pública e seguridade social	1.473,8	9,7	21,2
3	Construção	1.428,2	9,4	30,7
4	Beneficiamento de outros produtos vegetais	768,4	5,1	35,7
5	Têxteis	631,5	4,2	39,9
6	Comércios varejista	614,4	4,1	43,9
7	Serviços de informação	577,0	3,8	47,7
8	Artigos do vestuário e acessórios	567,2	3,7	51,5
9	Saúde pública	507,7	3,3	54,8
10	Transporte de carga e correios	477,8	3,1	58,0
11	Serviços de alimentação	453,9	3,0	61,0
12	Distribuição de energia elétrica	430,6	2,8	63,8
13	Intermediação financeira e seguros	416,7	2,7	66,6
14	Outros produtos alimentares	380,4	2,5	69,1
15	Serviços prestados às empresas	361,4	2,4	71,4
16	Demais 67 setores	4.332,0	28,6	100,0
	Total	15.170,8	100,0	

Fonte: BNB/ETENE.

9.2 As vendas de insumos intermediários

A economia potiguar vendeu R\$ 13,2 bilhões em termos de insumos intermediários a diferentes segmentos produtivos do País em 2009. O principal destino desses bens foi o próprio Estado, R\$ 7,1 bilhões ou 53,6% do total das vendas. Assim, o Rio Grande do Norte comercializou R\$ 6,1 bilhões com as demais Unidades Federativas em 2009.

O estado de São Paulo absorveu R\$ 2,1 bilhões ou 15,9% do total vendido pelos setores produtivos potiguares. Segue Bahia que comprou R\$ 682,1 milhões, Rio Grande do Sul com R\$ 654,2 milhões, Paraná com R\$ 466,9 milhões e Amazonas com R\$ 406,7 milhões (Tabela 3).

Em termos setoriais, a indústria foi o principal fornecedor de insumos intermediários com R\$ 6,4 bilhões, seguido dos serviços com R\$ 6,0 bilhões e da agropecuária com R\$ 753,6 milhões.

O próprio Rio Grande do Norte é o principal destino dos insumos intermediários provenientes da indústria, ou seja, R\$ 2,0 bilhões, enquanto que R\$ 4,4 bilhões foram comercializados para as demais Unidades Federativas. Os principais compradores foram São Paulo (R\$ 1,5 bilhão), Bahia (R\$ 629,2 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 514,3 milhões), Amazonas (R\$ 361,9 milhões) e Paraná (R\$ 361,2 milhões).

Em termos de serviços, o próprio Rio Grande do Norte absorveu R\$ 4,8 bilhões de insumos intermediários, enquanto que R\$ 1,2 bilhão foram vendidos para outros Estados. Os principais compradores foram São Paulo (R\$ 400,3 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 125,3 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 103,7 milhões), Minas Gerais (R\$ 90,8 milhões) e Distrito Federal (R\$ 73,6 milhões).

A agropecuária vendeu R\$ 285,1 milhões para o próprio Rio Grande do Norte e R\$ 468,5 milhões para as demais Unidades Federativas. Os principais destinos dos insumos intermediários provenientes da agropecuária foram São Paulo (R\$ 235,3 milhões), Santa Catarina (R\$ 54,0 milhões), Paraná (R\$ 43,8 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 36,3 milhões) e Pernambuco (R\$ 13,6 milhões).

Verifica-se, portanto, que o setor produtivo do Rio Grande do Norte tem conexões comerciais mais expressivas com o Sudeste e o Sul, vindo a seguir o Nordeste.

Tabela 3 – Destino das vendas de insumos intermediários por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Região	UF	Agro-pecuária		%	Indústria		%	Serviço		%	Total		%
		Valor			Valor			Valor			Valor		
Nordeste		323,2		42,9	2.952,4		45,7	4.966,8		82,5	8.242,4		62,3
	AL	1,1		0,1	9,4		0,1	4,1		0,1	14,6		0,1
	BA	6,0		0,8	629,2		9,7	46,9		0,8	682,1		5,2
	CE	10,4		1,4	141,2		2,2	39,6		0,7	191,2		1,4
	MA	0,5		0,1	17,3		0,3	4,7		0,1	22,5		0,2
	PB	4,1		0,5	46,1		0,7	24,8		0,4	75,0		0,6
	PE	13,6		1,8	75,8		1,2	28,7		0,5	118,1		0,9
	PI	1,2		0,2	12,7		0,2	5,1		0,1	19,0		0,1
Sudeste	SE	1,1		0,1	15,8		0,2	15,1		0,3	32,0		0,2
	RN	285,1		37,8	2.004,9		31,0	4.797,9		79,7	7.087,9		53,6
		254,3		33,7	1.927,5		29,8	625,0		10,4	2.806,9		21,2
	ES	2,1		0,3	41,8		0,6	8,6		0,1	52,5		0,4
	MG	11,1		1,5	270,8		4,2	90,8		1,5	372,8		2,8
	RJ	5,8		0,8	133,4		2,1	125,3		2,1	264,6		2,0
	SP	235,3		31,2	1.481,5		22,9	400,3		6,6	2.117,0		16,0

continua...

continuação

Região	UF	Agro-pecuaria		%	Indústria		%	Serviço		%	Total		%
		Valor			Valor			Valor			Valor		
Norte		6,9		0,9	430,1		6,7	74,4		1,2	511,3		3,9
	AC	0,2		0,0	3,7		0,1	1,3		0,0	5,2		0,0
	AP	0,3		0,0	4,2		0,1	1,6		0,0	6,1		0,0
	AM	1,2		0,2	361,9		5,6	43,7		0,7	406,7		3,1
	PA	3,1		0,4	31,8		0,5	14,0		0,2	48,9		0,4
	RO	1,1		0,2	16,4		0,3	4,3		0,1	21,8		0,2
	RR	0,1		0,0	2,5		0,0	1,2		0,0	3,8		0,0
	TO	0,9		0,1	9,5		0,1	8,3		0,1	18,8		0,1
Centro-Oeste		35,2		4,7	187,4		2,9	157,1		2,6	379,7		2,9
	DF	4,0		0,5	74,0		1,1	73,6		1,2	151,7		1,1
	GO	11,0		1,5	47,5		0,7	13,1		0,2	71,5		0,5
	MT	12,7		1,7	41,0		0,6	53,8		0,9	107,4		0,8
	MS	7,5		1,0	25,0		0,4	16,6		0,3	49,1		0,4
Sul		134,1		17,8	963,9		14,9	196,1		3,3	1.294,1		9,8
	PR	43,8		5,8	361,2		5,6	61,9		1,0	466,9		3,5
	SC	54,0		7,2	88,4		1,4	30,6		0,5	173,0		1,3
	RS	36,3		4,8	514,3		8,0	103,7		1,7	654,2		4,9
Total		753,6		100,0	6.461,3		100,0	6.019,4		100,0	13.234,4		100,0

Fonte: BNB/ETENE.

Considerando o detalhamento setorial permitido pela Matriz aqui utilizada, constata-se que apenas 15 atividades são responsáveis por 81,3% das vendas de insumos intermediários do Rio Grande do Norte, o que representou R\$ 10,8 bilhões, dos quais R\$ 5,9 bilhões foram comercializados no próprio Estado (Tabela 4).

Tabela 4 – Principais setores fornecedores de insumos intermediários - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Petróleo e gás natural	2.674,2	20,2	20,2
2	Comércio atacadista	1.593,7	12,0	32,2
3	Serviços prestados às empresas	932,5	7,0	39,3
4	Têxteis	836,1	6,3	45,6
5	Serviços de informação	824,7	6,2	51,8
6	Intermediação financeira e seguros	816,4	6,2	58,0
7	Transporte de carga e correios	778,3	5,9	63,9
8	Construção	448,1	3,4	67,3
9	Bovinos	373,3	2,8	70,1
10	Serviços imobiliários e aluguel	350,2	2,6	72,7
11	Beneficiamento de outros produtos vegetais	316,3	2,4	75,1
12	Distribuição de energia elétrica	271,8	2,1	77,2
13	Outros produtos de minerais não-metálicos	199,4	1,5	78,7
14	Água, esgoto e serviços de limpeza urbana	180,1	1,4	80,1
15	Comércios varejista	162,0	1,2	81,3
16	Demais 67 setores	2.477,2	18,7	100,0
	Total	13.234,4	100,0	

Fonte: BNB/ETENE.

Dessas quinze atividades, sete representam prestação de serviços, isto é, comércio atacadista, serviços prestados às empresas, serviços de informação, intermediação financeira e seguros, transporte de carga e correio, serviços imobiliários e aluguel e co-

mércio varejista. Referidas atividades foram responsáveis por R\$ 5,5 bilhões das vendas de insumos intermediários do Rio Grande do Norte.

Outras sete atividades pertencem à indústria, isto é, petróleo e gás natural, têxteis, construção civil, beneficiamento de outros produtos vegetais, distribuição de energia elétrica, outros produtos de minerais não-metálicos além de água, esgoto e serviços de limpeza urbana. Referidas atividades venderam R\$ 4,9 bilhões.

A bovinocultura representa a única atividade pertencente à agropecuária, tendo comercializado R\$ 373,3 milhões de insumos intermediários.

9.3 Balanço de compras e vendas

As compras interestaduais do Rio Grande do Norte com insumos intermediários somaram R\$ 8,1 bilhões, enquanto que as vendas interestaduais totalizaram R\$ 6,1 bilhões, implicando um déficit comercial com as demais Unidades Federativas de R\$ 2,0 bilhões em 2009.

É importante ressaltar que os resultados referem-se a movimentação (compras e vendas) de insumos intermediários. O Rio Grande do Norte produz e vende bens finais, que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na MIP, mas não analisada aqui. Além disso, as famílias, empresas e o setor público do Rio Grande do Norte adquirem bens finais provenientes de outras Unidades Federativas.

Portanto, a economia potiguar apresentou resultado negativo no relacionamento comercial com as demais Unidades Federativas do País. O Estado mostrou-se superavitário em relação às regiões Sul (R\$ 137,1 milhões de saldo) e Norte (R\$ 120,7 milhões). Porém, apresentou déficit em relação ao Sudeste (- R\$ 1,4 bilhão), aos demais Estados do Nordeste (- R\$ 677,8 milhões) e Centro-Oeste (- R\$ 137,6 milhões).

A indústria vendeu R\$ 4,5 bilhões e comprou R\$ 4,8 bilhões de outras Unidades Federativas, implicando um déficit de R\$ 0,3 bilhão. Os serviços venderam R\$ 1,2 bilhão e compraram R\$ 2,9

bilhões, registrando déficit de R\$ 1,7 bilhão. A agropecuária, por sua vez, apresentou superávit de R\$ 122,8 milhões, fruto das vendas de R\$ 468,5 milhões e compras de R\$ 345,7 milhões.

Assim, os resultados positivos da agropecuária não foram suficientes para cobrir o déficit apresentado pela indústria e serviços, o que ocasionou um déficit comercial de R\$ 2,0 bilhões em 2009. É possível concluir que os serviços e especialmente a indústria norte-rio-grandense adquirem expressivo volume de insumos intermediários provenientes das demais Unidades Federativas.

9.4 Análise da agregação de valor

A presente seção traz algumas considerações sobre a agregação de valor na economia norte-rio-grandense. Inicialmente, é importante esclarecer alguns conceitos. O valor da produção de um determinado setor diz respeito ao preço de mercado do bem ou serviço gerado multiplicado pela quantidade produzida. O valor adicionado refere-se ao valor da produção subtraído pelo consumo intermediário, ou seja, o valor adicionado é o valor da produção retirando-se os bens e serviços que foram adquiridos de outros setores e que foram utilizados no processo produtivo.

O pessoal ocupado abrange todos aqueles que trabalham na atividade, incluindo proprietários e sócios, pessoas da família que exercem algum ofício na empresa sem remuneração, inclusive a mão de obra informal, isto é, sem carteira de trabalho assinada.

Analisando-se a Tabela 6 verifica-se que o setor serviços é preponderante na economia potiguar em todos os indicadores apresentados, com destaque para a participação desse setor no total das remunerações estaduais (79,3%), no valor agregado bruto (74,9%), no valor da produção (62,3%) e no número de pessoas ocupadas (60,6%).

A indústria ocupa o segundo posto em todos os indicadores, com exceção de pessoal ocupado e em termos da relação valor adicionado/valor da produção. Nesses dois casos, a agropecuária supera o setor secundário.

A indústria tem expressiva participação no total estadual em termos de arrecadação de ICMS (47,4%) e no que se refere às relações remuneração/valor adicionado (53,38%) e valor adicionado por pessoal ocupado (R\$ 18.644,28).

Apesar de gerar o menor Valor Adicionado Bruto entre os setores, apenas 5,3% do total estadual e apenas 2,3% das remunerações, a agropecuária responde por 22,7% do pessoal ocupado no Rio Grande do Norte. Isso implica dizer que a agricultura de subsistência ainda é relevante no Estado.

Também, a relação valor adicionado/valor da produção é expressiva na agropecuária (69,09%), pois esse setor adquire menor quantidade de insumos em comparação com a indústria.

O comércio, a fruticultura, a administração pública, a bovinocultura e a construção civil geram expressivo contingente de pessoal empregado e valor adicionado, conforme detalhado na Tabela 6.

Tabela 5 – Valor adicionado e Valor bruto da produção por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Indicadores	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total	%
ICMS	33,27	3,2	488,98	47,4	509,03	49,4	1.031,28	100,0
Remunerações	322,97	2,3	2.581,26	18,4	11.143,76	79,3	14.047,98	100,0
Valor Adicionado Bruto	1.291,46	5,3	4.835,18	19,8	18.295,11	74,9	24.421,75	100,0
Valor da produção	1.869,16	4,5	13.850,75	33,2	26.004,36	62,3	41.724,27	100,0
Pessoal ocupado	354.286	22,7	259.338	16,6	944.246	60,6	1.557.870	100,0
Valor adicionado/ Valor da produção (%)	69,09	-	34,91	-	70,35	-	58,53	100,0
Remunerações/Valor adicionado (%)	25,01	-	53,38	-	60,91	-	57,52	100,0
Valor adicionado/Pessoal ocupado	3.645,24	-	18.644,28	-	19.375,37	-	15.676,37	100,0

Fonte: BNB/ETENE.
Notas: pessoal ocupado em unidades.

Tabela 6 – Principais atividades geradoras de pessoal ocupado (número de pessoas) e Valor adicionado - (R\$ milhões correntes) - 2009

Atividades	Pessoal ocupado	Atividades	Valor adicionado
Comércios varejista	218.959	Administração pública e seguridade social	4.023,1
Fruticultura	120.577	Comércios varejista	2.510,1
Administração pública e seguridade social	105.065	Serviços imobiliários e aluguel	1.957,6
Construção	104.352	Educação pública	1.901,1
Serviços domésticos	101.244	Construção	1.654,0
Outras culturas/ extrativismo vegetal	101.165	Comércio atacadista	1.550,2
Educação pública	85.307	Saúde pública	1.095,9
Comércio atacadista	78.566	Petróleo e gás natural	1.087,4
Artigos do vestuário e acessórios	62.989	Intermediação financeira e seguros	887,1
Outros serviços	61.525	Serviços prestados às empresas	700,2
Serviços prestados às empresas	58.727	Bovinos	635,2
Bovinos	50.379	Transporte de carga e correios	483,4
Serviços de alimentação	48.004	Serviços de informação	457,8
Aves	44.736	Serviços domésticos	457,0
Saúde pública	32.145	Outros serviços	442,9

Fonte: BNB, ETENE.

Notas: pessoal ocupado em unidades.

O Rio Grande do Norte apresentou déficit de R\$ 2,0 bilhões na relação comercial com as regiões Norte, Nordeste, Sul e especialmente com o Sudeste. Na verdade, São Paulo é o principal fornecedor de insumos intermediários para o Rio Grande do Norte.

A economia potiguar apresentou resultado negativo no relacionamento comercial com as demais Unidades Federativas do País em 2009. O Estado mostrou-se superavitário em relação às regiões

Sul e Norte. Porém, apresentou déficit em relação ao Sudeste, aos demais Estados do Nordeste e Centro-Oeste.

A indústria representa o setor que mais realiza compras e vendas, seguido dos serviços e da agropecuária. Indústria e serviços registraram déficit enquanto que a agropecuária registrou superávit.

Petróleo e gás natural, a administração pública e a construção civil se constituíram em importantes compradores. No lado das vendas, cabe destacar petróleo e gás, comércio atacadista e serviços prestados as empresas.

Apesar das recentes transformações socioeconômicas, a exemplo da expansão da fruticultura, carcinicultura, a cadeia do petróleo e gás, modernos setores comerciais e de serviços, a análise do fluxo comercial interestadual e da agregação de valor permitem concluir que a base econômica do Rio Grande do Norte necessita ser fortalecida nos três setores econômicos.

Parte da produção agropecuária ainda se destina ao autoconsumo e subsistência, enquanto que a indústria é basicamente é formada por segmentos tradicionais. A administração pública e o comércio são preponderantes no setor de serviços.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste**. Fortaleza, 2014.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo produto do nordeste e Estados: metodologia e resultados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

10 Turismo

Airton Saboya Valente Junior.

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Iara Amaral Lourenço

Graduanda em Economia. Bolsista em Nível Superior

O Rio Grande do Norte, com cerca de 3,4 milhões de habitantes, atrai mais de 2,0 milhões de visitantes por ano, tanto pela hospitalidade potiguar, quanto por um formidável patrimônio natural, composto de litoral, montanhas e sertão, além de variadas manifestações culturais, a exemplo da história, tradições, festejos, religiosidade, gastronomia e arte.

Na verdade, o Rio Grande do Norte possui diferentes atrativos ecológicos, com destaque para dunas, grutas, cavernas, cachoeiras, locais para mergulhos e trilhas. Além disso, danças e ritos folclóricos integram-se ao cotidiano das cidades originando um calendário de festas, procissões, concertos e eventos. Ao lado dessas atrações, produz-se um artesanato de reconhecida qualidade, cabendo citar os bordados, cerâmicas, peças em cipó, madeira, palha ou sisal, areias coloridas, rendas e fibras.

Em termos de oferta turística, o Rio Grande do Norte tem uma das maiores redes hoteleiras regionais, com 42 mil leitos, sendo 25 mil em Natal, um dos principais centros de qualificação de mão de obra do Brasil, o Hotel Barreira Roxa e um Centro de Convenções com capacidade para receber 4.800 pessoas (BRASIL, 2014).

A Secretaria de Turismo do Estado elaborou uma estratégia que enfatiza o turismo de sol e praia, o de aventura e esportes além da promoção de eventos e negócios. Nesse sentido, cinco polos turísticos foram criados no Estado, a seguir especificados.

O Polo Agreste/Trairi é formado por 13 cidades, como Jaçanã, Nova Cruz, São Bento do Trairi e Santa Cruz, está localizado no semiárido nordestino, possuindo vantagens para a prática do turismo de aventura em suas serras. Os festejos juninos e religiosos,

as tradicionais vaquejadas e a culinária são outros atrativos para quem visita as cidades desse Polo.

Situado na Zona Oeste do Estado, o Polo Costa Branca é marcado por um contraste: de um lado, a vegetação caatinga, repleta de xique-xiques e juremas. Do outro, o mar, dunas multicoloridas, falésias e quilômetros de praias praticamente desertas. Referido polo é formado por 20 cidades, dentre elas Areia Branca, Macau, Mossoró e Tibau, sendo grande produtora de sal, petróleo e fruticultura. Reúne sítios arqueológicos e paleontológicos. O Polo Costa Branca possui uma infraestrutura turística, composta por hotéis, pousadas, bares e restaurantes (BRASIL, 2014).

Porta de entrada do Estado, o Polo Costa das Dunas está localizado no litoral oriental, contemplando 25 municípios. Os visitantes dispõem de praias, lagoas, falésias e dunas. O turista conta com infraestrutura turística podendo aproveitar uma viagem de emoção e aventura nos passeios de bugre, mergulho e esportes radicais. O Polo Costa das Dunas possui rico artesanato, folclore, além de monumentos turísticos, repletos de história, irresistível gastronomia potiguar a exemplo do camarão e a carne de sol. Destaque para a capital Natal e praias internacionalmente conhecidas, como Jenipabu, Maracajaú, Pirangi, Pipa e Ponta Negra.

Localizado ao sul do Estado, abrangendo cidades como Equador, Florânia, Lagoa Nova e Ouro Branco, o Polo Seridó é constituído por 17 municípios, sendo composto por ecossistemas naturais e possui a caatinga como vegetação característica. Faz parte do Nordeste semiárido e abrange importantes sítios arqueológicos, que registram a presença do homem pré-histórico, através de enigmáticas inscrições rupestres. O Polo Seridó apresenta ainda como atrativos as serras, cavernas, trilhas, rios, açudes e tanques naturais. A força das tradições populares, como folguedos e festas religiosas, desperta o interesse dos visitantes. Entre suas maiores potencialidades turísticas, se incluem também a gastronomia genuinamente sertaneja e seu rico artesanato com seus famosos bordados.

O clima ameno de suas cidades, que varia entre 16° a 22°, é uma das principais características dos destinos que compõem o Polo Serrano. Situado no semiárido nordestino, o Polo Serrano atrai adeptos do ecoturismo considerando as montanhas e grutas da região. Dentre os 12 municípios desse Polo estão Felipe Guerra,

Pau dos Ferros, São Miguel e Viçosa, que unem o clima de serra e a gastronomia local.

Tendo em vista o patrimônio natural e cultural do Estado, considerando as políticas de promoção do turismo adotadas, e tendo em vista os investimentos realizados em infraestruturas, a exemplo de hotéis, pousadas além de terminais aeroportuários, o fluxo de visitantes para o Rio Grande do Norte aumentou consideravelmente nos últimos anos.

A oferta hoteleira tem se expandido no Rio Grande do Norte. Em 2013, o Estado possuía 182 meios de hospedagem, 9.413 unidades habitacionais e 26.081 leitos. O número de restaurantes, bares e cafeterias, cadastrados no Ministério do Turismo tem se expandido. Observa-se ainda um aumento na oferta de locadoras de veículos (BRASIL, 2014).

O desembarque de passageiros nos aeroportos é utilizado como uma *proxy* para se determinar o fluxo turístico. Nesse sentido, a expansão da demanda turística ocorrida no Nordeste beneficiou o Rio Grande do Norte. Assim é que o número de passageiros desembarcados em voos nacionais na Região saltou de 6,4 milhões, em 2003, para 16,0 milhões, em 2013, representando um acréscimo de 151,8% no período (Tabelas 1 e 2). O Nordeste obteve cerca de 18,0% do total de passageiros de voos nacionais em 2013.

O aumento do fluxo turístico no Nordeste nos últimos dez anos foi acompanhado pelo crescimento do movimento de passageiros no Rio Grande do Norte. Em 2003, 392 mil passageiros desembarcaram no Estado, enquanto que em 2013 esse número subiu para 1,2 milhão de pessoas, significando uma variação de 195,4% nesse período. Do total de desembarques no Estado em 2013, 97,8% foram oriundos de voos regulares, taxa próxima à regional, que foi de 97,5% nesse mesmo ano.

Em relação ao turismo internacional no Nordeste, o incremento de desembarques de passageiros procedentes de voos do exterior também foi expressivo, saltando de 266 mil em 2003 para 436 mil em 2013 (Tabelas 3 e 4).

O Rio Grande do Norte conta com rotas regulares internacionais desde 2003, quando desembarcaram 51 mil passageiros procedentes desses voos. Em 2013, o desembarque de passageiros

internacionais havia saltado para 46 mil, sendo 40 mil de voos regulares e 6 mil de voos não regulares (Tabela 4).

A realização da Copa 2014 no Brasil, tendo sido Natal uma das sedes, proporcionou uma ampla divulgação da capital norte-rio-grandense no Brasil e no exterior. O megaevento impulsionou a realização de investimentos em infraestruturas de mobilidade urbana, a revitalização de áreas urbanas, equipamentos de esporte e lazer, a exemplo da Arena das Dunas, a construção de um novo aeroporto internacional, um terminal de passageiros no porto de Natal, além de inversões na rede hoteleira, nas áreas de telecomunicações, em saúde e segurança pública. O setor turístico do Estado está sendo beneficiado com esse conjunto de ações e investimentos, de forma que os fluxos de visitantes deverão se expandir nos próximos anos.

Tabela 1 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Rio Grande do Norte e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Rio Grande do Norte	381.044	302.999	78.045	391.537	313.721	77.816
Internacional de Natal / Augusto Severo	381.044	302.999	78.045	391.537	313.721	77.816
Nordeste	4.931.449	4.316.191	615.258	5.476.364	4.846.208	630.156

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tabela 2 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Rio Grande do Norte e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Rio Grande do Norte	1.157.494	1.132.125	25.369	1.156.649	1.131.245	25.404
Internacional de Natal / Augusto Severo	1.157.494	1.132.125	25.369	1.156.649	1.131.245	25.404
Nordeste	16.157.907	15.683.767	474.140	16.033.800	15.635.891	397.909

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tabela 3 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Rio Grande do Norte e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Rio Grande do Norte	50.786	1.235	49.551	50.901	1.039	49.862
Internacional de Natal / Augusto Severo	50.786	1.235	49.551	50.901	1.039	49.862
Nordeste	276.049	166.259	109.790	265.971	155.966	110.005

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tabela 4 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Rio Grande do Norte e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Rio Grande do Norte	47.608	40.968	6.640	46.455	40.252	6.203
Internacional de Natal / Augusto Severo	47.608	40.968	6.640	46.455	40.252	6.203
Nordeste	450.354	422.736	27.618	436.060	412.050	24.010

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

A Copa 2014 em Natal

Natal foi beneficiada por um conjunto de obras por ocasião da Copa 2014, a exemplo da construção de um novo aeroporto internacional, a edificação da Arena das Dunas além de melhorias no porto da cidade. Referidas intervenções deverão trazer impactos positivos para o setor turístico.

O aeroporto de São Gonçalo do Amarante, localizado na região metropolitana e distando 17 km do centro de Natal, foi inaugurado em 2014. O Consórcio Inframérica, formado pela Engevix Brasil e a empresa Argentina Construção Corporación América, esteve a cargo da construção de terminais de passageiros, da torre de controle, corredor para a área do terminal e estacionamentos. Referido Consórcio é o atual responsável pela gestão do aeroporto.

Por sua vez, tanto a edificação das pistas e do estacionamento para aeronaves foram executados pela Infraero. Durante a fase de construção gerou 400 empregos diretos e indiretos enquanto que na fase operacional devem ser mobilizados 292 funcionários. O novo aeroporto melhorou a infra-estrutura turística de Natal. O terminal também tem o potencial para se tornar um centro de transporte para os voos que conectam o Brasil com a Península Ibérica. O aeroporto foi projetado para atender 8 milhões de passageiros por ano. As inversões no equipamento totalizaram R\$ 572,6 milhões

A Arena das Dunas, cuja arquitetura é uma referência para a paisagem natural da região, foi inaugurada em 2014, tem capacidade para 32 mil espectadores. O projeto é fruto de uma parceria público privada (PPP), entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a Arena das Dunas Concessão e Eventos, consórcio que administrará o espaço durante 20 anos. O equipamento demandou investimentos de R\$ 400,0 milhões.

A Arena, que recebeu quatro jogos da Copa do Mundo de 2014, conta com modernos equipamentos, tendo inclusive preocupações com a sustentabilidade, como a reutilização de água. A Arena das Dunas foi projetada para diferentes eventos, como convenções, exposições e performances musicais, de forma que a cidade foi beneficiada com um moderno equipamento de esporte e lazer.

O Porto de Natal recebeu investimentos em pavimentação, aquisição de equipamentos, dragagem, além da construção de um terminal de passageiros a um custo de R\$ 79,8 milhões. Com essas obras, objetiva-se incrementar o número de cruzeiros marítimos na capital potiguar.

Fonte: Portal da Copa.

Referências

- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Movimento operacional da Rede Infraero.** Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- NATAL. Secretaria Municipal de Turismo. **Polos turísticos.** Disponível em: <<http://natalbrasil.tur.br/>>. Acesso em 11 nov. 2014.
- PORTAL da Copa. Site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Serviços: Natal. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/servicos/natal>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

11 Comércio exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Economista. Mestre em Economia

O Rio Grande do Norte contribuiu com 1,4% da receita total de exportação do Nordeste, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para 2013. As exportações passaram de US\$ 149,4 milhões em 2000 para US\$ 247,9 milhões em 2013, com pico de US\$ 573,8 milhões em 2004. Nesse ano, as exportações de óleos brutos de petróleo, iniciadas em 2002 com o aumento da extração de petróleo pela Petrobras, atingiram 49,6% do total do Estado. As vendas externas do produto, entretanto, cessaram em 2006. O camarão, outro produto importante na pauta potiguar, chegou a ocupar a primeira posição em 2002 (10,9%), porém as exportações pararam em 2011, causada pelo aumento da competição com os países asiáticos, queda do dólar e aparecimento da doença da mancha branca. Em 2013, as exportações do crustáceo foram retomadas diante de conjuntura mais favorável.

A análise por fator agregado revela que a exportação de produtos básicos vem aumentando de participação, tendo atingido 65,5% em 2013. Os produtos manufaturados que contribuíram com 40,4% das vendas em 2000 passaram a representar 24,0% em 2013. A concentração da composição da pauta das exportações pode ser explicada, em parte, pela especialização do estado potiguar na produção de frutas tropicais irrigadas.

Tabela 1 – Exportação por fator agregado - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

Exportação por fator agregado	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	81.815	54,77	162.345	65,48	98,4
Industrializados	66.631	44,60	71.779	28,95	7,7
Semimanufaturados	6.324	4,23	12.180	4,91	92,6
Manufaturados	60.308	40,37	59.599	24,04	-1,18
Op. especiais	946	0,63	13.798	5,57	1358,6
Total	149.392	100,00	247.922	100,00	66,0

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Melões frescos, com 23,5% das vendas, é o principal produto de exportação da economia potiguar. Acrescentando os produtos castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (9,6%), bananas frescas ou secas, exceto bananas da terra (4,4%), melancias frescas (3,5%), mangas frescas ou secas (2,6%) e mamões frescos (2,1%), o segmento de frutas responde por 47,7% do total. Outro importante item da pauta exportadora do Estado são os produtos de confeitaria que respondem por 6,8% (Tabela 2).

Apesar de aparecer na 12ª posição dos produtos com maiores receitas de exportação em 2013, o sal marinho vem apresentando um desempenho ascendente. Dados mais recentes apontam que o produto já registrou crescimento de 110,8% da receita e 96,4% da quantidade sobre o total exportado de janeiro a outubro de 2014 em comparação com o ano anterior. Ressalte-se que o Rio Grande do Norte é responsável por 95% da extração de sal do País. A ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca Luiz Fausto de Medeiros (chamado de Porto Ilha) possibilitou o aumento da capacidade de exportação do produto sendo a Nigéria, Camarões e Canadá os principais países de destino.

Tabela 2 – Principais produtos exportados - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Camisetas “t-shirts”, etc.de malha de algodão	21.332	14,28	Melões frescos	58.230	23,49
Melões frescos	20.546	13,75	Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	23.820	9,61
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	20.460	13,7	Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas	16.776	6,77
Camarões congelados	13.461	9,01	Consumo de bordo - combustíveis e lubrif. p/ aeronave	13.231	5,34
Outs.acucares de cana, beterraba, sacarose quim.pura, sol.	9.361	6,27	Outs. prod.de origem animal, impróp. p/ alim. humana	10.994	4,43
Camisas de malha de algodão, de uso masculino	8.850	5,92	Bananas frescas ou secas, exceto bananas da terra	10.863	4,38
Sal marinho, a granel, sem agregados	8.840	5,92	Outras chapas, etc. de outras plásticos	9.518	3,84
Camisas, etc. de malha de algodão, de uso feminino	6.206	4,15	Melancias frescas	8.748	3,53
Bananas frescas ou secas	5.537	3,71	“Fuel-oil”	8.550	3,45
Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas	4.390	2,94	Granito cortado em blocos ou placas	6.579	2,65
Demais produtos	30.411	20,35	Demais produtos	80.614	32,52
Total	149.392	100,00	Total	247.922	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Dez países são destinos de quase 80% das exportações potiguares. Os Estados Unidos (22,6%), a Holanda (19,5%) e a Espanha (10,2%) figuram como os principais países compradores das vendas externas do Estado (Tabela 3).

As importações potiguares, em 2013, segundo as categorias de uso estão concentradas em bens intermediários (56,4%) com destaque para os insumos industriais (36,4%) e alimentos e bebidas destinados à indústria (18,8%) e em bens de capital (38,0) (Tabela 3).

Trigo e misturas de trigo com centeio utilizado na indústria alimentícia foi o produto com maior valor importado em 2013, sendo os Estados Unidos (56,4%), Argentina (37,7%) e Uruguai (5,9%) os países de origem das compras. Em seguida vem a importação de partes de outros motores, geradores, grupos eletrogeradores e outros grupos eletrogeradores de energia eólica utilizados na construção dos parques de usinas geradoras de energia eólica do Estado (Tabela 4).

A empresa A M. Dias Branco S.A. (18,8%) é a maior importadora do Estado seguida da Siemens Ltda. (8,6%) e da Gamesa Eólica Brasil Ltda. (7,1%).

Estados Unidos (26,7%), China (17,0%) e Argentina (10,3%) se constituíram na origem da maior parte das importações do Rio Grande do Norte em 2013 (Tabela 26).

Tabela 3 – Principais países de destino das exportações - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Estados Unidos	66.797	44,71	Estados Unidos	56.117	22,63
Reino Unido	18.450	12,35	Países Baixos (Holanda)	45.803	18,47
Países Baixos (Holanda)	14.117	9,45	Espanha	25.346	10,22
Franca	8.482	5,68	Reino Unido	17.385	7,01
Argentina	6.270	4,2	Argentina	12.512	5,05
Nigéria	5.594	3,74	Prov. de navios e aeronaves	11.797	4,76
Chile	3.880	2,6	Antilhas Holandesas	8.550	3,45
Angola	3.122	2,09	Itália	7.847	3,17
Itália	3.114	2,08	China	5.874	2,37
Espanha	2.449	1,64	Franca	4.992	2,01
Demais Países	17.117	11,46	Demais Países	51.699	20,85
Total	149.392	100,00	Total	247.922	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Tabela 4 – Importação por categoria de uso - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

Importação por categoria de uso	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	26.291	37,4	101.022	37,98	284,25
Bens intermediários	39.638	56,39	150.011	56,4	278,46
Bens de consumo	3.542	5,04	14.949	5,62	322,09
Bens de consumo duráveis	88	0,12	2.396	0,9	2.636,00
Bens de consumo não duráveis	3.454	4,91	12.553	4,72	263,43
Combustíveis e lubrificantes	818	1,16	14	0,01	-98,30
Total	70.288	100,00	265.996	100	278,44

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Tabela 5 – Principais produtos importados - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Outros tipos de algodão não cardado nem penteado	5.748	8,18	Out. trigos e misturas de trigo c/centeio, exc	49.669	18,67
Trigo (exc.trigo duro ou p/semadura),e trigo c/centeio	5.394	7,67	Partes de outros motores/geradores/grupos ele	15.620	5,87
Milho em grão, exceto para semadura	5.013	7,13	Outros grupos eletrog.de energia eolica	15.433	5,8
Malte não torrado, inteiro ou partido	3.170	4,51	Teares p/tecido de l>30cm,s/lancadeira, a jato	7.370	2,77
Outs. instrum. e apars. Automat .p/ controle grandez .n/ eletr	3.067	4,36	Coque de petróleo não calcinado	6.320	2,38
Caixas de papel ou cartão, ondulos (canelados)	2.977	4,24	Outs.fornos n/electr.p/ ustulacao, etc. de mineri	5.776	2,17
Outras máquinas e aparelhos mecânicos c/função própria	2.971	4,23	Caixas de papel ou cartão, ondulos (canelado)	4.541	1,71
Algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado	2.491	3,54	Outros aviões/ veículos aéreos, peso>15000kg, va	4.478	1,68
Fio de poliésteres, simples, parcialm. orient. torc<=50v/m	1.890	2,69	Polietileno com carga, densidade<0.94,em forma	4.477	1,68
Partes de maqs. e apars. amplificad. radiofreq.video,etc.	1.746	2,48	Outros conversores elétricos estáticos	3.981	1,5
Demais produtos	35.820	50,96	Demais produtos	148.332	55,76
Total	70.288	100,00	Total	265.996	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

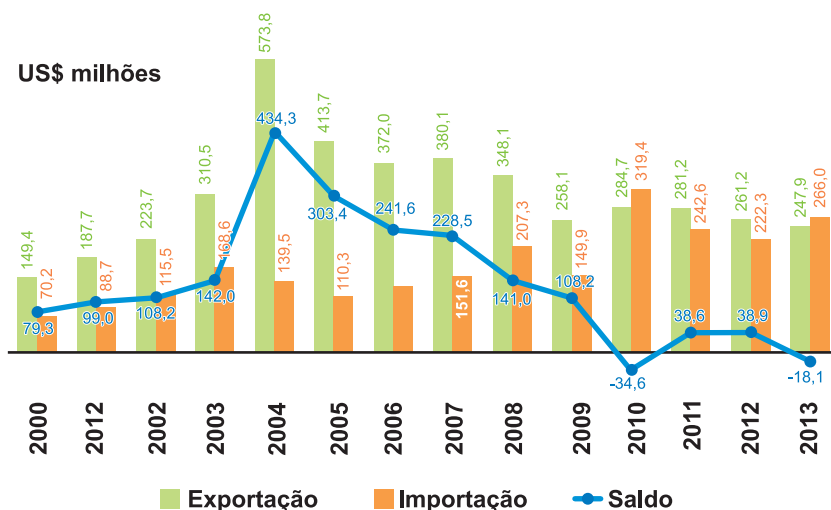
Tabela 5 – Principais países de origem das importações - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Estados Unidos	18.839	26,8	Estados Unidos	71.012	26,7
Argentina	16.076	22,87	China	45.233	17,01
Alemanha	5.623	8,00	Argentina	27.305	10,27
Paraguai	5.220	7,43	Dinamarca	18.478	6,95
Egito	4.695	6,68	Espanha	13.973	5,25
Canadá	2.401	3,42	Alemanha	10.365	3,90
África do Sul	1.799	2,56	Países Baixos (Holanda)	9.697	3,65
Itália	1.656	2,36	Itália	9.423	3,54
França	1.453	2,07	Bélgica	8.778	3,3
Espanha	1.452	2,07	Polônia	4.701	1,77
Demais Países	11.075	15,76	Demais Países	47.030	17,68
Total	70.288	100,00	Total	265.996	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

O Gráfico 1 apresenta a evolução das exportações e importações bem como o saldo da balança comercial do Rio Grande do Norte. Observa-se que no período de 2000 a 2013, a balança comercial do Estado apresentou déficit apenas em 2010 e 2013. Nesses anos, as importações foram maiores que as exportações devido ao aumento do investimento em bens de capital.

Gráfico 1 – Balança Comercial no período 2000 a 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

No período de 2000 a 2013, a pauta de exportação do Rio Grande do Norte passou por diversas transformações ocasionadas, principalmente, pela queda das vendas do petróleo, pela oscilação das vendas de camarões e pela consolidação do segmento frutas (banana, melão, melancia) e cascas de cítricos.

A concentração das exportações em produtos básicos, por um lado reflete a vocação do Estado, por outro, está sujeita às flutuações climáticas e dos preços das *commodities* no mercado internacional.

Esse perfil poderá mudar com o início do funcionamento da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) que será instalada no município de Macaíba. Além de atrair novos investimentos nacionais e estrangeiros, a ZPE ensejará o aumento e a diversificação das exportações do Estado.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial**: Unidades da Federação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

12 Infraestrutura

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Engenheiro Civil. Doutor em Administração

A presente análise enfatiza a disponibilidade de infraestrutura no Rio Grande do Norte, especialmente nos aspectos com maior impacto nos empreendimentos produtivos e no desenvolvimento econômico do Estado. Assim sendo, são comentados com maiores detalhes a infraestrutura de transportes e a infraestrutura energética. Parte das informações relatadas foi baseada em três estudos sobre infraestrutura recentemente realizados: Projeto Nordeste Competitivo (CNI, 2012) e o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (PRODEPRO), elaborado pelo BNB e BID (2014)

12.1 Infraestrutura de transportes

O Rio Grande do Norte tem o território cortado por oito rodovias federais, sendo que as principais são a BR-101, BR-226, BR-304 e BR-405. As rodovias estaduais possuem um papel complementar à malha federal. A rede rodoviária do Rio Grande do Norte possui um total de 27,8 mil km, incluindo os trechos planejados, conforme apresentado na Tabela 1.

De acordo com a pesquisa de rodovias da Confederação Nacional dos Transportes (CNT, 2014), que avaliou uma extensão de 1.830 km das principais rodovias do Estado, 45,5% dos trechos pesquisados encontram-se em estado geral bom ou ótimo, 28,1% em situação regular e 26,4% foram classificados como ruim ou péssimo, levando-se em conta a pavimentação, geometria da via e sinalização, sendo que as rodovias federais apresentam um estado geral melhor do que as rodovias estaduais. Trata-se de uma avaliação geral superior quando se compara com os demais Estados do Nordeste.

Tabela 1 – Rede do Sistema Nacional de Viação no Rio Grande do Norte

	Planejada	Rede não pavimentada					REDE PAVIMENTADA				Total
		Leito natural	Em obras implantação	Implantada	Em obras pavimentação	Subtotal	Pista Simples	Em obras duplicação	Pista Dupla	Subtotal	
Federal	262,30	38,80	12,10	99,80	0,00	150,70	1.253,20	23,50	119,40	1.396,10	1.809,10
Estadual Coincidente	0,00	49,10	0,00	17,00	0,00	66,10	110,20	0,00	0,00	110,20	176,30
Estadual	72,60	698,40	0,00	427,80	28,30	1.154,50	2.828,50	0,00	34,70	2.863,20	4.090,30
Municipal	286,50	21.207,00	0,00	352,00	0,00	21.559,00	117,20	0,00	0,00	117,20	21.962,70
Total	621,40	21.944,20	12,10	879,60	28,30	22.864,20	4.198,90	23,50	154,10	4.376,50	27.862,10

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do DNIT (2014).

Entre os principais gargalos rodoviários do Rio Grande do Norte, destaca-se a necessidade de duplicação de trechos da RN-160, entre São Gonçalo do Amarante e Macaíba (8,4 km), segmento rodoviário importante, pois constitui a ligação do novo aeroporto de São Gonçalo com a futura ZPE de Macaíba. Além disso, torna-se importante finalizar o trecho da BR-304 entre Parnamirim e o entroncamento com a BR-226, estando essa obra prevista no PAC. Adicionalmente, destaca-se a necessidade de pavimentação da BR-226 entre Patu e a divisa RN/CE, obra também prevista no PAC. Adicionalmente, pode-se destacar a construção dos trechos planejados da BR-110 no Estado, de modo a criar um eixo rodoviário entre Mossoró e Salvador na Bahia, constituindo uma alternativa no sentido Norte-Sul às já existentes BR-101 e BR-116.

No transporte ferroviário, o Rio Grande do Norte possui atualmente 364 km de malha sob a responsabilidade da concessionária Transnordestina Logística (TNL), antiga Companhia Ferroviária do Nordeste, que interliga a capital Natal a Nova Cruz além de Mossoró a Sousa na Paraíba. Entretanto, toda essa malha está em péssimo estado de conservação e não vem sendo utilizada regularmente pela concessionária.

Nesse sentido, a não disponibilidade do uso do modal ferroviário pelas empresas do Estado constitui um importante gargalo e, por isso, é importante que a malha atual seja revitalizada. Adicionalmente, seria fundamental a implantação de um ramal ferroviário ligando Mossoró à cidade de Quixadá no Ceará, linha esta que, além de viabilizar o fluxo de calcário entre os dois Estados, poderia contribuir para o suprimento dessa matéria-prima para os grandes empreendimentos instalados ou em implantação em ambos os Estados como, por exemplo, as indústrias de fabricação de cimento e a Companhia Siderúrgica do Pecém, além de permitir o eficiente escoamento de produtos do polo fruticultor e da indústria do petróleo do Rio Grande do Norte. Toda essa malha poderia atuar de forma complementar à Nova Ferrovia Transnordestina, atualmente em construção.

No que diz respeito ao modal aquaviário, o sistema portuário do Rio Grande do Norte é composto por três portos, sendo um privado e dois públicos. Dois destes portos são destinados a um ou dois tipos de produto: o Terminal Privativo de Guamaré, de pro-

priedade da Petrobrás, que movimenta gás natural e petróleo; e o Porto de Areia Branca, que movimenta unicamente sal. A propósito, o terminal salineiro de Areia Branca passou recentemente por uma ampliação, no âmbito do PAC, obra finalizada em 2012 e que recebeu investimentos da ordem de R\$ 278 milhões, propiciando um aumento de 23% na movimentação da mercadoria em 2013, em relação a 2012.

O principal terminal portuário do Estado é o de Natal, o qual tem passado por alguns problemas operacionais que têm impactado sua plena utilização, o que se reflete na oscilação observada na movimentação de cargas através do porto nos últimos anos e na perda de embarques para terminais de outros estados, tais como Pecém e Suape. O embarque de frutas tem sido a principal demanda recebida pelo Porto, embora a movimentação pudesse ser ainda mais intensa não fossem as limitações apresentadas.

Assim sendo, um gargalo relevante relacionado à infraestrutura de transportes no Rio Grande do Norte refere-se à necessidade de construção de um berço de uso múltiplo no Porto de Natal, o berço 4, previsto no PAC, que poderá evitar a ocorrência de sobre-estadias ocasionadas pela espera para atracar no cais, o que poderá implicar na ampliação da área de influência desse terminal marítimo.

Com relação ao transporte aéreo, o Rio Grande do Norte possui um aeroporto administrado pela Infraero, o Aeroporto Internacional Augusto Severo, localizado em Parnamirim, que até 2013 era o quarto aeroporto mais movimentado do Nordeste, tendo recebido 2,420 milhões de passageiros e movimentado 10.429 toneladas de carga naquele ano. A partir de maio de 2014 todas as operações de voos comerciais foram transferidas para o novo Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, ficando o Augusto Severo com uso exclusivo para operações da Força Aérea Brasileira.

O novo aeroporto em São Gonçalo do Amarante tem 40 mil metros quadrados de área construída e capacidade para atender 8,0 milhões de passageiros por ano, sendo operado pela Concessionária Inframérica, de natureza privada, tendo sido projetado para funcionar também como um importante *hub* regional de carga aérea. Um importante gargalo atual é a falta de acesso ao aeroporto pela BR-304, o chamado acesso Sul. Apesar do aeroporto já estar

em operação, existem algumas obras previstas para ainda serem executadas.

A Tabela 2 relaciona as principais obras de infraestrutura de transporte planejadas ou em execução no Rio Grande do Norte.

Tabela 2 – Obras de infraestrutura de transportes previstas no Rio Grande do Norte

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (2a fase)	240	Em projeto	0%
Trens urbanos de Natal – modernização da linha e aquisição de VLTs	325	Iniciada	11%
Terminal marítimo de passageiros do Porto de Natal	73	Iniciada	90%
Construção do Berço 4 no Porto de Natal	Indefinido	Em projeto	0%
Ampliação Av. Engenheiro Roberto Freire – Natal (PAC)	260	Em projeto	0%
Pró-Transporte – Natal	88	Iniciada	5%
Corredor Estruturante – Arena Dunas (Natal)	371	Iniciada	78%
Acesso ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	76	Iniciada	49%
Contorno de Mossoró	82	Iniciada	85%
Avenida Prudente de Moraes (Natal)	33	Iniciada	88%
Implantação da BR-226 entre Patu e a divisa RN/CE (71,2 km)	86	Iniciada	97%
Ligação da BR-406 à RN-064, passando por Serrinha (17,6 km)	9	Iniciada	80%
Ligação da BR-101 à RN-003, novo acesso à Praia da Pipa (24,6 km)	46	Paralisada	42%
Total	1.689		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

12.2 Infraestrutura de energia elétrica

O Rio Grande do Norte atualmente tem a terceira menor capacidade de geração de energia do Nordeste, totalizando 930 MW de capacidade instalada, o que corresponde a 4,2% da capacidade de geração regional e 0,73% do total do Brasil (Tabela 3). Entretanto, nos próximos anos essa situação deve se alterar de forma significativa, pois o Estado tem sido o principal destino de novos

investimentos em implantação de usinas eólicas para a geração de energia elétrica.

A expectativa é que, com a entrada em operação das usinas em construção e previstas a partir dos resultados dos últimos leilões de energia, o Rio Grande do Norte passe da situação de importador de energia elétrica para exportador. A concessionária distribuidora de energia elétrica no Estado é a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), empresa privada do Grupo Neoenergia, *holding* cujos acionistas são a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), o Banco do Brasil e a empresa Iberdrola, de origem espanhola.

Tabela 3 – Evolução dos indicadores de geração e consumo de energia elétrica no Rio Grande do Norte - 2006 a 2013

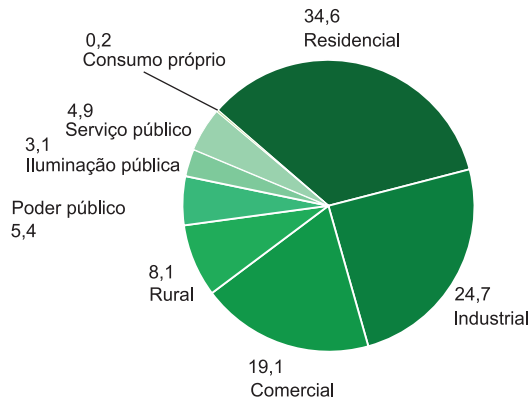
Serviços	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% Brasil (2013)
Capacidade Instalada (MW)	93	80	576	603	633	786	889	930	0,73
Energia Gerada (GWh)	166	279	317	315	1.403	1.587	2.920	3.756	0,66
Energia Consumida (GWh)	3.734	3.954	4.042	4.127	4.523	4.578	4.870	5.216	1,13

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2011, 2014).

Destaca-se que houve um incremento considerável da geração de energia do Estado nos últimos anos, aproximadamente 900% entre 2006 e 2013, já como consequência da entrada em operação de algumas usinas eólicas e também de usinas térmicas, mas ainda não suficiente para atender plenamente à demanda do Estado, o que deve acontecer em breve, conforme supracitado.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição do consumo de energia entre as diferentes classes, através do qual se percebe a importância dos segmentos residencial, industrial e comercial, nessa ordem, os quais em conjunto são responsáveis por 78,4% do consumo.

Gráfico 1 – Distribuição do consumo de energia elétrica do Rio Grande do Norte por classe em 2013 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE a partir de dados da EPE (2014).

Apesar da melhoria observada no que diz respeito à relação entre geração e consumo, é importante que prossigam os investimentos no aumento da capacidade de geração, bem como na transmissão de energia elétrica no Estado. Nesse sentido, algumas obras de geração estão previstas, as quais são listadas na Tabela 4, sendo que parte destas está incluída no PAC.

Tabela 4 – Obras de infraestrutura de energia elétrica previstas no Rio Grande do Norte

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual
Parque Eólico Asa Branca (PAC) - 240 MW	960	Iniciada
Parque Eólico Calango (PAC) - 150 MW	600	Iniciada
Usina Eólica Campo dos Ventos (PAC) - 30 MW	120	Iniciada
Usina Eólica Ventos - 600 MW	Não Informado	Iniciada
Usina de Energia Solar Fotovoltaica - 1,1 MW	Não Informado	Iniciada
Total	1.680	

Fonte: Anuário Exame (2014).

12.3 Infraestrutura de utilidade pública

A infraestrutura de utilidade pública proporciona bem estar e melhores condições de vida da população, inclusive com reflexos na saúde pública, a exemplo do abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação elétrica.

A oferta desses equipamentos e serviços apresentou considerável evolução no Rio Grande do Norte no período de 2002 a 2012 (Tabela 5). Nesse sentido, o acesso à iluminação elétrica aproxima-se da universalização no Estado com 99,7% das residências atendidas, superando ligeiramente os indicadores observados no Nordeste (99,1% de domicílios atendidos) e Brasil (99,5%).

Tabela 5 – Domicílios atendidos por serviços de infraestrutura básica no Rio Grande do Norte - 2002 e 2012

Serviço	Quantidade (mil unid.)		% Domicílios	
	2002	2012	2002	2012
Abastecimento de água	630	883	83,7	88,1
Esgotamento sanitário	47	243	6,2	24,3
Coleta de lixo	571	857	75,8	85,5
Iluminação elétrica	725	999	96,3	99,7

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2013).

O abastecimento de água, por sua vez, que atendia a 83,7% das residências em 2002 foi ampliado para 88,1% dos domicílios em 2012, acima portanto das médias do Nordeste e do Brasil, 80,6% e 85,4% de domicílios atendidos em 2012, respectivamente. Em termos de coleta de lixo, o Estado contava com 85,5% dos domicílios atendidos regularmente em 2012. A título de comparação, o percentual de residências atendidas por esses serviços alcançou 69,2% no Nordeste enquanto que o Brasil atingiu a 83,5%.

A rede de esgotamento sanitário apresentou notável expansão no período analisado. Contudo, menos de um quarto das residências norte-rio-grandenses contavam com esse tipo de serviço em 2012. As necessidades de investimentos nesse tipo de serviço são prementes, pois o indicador do Rio Grande do Norte ainda encontra-se substancialmente abaixo da média regional (41,1% de residências atendidas no Nordeste) e nacional (63,3%).

Apesar de ter havido uma melhoria em todos os indicadores de infraestrutura básica do Estado em 2012 em relação a 2002, é fundamental que haja investimento para um incremento ainda maior, especialmente dos indicadores de saneamento, o que certamente trará impactos positivos em outros indicadores sociais.

Assim sendo, é fundamental que haja investimento para melhoria dos indicadores de saneamento do Estado, o que certamente trará impactos positivos em outros indicadores sociais. Para tal, existem alguns projetos em execução ou planejados que poderão trazer contribuições, estando os principais listados na Tabela 6, que inclui também obras voltadas à infraestrutura de irrigação, podendo estender-se por outros estados da Região.

Tabela 6 – Obras de infraestrutura de saneamento e irrigação previstas no Rio Grande do Norte

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Abastecimento de água em Assú (PAC)	13	Iniciada	Não informado
Perímetro Irrigado Mondubim (PAC)	750	Em licitação	0%
Barragem Oitica (PAC)	292	Iniciada	12%
Perímetro Santa Cruz do Apodi (PAC)	242	Iniciada	15%
Sistema Adutor Apodi-Mossoró	85	Iniciada	39%
Esgotamento sanitário em vários bairros de Natal	314	Iniciada	6%
Esgotamento sanitário em Caicó	34	Em licitação	0%
Esgotamento sanitário em Canguaretama	9	Paralisada	30%
Esgotamento sanitário em Mossoró	33	Iniciada	98%
Esgotamento sanitário em Nova Cruz	6	Iniciada	83%
Transposição do rio São Francisco - Eixo Norte (PAC)	5.286	Iniciada	59%
Total	7.064		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Entre as obras apresentadas na Tabela 6, destaca-se o Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco, constituído de um canal, além de estações de bombeamento, reservatórios, túneis e aquedutos. Após a conclusão essa obra, haverá aumento da oferta hídrica, tanto para consumo humano, como para subsidiar ati-

vidades econômicas que demandam permanentemente água, tais como a fruticultura irrigada, que constitui uma importante atividade econômica do Estado. A obra tem a conclusão prevista para 2015, conforme as últimas previsões divulgadas.

Referências

ANUÁRIO EXAME INFRAESTRUTURA 2014-2015. São Paulo: Abril, nov. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste. **Plano Diretor de Investimentos**: relatório técnico 2. Fortaleza: BNB; Washington, D. C.: BID, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Projeto Nordeste Competitivo**: sumário executivo. Brasília, DF: CNI, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Pesquisa CNT de Rodovias 2014**. Relatório gerencial. Disponível em: <<http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Paginas/relGeral.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Rede do Sistema Nacional de Viação 2014**. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao/snv-2014-1>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica 2011**. Rio de Janeiro: EPE, 2011.

_____. **Anuário estatístico de energia elétrica 2014**. Rio de Janeiro: EPE, 2014.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA DA ENERGIA DA UFC. **Caracterização e análise dos sistemas produtivo e macrologístico da região Nordeste enquanto suporte à localização de empreendimentos**: foco no papel da Ferrovia Transnordestina. Fortaleza: GLEN; UFC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2012.
Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013>>.
Acesso em: 10 nov. 2014.



13 Mercado de trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Economista. Mestre em Economia Rural

O presente texto está dividido em duas seções. Na primeira, analisa-se a evolução do emprego e desemprego no Rio Grande do Norte no período de 2001 a 2013, utilizando-se dados fornecidos pelo IBGE. Na segunda parte, estudam-se as mudanças do quadro de emprego formal do Estado, entre 2000 a 2013, a partir de dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

13.1 Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua

O objetivo desta primeira seção do trabalho é analisar as variações ocorridas no nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)¹ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2001 e 2013.

Dados da PNAD Contínua revelam que a População em Idade Ativa (PIA) era de 2.329 mil pessoas, em 2001, representando 80,0% da população total do Rio Grande do Norte. Vale ressaltar que naquele ano 73,8% da PIA concentravam-se na área urbana do Estado. Os dados de 2013 apontavam a PIA com 2.900 mil pessoas, representando 85,9% da população total, aumento em 571 mil pessoas. Já a porcentagem da PIA localizada em áreas urbanas aumentou de 73,8% em 2001 para 78,9% do total em 2013, indicando que mais postos de trabalho foram gerados em áreas urbanas no período analisado (Tabela 1).

¹ Abrangência geográfica: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia) e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

No período abordado, registrou-se um significativo aumento da População Economicamente Ativa (PEA)². Em 2001, a PEA totalizou 1.269 mil pessoas, correspondendo a uma taxa de participação da força de trabalho de 54,4%. Para 2013, ocorreu uma mudança nessa estrutura, ocasião em que a PEA aumentou para 1.656 mil pessoas, com crescimento a uma taxa de 2,24% ao ano, que resultou num incremento de 387 mil pessoas. No ano de 2013, também verificou-se que ocorreu redução na taxa de participação (correspondente a 57,3%) devido, principalmente, ao crescimento proporcionalmente maior da PIA (taxa de crescimento de 2,04% a. a.) em relação à PEA (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1 – População em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013

População	2001	2013	Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
População Total	2.884	3.373	489	16,956	1,314
População em Idade Ativa – PIA	2.329	2.900	571	24,517	1,844
População Economicamente Ativa – PEA	1.269	1.656	387	30,496	2,243
População Ocupada – POC	1.172	1.476	304	25,939	1,940
População Desocupada	97	180	83	85,567	5,287
Taxa de Participação (%) (1)	54,5	57,1	2,6	4,80	0,39
Nível de Ocupação (%) (2)	50,32	50,90	0,6	1,14	0,09
Taxa de Ocupação (%) (3)	92,36	89,13	-3,2	-3,49	-0,30
Nível de Desocupação (%) (4)	4,16	6,21	2,0	49,03	3,38
Taxa de Desocupação (%) (5)	7,64	10,87	3,2	42,20	2,98

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

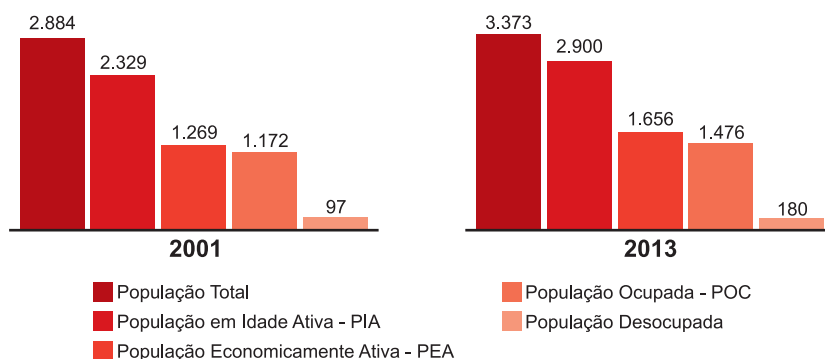
Obs: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

² Para melhor compreensão do conceito, é preciso esclarecer que, dentre a população residente de um país ou região, existe uma parcela que se encontra em idade ativa, ou em capacidade de realizar algum tipo de trabalho, remunerado ou não (População em Idade Ativa – PIA) e, que uma fração dessa parcela, encontra-se efetivamente integrada no mercado, formal ou não, de trabalho (População Economicamente Ativa – PEA). Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo IBGE, todas as pessoas com idade igual ou superior a quatorze (14) anos compõem o estoque total da PIA.

Notas:

- (1) percentual da PEA sobre a PIA;
- (2) percentual da População Ocupada dividida pela PIA;
- (3) percentual da População Ocupada dividida pela PEA;
- (4) percentual da População Desocupada dividida pela PIA;
- (5) percentual da População Desocupada dividida pela PEA.

Gráfico 1 – População total, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Em 2001, a População Ocupada (POC) era de 1.172 mil pessoas, correspondendo à taxa de ocupação³ de 92,4% (Gráfico 2). Para este período em análise, a composição de arranjos, segundo a classe de rendimento mensal de todos os trabalhos, aponta para uma concentração maior de pessoas que recebiam até dois salários mínimos, ou seja, 63,3% do total das pessoas ocupadas (Tabela 2 e 3).

Entre 2001 e 2013, a taxa de incremento da POC foi da ordem de 25,8%, alcançando um estoque de 1.474 mil pessoas. Nesta nova configuração da população ocupada, observa-se um maior crescimento de pessoas ocupadas na classe de rendimento mensal

³ Taxa de ocupação é o percentual da população ocupada relacionada com a população economicamente ativa.

que recebem até meio salário mínimo (aumento em 4,0% ao ano) e entre um a dois salários mínimos (taxa de crescimento de 2,8% ao ano).

No ano de 2013, verificou-se que 7,9% do total de pessoas ocupadas estavam na categoria “sem rendimento”, com considerável redução em 34,6% dessa categoria em relação ao ano de 2001. Por sua vez, a classe de rendimento mensal de até dois salários mínimos respondia por um conjunto de quase 70,1% da POC, enquanto que a população ocupada na classe com rendimento mensal superior a dois salários mínimos representava apenas 19,8% da POC (Tabela 2). Neste caso, percebe-se a distribuição assimétrica de renda, e confirmando esta análise, o Índice de Gini calculado para o Rio Grande do Norte foi de 0,58 no ano de 2013 (IBGE, 2014).

Tabela 2 – Pessoas ocupadas (1) por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos

Classes de rendimento mensal	2001		2013		Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
	Quant.	Part. %	Quant.	Part. %			
Até 1/2 SM	131	11,2	210	14,2	79	60,3	4,01
Mais de 1/2 a 1 SM	304	25,9	393	26,7	89	29,3	2,16
Mais de 1 a 2 SM	307	26,2	430	29,2	123	40,1	2,85
Mais de 2 a 3 SM	95	8,1	125	8,5	30	31,6	2,31
Mais de 3 a 5 SM	70	6,0	72	4,9	2	2,9	0,24
Mais de 5 a 10 SM	49	4,2	66	4,5	17	34,7	2,51
Mais de 10 a 20 SM	21	1,8	21	1,4	0	0,0	0,00
Mais de 20 SM	11	0,9	7	0,5	-4	-36,4	-3,70
Sem rendimento	179	15,3	117	7,9	-62	-34,6	-3,48
Sem declaração	5	0,4	33	2,2	28	560,0	17,03
Total	1.172	100,0	1.474	100,0	302	25,8	1,93

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota:

(1) pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Como a PNAD tem representatividade quanto ao nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado), pode-se concluir que o

mercado de trabalho para o ano de 2013 encontrava-se em situação mais robusta que a relatada no ano de 2001. O reflexo positivo desse novo quadro, para 2013 pode ser observado com o crescimento do estoque de pessoas ocupadas ao longo desse período, aumentando de 1.172 mil pessoas em 2001 para 1.476 mil pessoas ocupadas em 2013, registrando uma taxa de crescimento de 1,94% ao ano, ou seja, aumento da população ocupada de 304 mil novos postos de trabalho entre os períodos de 2001 e 2013. Portanto, verifica-se uma expansão do mercado de trabalho do Rio Grande do Norte no período analisado.

As expectativas para o mercado de trabalho são de crescimento tendo em vista os investimentos previstos para os próximos anos nos setores do comércio e no setor de transporte e armazenagem. Especificamente no setor de transporte e armazenagem, tem-se destacado a construção de um condomínio industrial (onde a montadora e os fornecedores dividem o mesmo espaço físico) no município de Extremoz. Referido condomínio industrial terá a capacidade de instalar 475 empresas numa área de 400 hectares, com investimentos realizados da ordem de US\$ 28,2 milhões, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI (BRASIL, 2014a).

13.2 Evolução do emprego formal – RAIS

Nesta segunda parte, faz-se a abordagem sobre a evolução referente ao número de vínculos empregatícios utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 2000 e 2013. A RAIS registra o estoque de empregos formais na sua totalidade, diferentemente da PNAD Contínua, realizada pelo IBGE que se utiliza de amostra. Porém, a RAIS não registra o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objetos de sua base de dados.

O estoque de empregos alcançou 307.766 vagas no Rio Grande do Norte em 2000, com forte concentração na administração pública (39,8%). Em 2013, o estoque de empregos saltou para 607.383 vagas, com aumento em 97,4% no período estudado. Além desse incremento, o estado do Rio Grande do Norte apresenta agora uma nova configuração na distribuição setorial do mercado de trabalho.

Assim, os segmentos de serviços e comércio que respondiam por 37,4% do emprego formal, com 115.093 pessoas no ano 2000, passaram a representar por cerca de 48,0% dos empregos formais do Estado, fornecendo 291.664 postos de trabalho em 2013 (Tabela 3 e Gráfico 2). Vale destacar que a formação deste novo quadro se deu a partir dos investimentos nos setores de comércio e serviços, a exemplo da expansão de *shopping centers* nos municípios de Mossoró, Natal⁴ e Parnamirim⁵, que por sua vez são impulsionados pelo crescimento no consumo das famílias (IBGE, 2014).

Destaque-se também o bom desempenho do setor da construção civil que registrou aumento no número de postos de emprego em 202,6% se comparado a 2001, passando a registrar 41.792 empregos formais em 2013, ou seja, incremento de 27.980 novas vagas.

A organização da indústria de transformação e extrativa mineral, em particular, revelava a existência de 45.117 postos de trabalho com vínculos empregatícios, em 2000, observando-se uma concentração em três subsetores, especificamente na fabricação de: produtos têxteis (27,9), produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (23,5) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (11,3%).

No ano de 2013, houve considerável incremento de 26.621 novos postos de trabalho nas indústrias de transformação e extrativa mineral, chegando a registrar 71.738 vagas, ou seja, 59,0% a mais em relação ao ano de 2000. Os maiores impactos podem ser observados na indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios (11.539 novos postos de trabalho), produtos alimentícios e bebidas (com acréscimo de 5.204 postos de empregos formais) e produtos minerais não metálicos com criação de 3.900 novos postos de trabalho com vínculo empregatício (Tabela 4).

⁴ O Grupo PARTAGE, somente no primeiro semestre de 2014, investiu R\$ 151.260.504 para a reforma do empreendimento em Mossoró e construção de novos shopping centers em Natal (RN) e Campina Grande (PB), com a duplicação da área do Boulevard Campina Grande, o qual ganhará 80 novas lojas (BRASIL, 2014a).

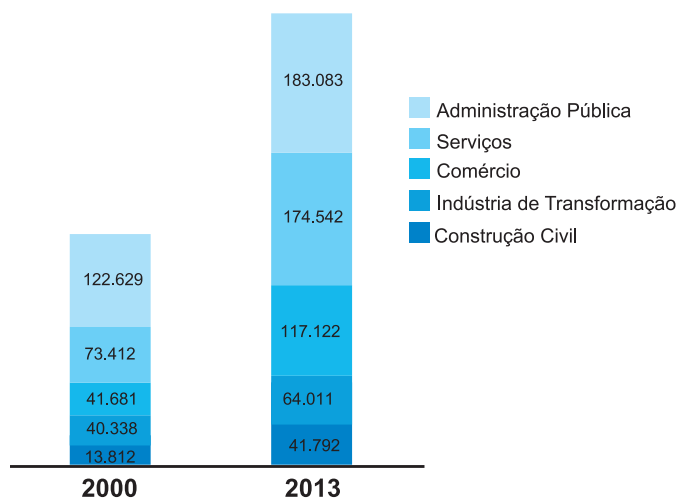
⁵ Em 2012, foi investido para construção de um *Shopping Center* o montante de U\$ 147.783.251 no município de Parnamirim (BRASIL, 2014a).

Tabela 3 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Quant.	Part. (%)	Quant.	Part. (%)		
Administração pública	122.629	39,8	183.083	30,1	60.454	49,3
Serviços	73.412	23,9	174.542	28,7	101.130	137,8
Comércio	41.681	13,5	117.122	19,3	75.441	181,0
Indústria de transformação	40.338	13,1	64.011	10,5	23.673	58,7
Construção civil	13.812	4,5	41.792	6,9	27.980	202,6
Agropecuária, extração vegetal, caça...	8.935	2,9	14.369	2,4	5.434	60,8
Extrativa mineral	4.779	1,6	7.727	1,3	2.948	61,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.180	0,7	4.737	0,8	2.557	117,3
Total	307.766	100,0	607.383	100,0	299.617	97,4

Fonte: Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Gráfico 2 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013



Fonte: Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Nestes dois subsetores, indústria de transformação e extrativa mineral, grande parte da geração de empregos formais ocorreu em função dos elevados investimentos, tendo em vista que no período de 2011 a 2013 foram injetados US\$ 595,3 milhões nestes subsetores, ou seja, cerca de 58,5% dos investimentos totais no período. Somente na indústria extrativa com a exploração de minério de ferro⁶ no município de Cruzeta (RN), os investimentos foram na ordem de US\$ 395,5 milhões, ou seja, 38,8% dos valores totais investidos no Rio Grande do Norte no período de 2011 a 2013, embora o projeto ainda se encontre em fase de implantação, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI (BRASIL, 2014a).

Ainda em relação aos investimentos na indústria extrativa, foram investidos US\$ 10,9 milhões na construção de unidade de beneficiamento de rocha calcária no município de Apodi. Na exploração de ouro no município de Currais Novos ocorreram inversões da ordem de US\$ 62,1 milhões no período de 2011 a 2013 (BRASIL, 2014a).

Na indústria de transformação, especificamente em energia fotovoltaica, tem-se uma importante instalação de uma fábrica na montagem de painéis solares, iniciada em 2013. O valor do empreendimento foi no montante de US\$ 2,5 milhões que ainda está em fase de implantação no município de São José do Mipibu (BRASIL, 2014a).

⁶ O projeto de exploração de minério de ferro engloba a parte logística e a ampliação do porto do município de Natal. De acordo com a RENAI, pretende-se construir um mineproduto em torno de 230 km para escoamento da produção de ferro (BRASIL, 2014a).

Tabela 4 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Absoluto	Part. (%)	Absoluto	Part. (%)		
Indústria de transformação (A)						
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	5.095	11,3	16.634	23,2	11.539	226,5
Produtos alimentícios e bebidas	10.597	23,5	15.801	22,0	5.204	49,1
Produtos de minerais não metálicos	4.039	9,0	7.939	11,1	3.900	96,6
Produtos têxteis	12.573	27,9	7.485	10,4	-5.088	-40,5
Coque, refino de petróleo, elabor. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	837	1,9	3.468	4,8	2.631	314,3
Móveis e indústrias diversas	879	1,9	2.762	3,9	1.883	214,2
Manutenção, inst. e instalação de máq. e equip.	74	0,2	1.857	2,6	1.783	2.409,5
Produtos de metal exceto máq. e equip.	392	0,9	1.581	2,2	1.189	303,3
Artigos de borracha e plástico	645	1,4	1.511	2,1	866	134,3
Produtos químicos	643	1,4	1.050	1,5	407	63,3
Edição, impressão e reprod. de gravações	1.156	2,6	930	1,3	-226	-19,6
Artefatos de couro e calçados	1.609	3,6	728	1,0	-881	-54,8
Máquinas e equipamentos	737	1,6	639	0,9	-98	-13,3
Produtos de madeira	362	0,8	514	0,7	152	42,0
Celulose, papel e produtos de papel	263	0,6	481	0,7	218	82,9
Veículos automotores, reboques e carrocerias	150	0,3	281	0,4	131	87,3
Metalurgia	179	0,4	111	0,2	-68	-38,0
Equip. de informática, prod. eletrônicos e ópticos	49	0,1	75	0,1	26	53,1
Produtos do fumo	20	0,0	67	0,1	47	235,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2	0,0	65	0,1	63	3.150,0
Outros equipamentos de transporte	37	0,1	32	0,0	-5	-13,5

continua...

continuação

Indústria de extração mineral (B)						
Outros minerais não metálicos	488	1,1	4.111	5,7	3.623	742,4
Pedra, areia e argila	1.139	2,5	1.501	2,1	362	31,8
Ativ. de apoio à extração de petróleo e gás natural	47	0,1	1.098	1,5	1.051	2.236,2
Minerais metálicos não ferrosos	2.796	6,2	731	1,0	-2.065	-73,9
Carvão mineral	3	0,0	190	0,3	187	6.233,3
Minério de ferro	306	0,7	96	0,1	-210	-68,6
Total (A+B)	45.117	100,0	71.738	100,0	26.621	59,0

Fonte: Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Quanto aos dados de empregos formais disponibilizados pela RAIS-MTE, verifica-se um crescimento no estoque de empregos formais, ou seja, de 307.766 postos de trabalho, em 2000, para 607.383 no ano de 2013, aumento em 97,35% com predominância dos empregos formais em empresas de micro e grande portes⁷. Estes números de crescimento são reflexos dos investimentos na economia do Rio Grande do Norte em setores estratégicos, como a produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Como exemplo, tem-se a implantação de três parques eólicos do Grupo GESTAMP no município de Serra de Santana (empreendimento espanhol, cujo valor é da ordem de US\$ 228,7 milhões), que terá a capacidade de produzir 78 MW de energia elétrica.

A vocação econômica do Rio Grande do Norte para os setores de comércio e serviços contribuiu para a instalação de 20.853 novos estabelecimentos (aumento de 141,3% em relação ao ano de 2000). Somente estes dois setores registraram 35.616 estabelecimentos no ano de 2013, representando 78,7% do total do número de estabelecimentos do Rio Grande do Norte.

O crescimento do comércio e serviços impulsiona outros setores, a exemplo da construção civil que gerou 41.792 empregos

⁷ O porte adotado está relacionado com o número de vínculos empregatícios por estabelecimento: a) Micro empresa - até 19 empregados; b) Pequena empresa - entre 20 e 99; c) Média empresa - entre 100 e 499; d) Grande empresa - acima de 500.

formais em 2013, aumento de 202,6% em relação ao ano de 2000. Outro indicador que também possibilita mensurar o bom desenvolvimento do setor da construção civil é o aumento do consumo de cimento do Rio Grande do Norte. Segundo o Sindicato da Indústria de Cimento Nacional (SICN), o ano de 2013 fechou com consumo de 1.022 mil toneladas, registrando incremento de 614 mil toneladas, ou seja, aumento em 150,5% em relação ao ano de 2003.

Por sua vez, a expansão da construção civil no Estado vem impulsionando o setor da indústria de transformação. Segundo a Rede Nacional de Informações sobre Investimento, foram investidos US\$ 124,2 milhões na ampliação da indústria de calcinação no município de Baraúna (onde já existe uma das fábricas de cimento do Estado), com a possibilidade do término de sua construção em 2014.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Projetos de investimento por setor e divisão econômica. In: **Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1407503664.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Empregos formais no Brasil e Nordeste 2000 e 2013. Brasília, DF, 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa básica 2001 a 2013. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, 2014**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

PETROBRÁS. **Refinaria Premium I**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-premium-i.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. **Relatório anual 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.snic.org.br/relatorio_anual_dinamico.asp>. Acesso em: 17 nov. 2014.

14 Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Economista. Mestre em Economia

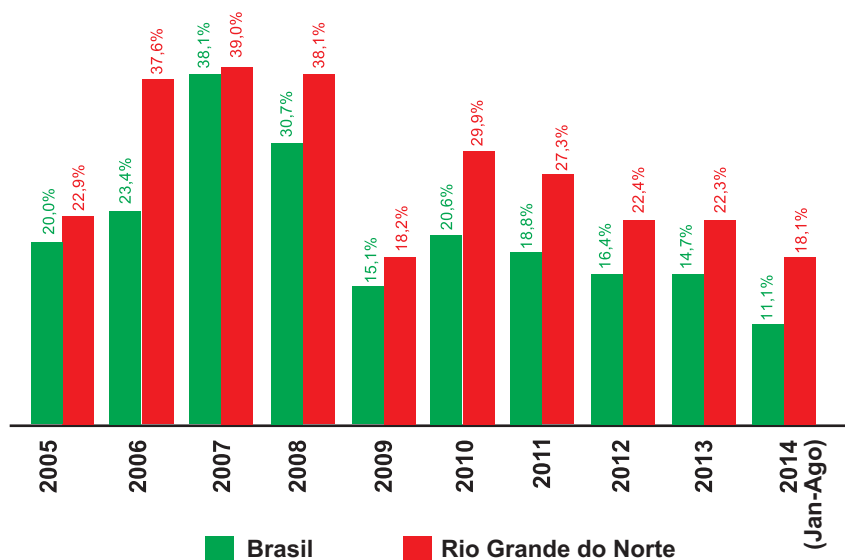
A intermediação financeira se constitui em um importante vetor do desenvolvimento regional. Nesse sentido, o Rio Grande do Norte conta atualmente com 14 instituições financeiras, que atuam através de 215 agências bancárias. Em agosto de 2014, referidos estabelecimentos administravam depósitos à vista, dos setores públicos e privados, no montante de R\$ 1,4 bilhão, além de R\$ 3,5 bilhões em depósitos a prazo. Os depósitos em caderneta de poupança apresentam-se como o mais relevante dentre os produtos de captação de recursos, tendo em vista o montante de R\$ 5,0 bilhões registrado no mesmo período (BACEN, 2014b).

O Rio Grande do Norte vem apresentando desempenho superior ao Brasil, quando se analisa a evolução do saldo das operações de crédito. No período de 2004 a 2013, observou-se uma taxa de crescimento anual em empréstimos e financiamentos da ordem de 28,4% no Estado, enquanto que em nível nacional, a elevação do crédito registrou taxa de crescimento anual de 21,4%.

Pode-se destacar ainda que o crescimento das operações de crédito no Rio Grande do Norte beneficiou tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas. No primeiro caso, o crescimento foi de 30,3%, ao ano, sendo as operações voltadas essencialmente para o consumo. No segundo, a expansão alcançou 26,2% ao ano, com operações destinadas fundamentalmente para a produção.

O Gráfico 1 mostra a expansão do saldo de crédito no Brasil e no Estado anualmente. Em agosto de 2014, o saldo das operações de crédito no Rio Grande do Norte alcançou R\$ 27,0 bilhões, o que representou uma participação de 7,4% e 0,9% no total do saldo do Nordeste e do Brasil, respectivamente.

Gráfico 1 – Evolução do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e do Rio Grande do Norte - 2005 a 2014 - Variação em relação ao ano anterior - Em %

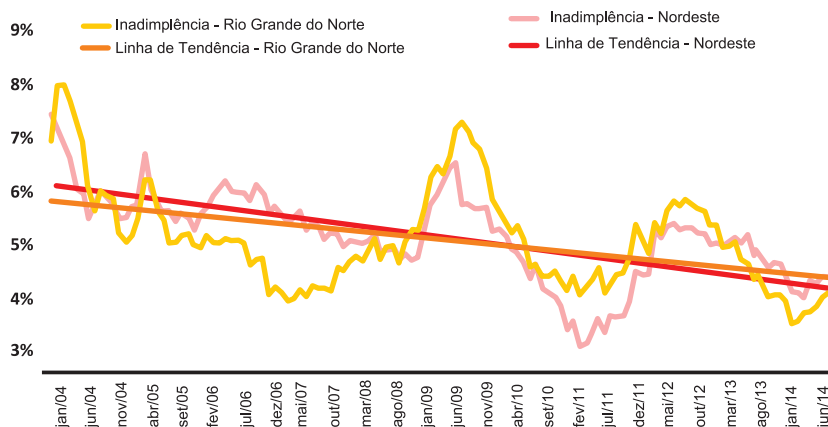


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Além do crescimento quantitativo dos saldos das operações de crédito, verificou-se ainda uma melhoria qualitativa das operações do crédito no Estado, haja vista a redução dos Índices de Inadimplência ao longo dos últimos anos. A inadimplência no Rio Grande do Norte tem estado próximo ao indicador observado no Nordeste (Gráfico 2).

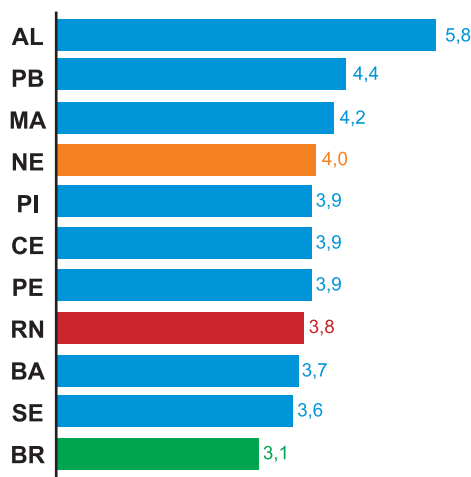
Em agosto de 2014, o Índice de Inadimplência total do Rio Grande do Norte foi de 3,8%, ligeiramente abaixo do indicador do Nordeste (4,0%). Por segmento, a taxa de inadimplência das pessoas físicas (4,6%) apresentou-se superior ao Índice de Inadimplência das pessoas jurídicas (2,7%) (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Índice de Inadimplência no Nordeste e Rio Grande do Norte - (janeiro de 2014 - junho de 2014)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Gráfico 3 – Índice de Inadimplência nos Estados do Nordeste e Brasil - Agosto de 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Por sua vez, as agências financeiras oficiais de fomento são de extrema relevância no sistema financeiro brasileiro, pois essas entidades fortalecem as economias locais por intermédio da oferta de recursos financeiros para a implantação, ampliação, modernização e realocização dos empreendimentos produtivos. Nesse sentido, os empreendedores potiguares obtiveram crescentes recursos dessas agências de fomento, contribuindo para dinamizar o nível de atividade econômica através da geração de emprego e renda.

No período entre 2005 e 2013, verificou-se que o saldo das operações de crédito das agências oficiais multiplicou-se por um fator de 8,2, resultado de uma taxa de crescimento anual de 30,1%, com destaque para os setores “outros serviços” e “habitação”, que registraram taxa de crescimento anual de 56,2% e 40,7%, respectivamente (Tabela 1).

Sob a ótica dos tomadores de recursos, observa-se que o porte “Micro” possui maior participação relativa (51,1%), haja vista contemplar as microempresas, em grande medida devido à presença nos setores de comércio e serviços, bem como os miniprodutores rurais e agricultores familiares. Por sua vez, os portes “Grande” e “Médio”, apresentaram as taxas anuais de crescimento mais elevadas na aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento no período de 2005 a 2013, isto é, 41,3% e 28,2%, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 1 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por setor de atividade - 2005 a 2013 - (R\$ bilhões)

Ano	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	Habituação	Outros	Total
2005	0,88	0,26	0,19	0,16	0,18	0,26	0,61	2,54
2006	0,85	0,32	0,24	0,12	0,26	0,32	0,82	2,92
2007	0,96	0,41	0,32	0,15	0,39	0,49	1,00	3,73
2008	,98	0,61	0,48	0,26	0,59	0,60	1,33	4,86
2009	1,01	0,79	0,60	0,54	0,95	0,71	1,71	6,31
2010	1,00	1,17	0,94	0,85	1,43	1,16	1,99	8,53
2011	0,86	1,45	0,94	1,36	2,59	1,82	2,42	11,43
2012	0,94	1,71	1,12	1,70	4,71	2,78	3,10	16,06
2013	1,03	2,00	1,39	2,03	6,53	3,91	4,00	20,88

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Tabela 2 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por porte do tomador - 2005 a 2013 - (R\$ bilhões)

Ano	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
2005	1,64	0,26	0,22	0,43	2,54
2006	1,96	0,25	0,21	0,49	2,92
2007	2,52	0,33	0,27	0,62	3,73
2008	3,05	0,57	0,43	0,81	4,86
2009	3,67	0,79	0,55	1,31	6,31
2010	4,65	0,97	0,72	2,19	8,53
2011	5,86	1,20	1,15	3,22	11,43
2012	8,06	1,52	1,39	5,09	16,06
2013	10,68	1,85	1,58	6,77	20,88

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e finanças. Economia regional. Crédito. In: **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **ESTBAN – Estatística Bancária por Município**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda e do Planejamento. **Empresas Estatais**. Portarias bimestrais. Orçamentos de investimentos. Empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=4&ler=t213>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

15 Financiamentos de Longo Prazo do Banco do Nordeste: o FNE

José Alci Lacerda de Jesus

Engenheiro Agrônomo. Especialista em Ecologia
e Avaliação de Recursos Naturais

Mário Sérgio Carvalho de Freitas

Geógrafo. Mestre em Geografia Física

Sâmia Araújo Frota

Economista. Mestre em Administração

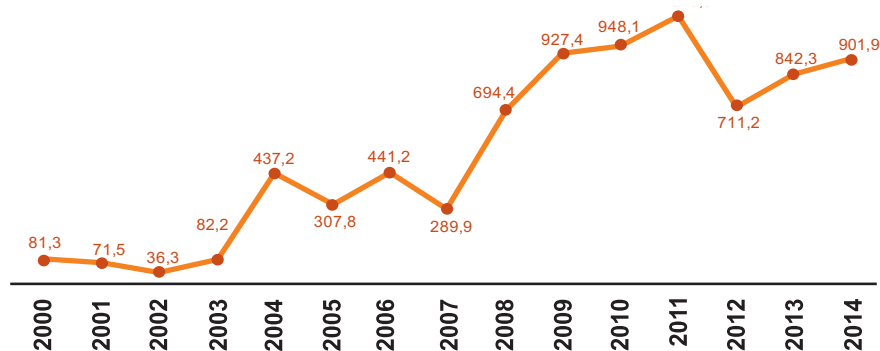
As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional são importantes instrumentos para geração de crescimento econômico com inclusão social. Nesse sentido, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um dos pilares das políticas de desenvolvimento para a Região, contribuindo enquanto política de financiamento à atividade produtiva, para impulsionar a dinâmica das economias estaduais da Região, promovendo a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, a aplicação dos recursos do FNE, planejada e realizada em articulação com os Governos Estaduais, Ministério da Integração, a SUDENE, representações dos setores produtivos e órgãos de apoio à atividade econômica, possibilita que na área de atuação do Fundo sejam fortalecidas as atividades produtivas, gerando novos negócios, oportunidades de empregos e aumento da arrecadação de tributos.

Nesse contexto, verifica-se no Gráfico 1 que de 2000 a 2014 houve um incremento substancial nos valores contratados com recursos do FNE no Rio Grande do Norte, evoluindo de R\$ 81,3 milhões em 2000 para R\$ 901,9 milhões em 2014, sendo o valor total aplicado no período de R\$ 7,8 bilhões. Em relação à quantidade de operações contratadas ocorreu também um incremento expressivo, saltando de aproximadamente 4,5 mil em 2000 para mais de 27,4

mil em 2014, ampliando-se o acesso ao crédito aos empreendedores potiguares.

Gráfico 1 – Evolução das contratações com recursos do FNE no Rio Grande do Norte



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

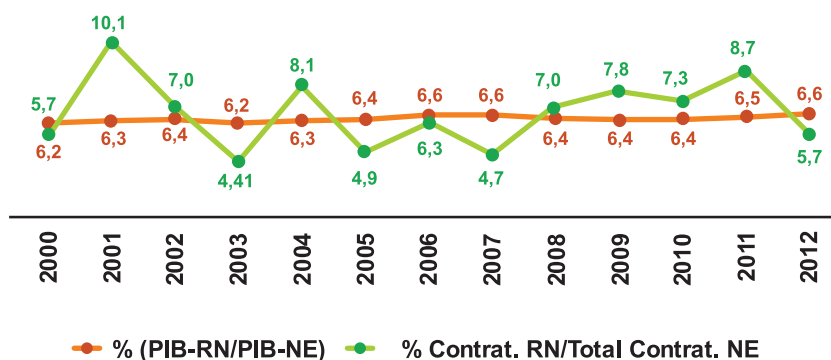
A participação do PIB do Rio Grande do Norte no Nordeste oscilou entre 6,2% em 2000 e 6,6% em 2012. Nesse mesmo período, os financiamentos do FNE no Estado alcançaram 6,4% do total aplicado por essa fonte de recursos (Gráfico 2).

Em relação ao atendimento às áreas consideradas prioritárias definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Governo Federal, qual seja a mesorregião diferenciada do Seridó e o semiárido norte rio-grandense, considerando-se o período de 2006 a 2014, os financiamentos com recursos do FNE alcançaram aproximadamente R\$ 677 milhões e R\$ 5,2 bilhões em valores atualizados.

Além disso, em sintonia com as políticas públicas de âmbito nacional de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPes), o Rio Grande do Norte elevou as aplicações do FNE para esse segmento, especialmente a partir de 2006 (Gráfico 3). Esse resultado é compatível com o crescimento dos financiamentos do FNE para comércio e serviços, principal setor de atuação das MPes. Nesse segmento, foram contratados no Rio Grande do Norte aproximadamente R\$ 36 milhões em 2006 e em 2014 se atingiu um montante superior a R\$

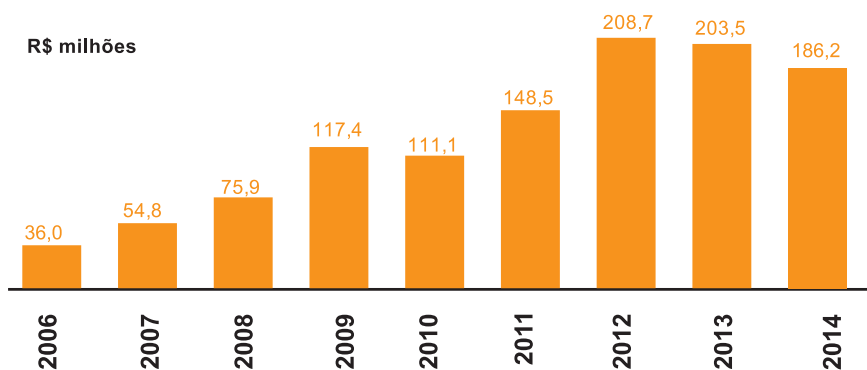
186 milhões financiados, em valores atualizados, representando um incremento de aproximadamente 417% no período.

Gráfico 2 – Participação do Rio Grande do Norte no PIB regional e no total das contratações do FNE na Região Nordeste - 2000 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE, com dados de IBGE (2014).

Gráfico 3 – Evolução das contratações com recursos do FNE para Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Norte

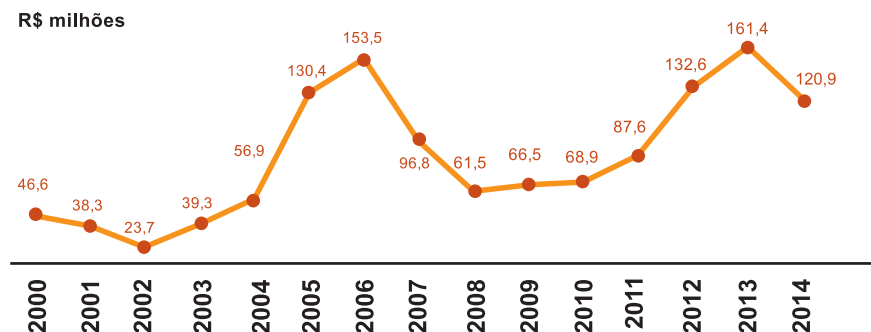


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Os agricultores familiares também têm sido beneficiados com substancial parcela de recursos do FNE, por meio do Programa Pronaf. Conforme detalhado no Gráfico 4, observa-se uma evolução de R\$ 46,6 milhões, em 2000, para R\$ 120,9 milhões em 2014. Registre-se, contudo, que os efeitos acumulados da estiagem, que prosseguiu em 2014, contribuíram para uma redução em cerca de 25% na contratação de recursos no âmbito do programa, em relação à posição atualizada de 2013, situação que se espera seja revertida nos próximos exercícios.

Gráfico 4 – Evolução das contratações com recursos do FNE para agricultura familiar no Rio Grande do Norte



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

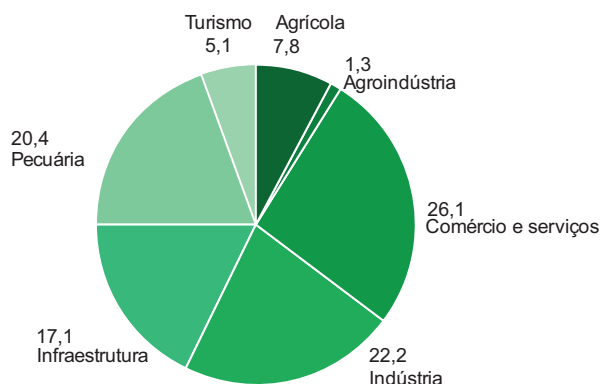
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Com relação aos financiamentos setoriais, no período de 2000-2014, o que se verifica é uma participação maior dos setores comércio e serviços (26,1%), indústria (22,2%) e pecuária (20,4%), conforme apresentado no Gráfico 5. A alocação setorial dos recursos do FNE corresponde à demanda por recursos, que por sua vez retrata o perfil produtivo estadual. Mudanças na estrutura produtiva do Estado podem ocorrer através da implementação de políticas setoriais, que complementem a ação creditícia.

Destaca-se ainda o apoio proporcionado a grandes empreendimentos no Rio Grande do Norte, em diversos setores, a exemplo da pecuária, indústria, comércio, serviços e infraestrutura, nos quais empresas âncoras podem contribuir para estruturar cadeias

produtivas estaduais, vez que essas firmas demandam insumos e bens intermediários que podem ser produzidos por fornecedores locais de diferentes portes.

Gráfico 5 – Participação média dos setores econômicos nos financiamentos com FNE no Rio Grande do Norte - 2000 a 2014



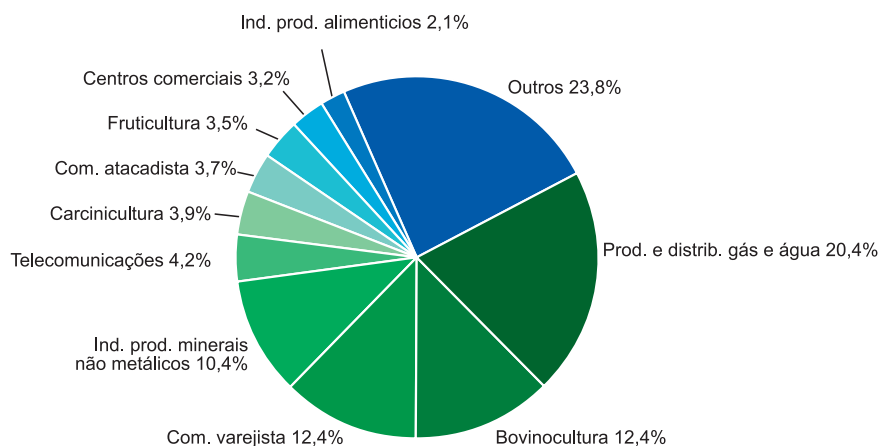
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Nos últimos quatro anos (2011-2014), por exemplo, foram financiados no Estado grandes empreendimentos dos segmentos de comunicações, beneficiamento de minério, *shopping centers* e do ramo agropecuário.

O Gráfico 6, por sua vez, exibe as principais atividades econômicas e sua participação no total de financiamentos do FNE no período 2000-2014 no Rio Grande do Norte, podendo ser observada a diversidade de segmentos produtivos apoiados pelo Banco do Nordeste.

Gráfico 6 – Principais atividades financiadas com FNE no Rio Grande do Norte - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

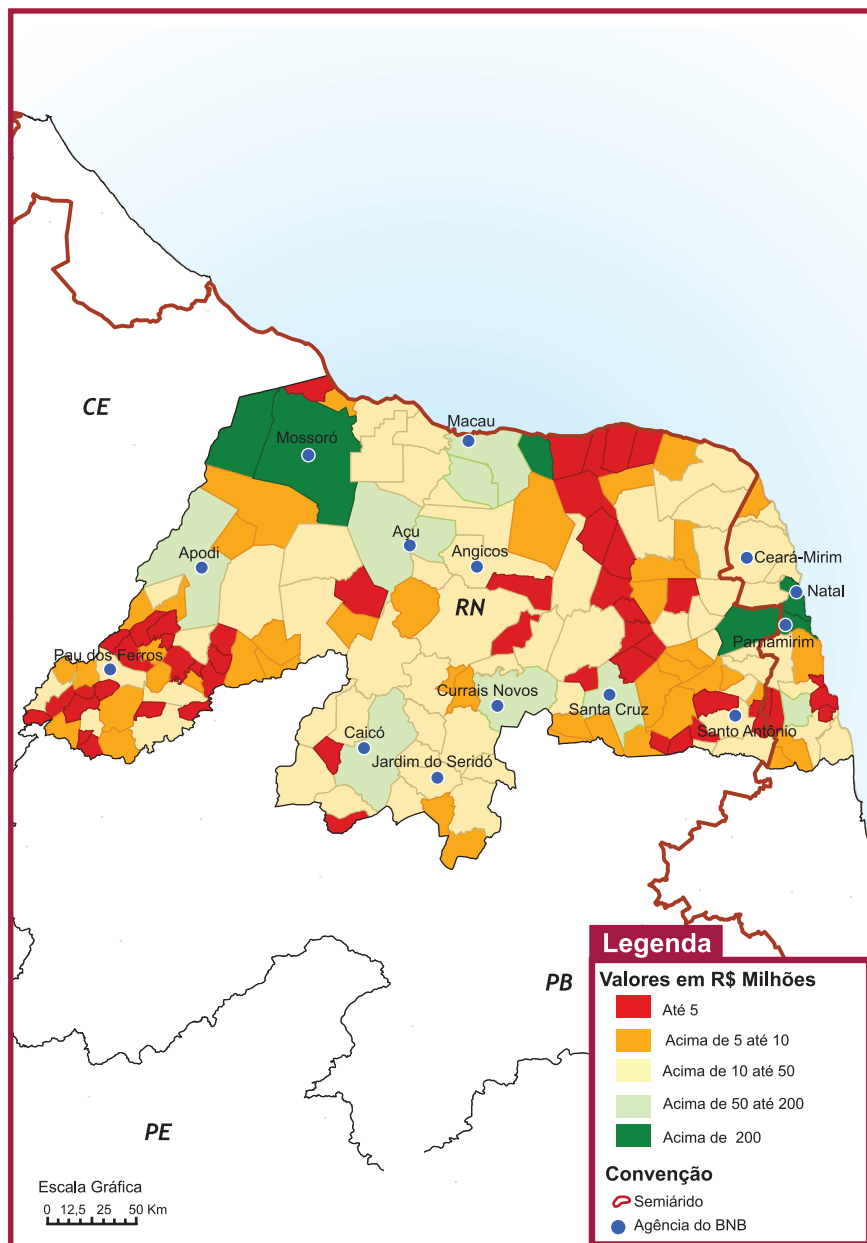
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto fundamental na aplicação dos recursos do FNE diz respeito à democratização do acesso ao crédito e a desconcentração da aplicação dos recursos em termos territoriais. Neste contexto, o Mapa 1 apresenta a distribuição do volume dos financiamentos por município, no período 2006 a 2014.

Assim, é possível visualizar que o FNE tem atendido a todos os municípios do Rio Grande do Norte. Contudo, a demanda por recursos é maior nos principais centros de produção do Estado, especificamente em Mossoró, Baraúna e Guamaré, e a área metropolitana de Natal. Seguem-se as áreas no entorno de Apodi, Açu, Caicó, Macau, Currais Novos e Santa Cruz. As demais áreas, localizadas em várias regiões do Estado, possuem estruturas produtivas menos desenvolvidas, o que influencia uma menor demanda por financiamentos e a consequente aplicação de recursos.

Referido Mapa fornece um indicativo dos municípios potencialmente prioritários para ações institucionais integradas, visando ao desenvolvimento dos empreendimentos rurais e urbanos e à consequente ampliação do apoio do BNB/FNE, conforme apresentado no Mapa 1.

Mapa 1 – Volume de financiamentos do FNE no Rio Grande do Norte - 2006 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Em síntese, fica evidenciada a contribuição do FNE como instrumento para potencializar oportunidades econômicas no Rio Grande do Norte, a exemplo da agricultura granífera, agricultura irrigada, aquicultura e pesca, além dos setores agroindustrial, mineral, industrial, comercial e de turismo, integrando a parceria do Banco do Nordeste com os Estados na promoção do desenvolvimento regional.

Referências

- ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião. **Perfil econômico do Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **FNE 2014**. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: programação regional. Fortaleza, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2002-2008**. Rio de Janeiro, 2010. (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- _____. **Contas regionais do Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- _____. **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, 2014. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf. Acesso em: 11 nov. 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 02 mar. 2015.

16 Considerações finais

Conforme evidenciado no presente estudo, o Rio Grande do Norte é detentor de uma expressiva base de recursos naturais que necessita ser utilizada de forma sustentável e em prol da maioria da população local. O Estado tem passado por um amplo processo de transformação. Os diferentes indicadores econômicos e sociais analisados mostraram admirável avanço, o que se traduziu em melhoria no bem-estar da população.

É importante enfatizar que a economia norte rio grandense apresentou uma evolução expressiva ao longo na última década, tendo seu PIB e PIB *per capita* crescido acima da média nacional e do Nordeste permitindo reduzir as desigualdades inter-regionais.

Referido crescimento foi possível em função das sólidas políticas macroeconômicas adotadas no Brasil, especialmente a partir de 2003, que possibilitaram a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento que havia sido interrompido nas chamadas “décadas perdidas” dos anos 1980 e 1990. Com isso, gerou-se incremento nos investimentos produtivos e em infraestrutura no País, e particularmente no Rio Grande do Norte.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais implementadas permitiram a inclusão e ascensão social de expressivo contingente de pessoas. O conjunto dessas políticas contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o fortalecimento do setor produtivo gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento. O estado do Rio Grande do Norte foi beneficiado por esses resultados.

Atualmente, projetos de base estão em execução no Estado visando à redução de gargalos na infraestrutura, contribuindo assim para elevar a competitividade da economia potiguar, a exemplo de obras para ampliar a oferta de energia elétrica, modernizar a logística e os meios de transporte e fortalecer os recursos hídricos.

Um novo aeroporto internacional foi construído e o Estado tem sido o principal destino de investimentos em usinas eólicas para a geração de energia elétrica. A expectativa é que, com a entrada em operação das usinas em construção e previstas a partir dos resulta-

dos dos últimos leilões de energia, o Rio Grande do Norte passe da situação de importador de energia elétrica para exportador.

Cabe mencionar a expansão da ação creditícia e em especial a atuação das agências oficiais de fomento, particularmente o Banco do Nordeste, que expandiram de forma considerável os financiamentos para o setor produtivo no Estado.

Além disso, os investimentos na área social também tem sido expressivos, tanto que se constatou uma melhoria significativa nas condições dos domicílios, bem como uma expansão dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e distribuição de energia elétrica. De fato, ocorreram avanços importantes para o Rio Grande do Norte nessas áreas em anos recentes, tendo o ritmo de expansão dos indicadores do Estado superado a taxa média de crescimento ocorrida no País.

Os indicadores sociais referentes às dimensões de saúde e educação também obtiveram incrementos importantes nos últimos anos. Assim, as diferenças existentes em relação aos demais Estados tenderam a se reduzir no período analisado.

Com relação ao crescimento econômico, o PIB estadual atingiu o montante de R\$ 42,1 bilhões, em 2012, o que significou um aumento 73,5% em relação ao valor registrado no início da série, R\$ 24,2 bilhões.

É indiscutível o surgimento de modernos modelos de produção agropecuários, especialmente a fruticultura irrigada, com o consequente avanço obtido na produtividade de diferentes culturas, a exemplo da produção de melão, mamão e manga.

O Rio Grande do Norte tem se consolidado como importante destino turístico, assim que o Estado atrai mais de 2 milhões de visitantes por ano. As exportações, por sua vez, cresceram 65,9% entre 2000 e 2013, tendo alcançado US\$ 248 milhões. Referido perfil poderá mudar com o início do funcionamento da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) que deverá ser instalada no município de Macaíba. Além de atrair novos investimentos nacionais e estrangeiros, a ZPE ensejará o aumento e a diversificação das exportações do Estado.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é fundamental reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos.

O PIB *per capita* do Estado, R\$ 13.029 em 2012, é pouco mais da metade do nacional, que alcançou R\$ 24,1 mil no mesmo ano. O IDH do Rio Grande do Norte (0,646 em 2010) ainda permanece abaixo da média para o Nordeste (0,660 em 2010) e da média nacional (0,726 em 2010).

Nesse contexto, as estratégias a serem elaboradas e implementadas devem levar em conta um complexo quadro social e econômico delineado em um território que sofre crescente pressão ambiental causada por atividades humanas.

É importante ressaltar que as taxas de crescimento populacional têm diminuído ao longo das últimas décadas, ocorrendo um progressivo envelhecimento da população.

A diminuição do ritmo de crescimento da população no Rio Grande do Norte é reflexo da redução das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, por efeito do processo de urbanização da população, da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população.

Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 2,4 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (529,5 mil) e superior a 64 anos (239,3 mil), somando 768,8 mi, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA).

Quando a PIA é superior à PINA, tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo portanto o chamado “bônus demográfico”. O Rio Grande do Norte tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Contudo, tendo em vista que as taxas de crescimento populacional têm diminuído ao longo das últimas décadas, e considerando ao mesmo tempo em que a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias, o bônus demográfico

tende a diminuir no futuro. Isto implicará na redução da força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas, principalmente as voltadas para formação profissional de jovens e de assistência médica e previdenciária para os mais idosos.

Outro aspecto importante diz respeito ao processo de localização espacial da população, marcado pela crescente concentração nos centros urbanos. Atualmente, aproximadamente 79% da população estadual reside em áreas urbanas. O Leste Potiguar, a menor mesorregião em extensão, concentra quase a metade dos habitantes estaduais.

Em paralelo à concentração espacial da população verifica-se, também, a manutenção da concentração das principais atividades econômicas do Estado. A Mesorregião Leste, que abrange a área metropolitana de Natal, detém 54,6% do PIB estadual. Algumas das novas dinâmicas econômicas e os novos eixos de articulação produtiva reforçam o processo de concentração econômica e populacional nos principais centros urbanos.

Na verdade, quatro municípios concentram 43% do total da população estadual. Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante fazem parte da região metropolitana de Natal, o principal polo econômico potiguar, onde estão localizadas as atividades industriais de transformação, construção civil e de serviços no Estado. Mossoró, no Oeste potiguar, é o principal polo econômico no interior, sendo destaque pela produção agropecuária e pela indústria extrativa mineral.

Os serviços responderam por 72,7% do valor agregado bruto estadual em 2012, com elevada participação das atividades de administração pública e do comércio. Se por um lado tem ocorrido um processo de modernização do setor terciário, por outro lado referida estrutura reflete uma pequena base produtiva. O setor industrial se expandiu recentemente, mas ainda assim gerou menos de um quarto do valor agregado bruto estadual em 2012.

Apesar do crescimento e diversificação do mercado de trabalho em conjunto com o número de empresas formalmente registradas, expressivo contingente populacional está ocupado informalmente no setor agropecuário, obtendo reduzida remuneração. Registre-se que o setor agropecuário respondeu por apenas 3,4%

do valor agregado estadual em 2012, implicando dizer que parte da agropecuária estadual ainda é de subsistência.

A pequena base produtiva gera limitados recursos de arrecadação para o Estado e municípios, de forma que o Rio Grande do Norte ainda é dependente das transferências constitucionais para executar ações e projetos. A título de ilustração, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 4,0 bilhões no Estado em 2013, enquanto que as transferências do Governo Federal por intermédio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) somaram R\$ 3,7 bilhões nesse mesmo ano.

Em consequência, o Índice de Dependência Financeira do Rio Grande do Norte, ou seja, a proporção da receita total do Estado que é obtida através de taxaço sobre atividades produtivas, evoluiu de 0,39 em 2000 para 0,45 de 2013. Quando o referido índice se aproxima de 1, significa maior capacidade do ente federativo para gerar suas receitas através da arrecadação de tributos. No caso do Rio Grande do Norte, aproximadamente 55% das receitas estaduais ainda provêm de fontes não tributárias. Em termos comparativos, São Paulo tem índice médio de dependência financeira de 0,9.

O quadro de questões a serem enfrentadas remete à necessidade de se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento focada em ao menos três grandes diretrizes. Primeiramente, é fundamental a manutenção dos programas sociais para que a redução da pobreza e a inclusão social prossigam de forma acelerada. Também, referidas políticas permitem ampliar o mercado consumidor local que por sua vez é indutor do desenvolvimento local.

Além disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em infraestruturas físicas, de forma que se possa criar um ambiente atraente para a geração de novos negócios no Estado, além de contribuir para melhorar o bem-estar da população.

É importante ainda se desenvolver ações que promovam a formação de capital humano, buscando-se melhorar os níveis de qualificação da força de trabalho. A mão de obra adequadamente preparada cria as bases para a formação de um ambiente inovador e amplia a produtividade da economia, favorece uma melhor distribuição da renda e possibilita maior mobilidade social.

As ações voltadas para expandir a qualificação da força de trabalho devem, necessariamente, contemplar a ampliação e melhoria da qualidade do ensino básico, reduzindo o analfabetismo e promovendo a cidadania. As iniciativas devem, ainda, buscar incrementar a formação técnica e profissional de forma a qualificar a população para ingressar no mercado de trabalho.

Em síntese, o Rio Grande do Norte obteve importante progresso em termos econômicos e sociais em anos recentes. Apesar dos avanços, os principais indicadores do Estado ainda são inferiores em comparação com as médias nacionais, de forma que a desigualdade inter-regional continua sendo um tema relevante para o Estado. Em face dos desafios a serem enfrentados pelo Rio Grande do Norte, as políticas públicas serão fundamentais para que o Estado possa se desenvolver de forma sustentável.

Apêndices

1 Informações territoriais

Características geográficas - 2013

Característica	% Nordeste	
Área (km²)	52.811	3,40
Extensão da costa litorânea (km)	409	7,90
Número de municípios	167	9,31
Número de distritos	183	5,70

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2013.

2 Informações econômicas

Produto Interno Bruto - 2012

PIB	Valores correntes	% Participação
	R\$ milhões	% do Nordeste
PIB a preços correntes	39.543,7	6,64
	R\$ 1,00	% do Brasil
Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	12.249	53,82

Fonte: IBGE. Contas regionais do Brasil 2012.

PIB e população por município - 2012

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB per capita(R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Total geral	39.543.679	100,00	12.249,46	3.228.198	100,00
Acari	80.848	0,20	7.342	11.012	0,34
Açu	566.258	1,43	10.480	54.031	1,67
Afonso Bezerra	56.374	0,14	5.200	10.841	0,34
Água Nova	18.365	0,05	6.069	3.026	0,09
Alexandria	77.897	0,20	5.784	13.467	0,42
Almino Afonso	27.799	0,07	5.764	4.823	0,15
Alto do Rodrigues	291.935	0,74	22.935	12.729	0,39
Angicos	80.791	0,20	7.002	11.538	0,36
Antônio Martins	37.511	0,09	5.413	6.930	0,21
Apodi	403.347	1,02	11.573	34.852	1,08
Areia Branca	659.169	1,67	25.613	25.736	0,80
Arês	234.380	0,59	17.802	13.166	0,41
Augusto Severo	54.806	0,14	5.874	9.330	0,29
Baía Formosa	241.436	0,61	27.793	8.687	0,27
Baraúna	335.955	0,85	13.451	24.977	0,77
Barcelona	22.691	0,06	5.753	3.944	0,12
Bento Fernandes	33.901	0,09	6.551	5.175	0,16
Bodó	19.911	0,05	8.391	2.373	0,07
Bom Jesus	55.446	0,14	5.796	9.566	0,30
Brejinho	87.278	0,22	7.416	11.769	0,36
Caiçara do Norte	39.909	0,10	6.604	6.043	0,19
Caiçara do Rio do Vento	25.005	0,06	7.409	3.375	0,10
Caicó	697.627	1,76	10.974	63.571	1,97
Campo Redondo	53.453	0,14	5.126	10.427	0,32
Canguaretama	213.255	0,54	6.769	31.506	0,98
Caraúbas	219.980	0,56	11.171	19.692	0,61
Carnaúba dos Dantas	49.151	0,12	6.502	7.559	0,23
Carnaubais	181.823	0,46	18.182	10.000	0,31
Ceará-Mirim	477.325	1,21	6.917	69.005	2,14

Continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participa- ção (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Cerro Corá	64.820	0,16	5.932	10.928	0,34
Coronel Ezequiel	29.226	0,07	5.407	5.405	0,17
Coronel João Pessoa	27.440	0,07	5.737	4.783	0,15
Cruzeta	67.361	0,17	8.482	7.942	0,25
Currais Novos	419.138	1,06	9.762	42.934	1,33
Doutor Severiano	36.376	0,09	5.231	6.954	0,22
Encanto	31.089	0,08	5.869	5.297	0,16
Equador	42.596	0,11	7.286	5.846	0,18
Espírito Santo	46.176	0,12	4.423	10.439	0,32
Extremoz	189.783	0,48	7.494	25.324	0,78
Felipe Guerra	91.593	0,23	15.888	5.765	0,18
Fernando Pedroza	19.428	0,05	6.734	2.885	0,09
Florânia	57.427	0,15	6.411	8.957	0,28
Francisco Dantas	18.234	0,05	6.393	2.852	0,09
Frutuoso Gomes	24.601	0,06	5.884	4.181	0,13
Galinhos	44.898	0,11	19.658	2.284	0,07
Goianinha	186.895	0,47	8.053	23.209	0,72
Governador Dix-Sept Rosado	226.458	0,57	18.168	12.465	0,39
Grossos	128.554	0,33	13.439	9.566	0,30
Guamaré	1.365.226	3,45	104.639	13.047	0,40
Ielmo Marinho	84.670	0,21	6.794	12.462	0,39
Ipanguaçu	93.937	0,24	6.640	14.148	0,44
Ipueira	16.739	0,04	7.956	2.104	0,07
Itajá	63.234	0,16	8.987	7.036	0,22
Itaú	34.537	0,09	6.157	5.609	0,17
Jaçanã	43.143	0,11	5.294	8.150	0,25
Jandaíra	36.267	0,09	5.304	6.838	0,21
Janduís	34.035	0,09	6.413	5.307	0,16
Januário Cicco	53.528	0,14	5.811	9.211	0,29
Japi	26.947	0,07	4.989	5.401	0,17

Continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB per capita(R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Jardim de Angicos	16.597	0,04	6.388	2.598	0,08
Jardim de Piranhas	95.588	0,24	6.959	13.735	0,43
Jardim do Seridó	84.423	0,21	6.963	12.124	0,38
João Câmara	237.229	0,60	7.260	32.677	1,01
João Dias	14.909	0,04	5.730	2.602	0,08
José da Penha	32.605	0,08	5.562	5.862	0,18
Jucurutu	123.729	0,31	6.971	17.749	0,55
Jundiá	20.767	0,05	5.713	3.635	0,11
Lagoa d'Anta	43.557	0,11	6.894	6.318	0,20
Lagoa de Pedras	37.548	0,09	5.304	7.079	0,22
Lagoa de Velhos	19.174	0,05	7.179	2.671	0,08
Lagoa Nova	86.503	0,22	6.060	14.274	0,44
Lagoa Salgada	41.547	0,11	5.411	7.679	0,24
Lajes	74.045	0,19	7.032	10.530	0,33
Lajes Pintadas	25.963	0,07	5.614	4.625	0,14
Lucrécia	23.079	0,06	6.244	3.696	0,11
Luís Gomes	53.253	0,13	5.502	9.679	0,30
Macaíba	996.786	2,52	13.908	71.670	2,22
Macau	722.244	1,83	24.528	29.446	0,91
Major Sales	21.048	0,05	5.806	3.625	0,11
Marcelino Vieira	48.067	0,12	5.827	8.249	0,26
Martins	45.283	0,11	5.460	8.293	0,26
Maxaranguape	61.010	0,15	5.644	10.810	0,33
Messias Targino	33.249	0,08	7.807	4.259	0,13
Montanhas	63.406	0,16	5.595	11.333	0,35
Monte Alegre	129.522	0,33	6.180	20.959	0,65
Monte das Gameleiras	13.842	0,04	6.238	2.219	0,07
Mossoró	4.493.958	11,36	16.847	266.758	8,26
Natal	13.291.177	33,61	16.257	817.590	25,33
Nísia Floresta	165.155	0,42	6.741	24.501	0,76

Continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participa- ção (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Nova Cruz	263.019	0,67	7.359	35.741	1,11
Olho-d'Água do Borges	25.682	0,06	6.015	4.270	0,13
Ouro Branco	35.730	0,09	7.596	4.704	0,15
Paraná	21.277	0,05	5.318	4.001	0,12
Paraú	20.243	0,05	5.294	3.824	0,12
Parazinho	37.191	0,09	7.553	4.924	0,15
Parelhas	154.133	0,39	7.515	20.511	0,64
Parnamirim	2.963.518	7,49	13.835	214.199	6,64
Passa e Fica	68.623	0,17	5.957	11.519	0,36
Passagem	19.265	0,05	6.586	2.925	0,09
Patu	77.120	0,20	6.382	12.084	0,37
Pau dos Ferros	268.140	0,68	9.510	28.197	0,87
Pedra Grande	34.430	0,09	9.988	3.447	0,11
Pedra Preta	17.235	0,04	6.753	2.552	0,08
Pedro Avelino	45.813	0,12	6.503	7.045	0,22
Pedro Velho	82.720	0,21	5.824	14.204	0,44
Pendências	248.725	0,63	18.104	13.739	0,43
Pilões	21.550	0,05	6.119	3.522	0,11
Poço Branco	69.549	0,18	4.896	14.204	0,44
Portalegre	40.864	0,10	5.517	7.407	0,23
Porto do Mangue	217.191	0,55	40.280	5.392	0,17
Presidente Juscelino	51.222	0,13	5.669	9.035	0,28
Pureza	54.028	0,14	6.250	8.645	0,27
Rafael Fernandes	29.792	0,08	6.259	4.760	0,15
Rafael Godeiro	19.228	0,05	6.243	3.080	0,10
Riacho da Cruz	18.902	0,05	5.832	3.241	0,10
Riacho de Santana	26.616	0,07	6.414	4.150	0,13
Riachuelo	43.497	0,11	5.987	7.265	0,23
Rio do Fogo	68.298	0,17	6.704	10.187	0,32
Rodolfo Fernandes	24.166	0,06	5.479	4.411	0,14

Continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participa- ção (%)	PIB per capita(R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Ruy Barbosa	21.563	0,05	6.020	3.582	0,11
Santa Cruz	238.741	0,60	6.545	36.477	1,13
Santa Maria	28.901	0,07	5.885	4.911	0,15
Santana do Matos	89.315	0,23	6.625	13.481	0,42
Santana do Seridó	30.561	0,08	11.989	2.549	0,08
Santo Antônio	145.419	0,37	6.453	22.535	0,70
São Bento do Norte	28.814	0,07	9.885	2.915	0,09
São Bento do Trairí	21.396	0,05	5.342	4.005	0,12
São Fernando	39.957	0,10	11.659	3.427	0,11
São Francisco do Oeste	22.682	0,06	5.766	3.934	0,12
São Gonçalo do Amarante	1.291.107	3,27	14.286	90.376	2,80
São João do Sabugi	42.598	0,11	7.152	5.956	0,18
São José de Mipibu	360.251	0,91	8.893	40.511	1,25
São José do Campestre	63.701	0,16	5.132	12.413	0,38
São José do Seridó	36.947	0,09	8.592	4.300	0,13
São Miguel	127.214	0,32	5.784	21.994	0,68
São Miguel do Gostoso	73.568	0,19	8.327	8.835	0,27
São Paulo do Potengi	101.274	0,26	6.271	16.149	0,50
São Pedro	36.335	0,09	5.904	6.154	0,19
São Rafael	51.009	0,13	6.299	8.098	0,25
São Tomé	56.276	0,14	5.195	10.832	0,34
São Vicente	36.398	0,09	5.979	6.088	0,19
Senador Elói de Souza	33.688	0,09	5.880	5.729	0,18
Senador Georgino Avelino	25.510	0,06	6.349	4.018	0,12
Serra de São Bento	25.801	0,07	4.508	5.724	0,18
Serra do Mel	97.069	0,25	9.160	10.597	0,33
Serra Negra do Norte	48.289	0,12	6.187	7.805	0,24
Serrinha	41.874	0,11	6.462	6.480	0,20
Serrinha dos Pintos	24.112	0,06	5.268	4.577	0,14
Severiano Melo	34.072	0,09	5.826	5.848	0,18

Continua...

continuação

Municípios	PIB(R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Sítio Novo	27.416	0,07	5.368	5.107	0,16
Taboleiro Grande	15.592	0,04	6.604	2.361	0,07
Taipu	95.436	0,24	8.031	11.883	0,37
Tangará	95.253	0,24	6.576	14.486	0,45
Tenente Ananias	55.007	0,14	5.481	10.036	0,31
Tenente Laurentino Cruz	36.521	0,09	6.572	5.557	0,17
Tibau	48.909	0,12	13.004	3.761	0,12
Tibau do Sul	98.500	0,25	8.253	11.935	0,37
Timbaúba dos Batistas	15.041	0,04	6.506	2.312	0,07
Touros	273.794	0,69	8.672	31.574	0,98
Triunfo Potiguar	21.579	0,05	6.486	3.327	0,10
Umarizal	73.084	0,18	6.899	10.594	0,33
Upanema	134.237	0,34	10.097	13.295	0,41
Várzea	29.691	0,08	5.633	5.271	0,16
Venha-Ver	21.211	0,05	5.464	3.882	0,12
Vera Cruz	66.254	0,17	5.995	11.051	0,34
Viçosa	10.980	0,03	6.724	1.633	0,05
Vila Flor	19.726	0,05	6.746	2.924	0,09

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE. Produto Interno Bruto dos municípios, 2012 e Estimativas de população, 1 de julho de 2012.

Finanças públicas - 2013

Receita/Despesa	R\$ 1,00 correntes
Receita total	11.199.767.718
Receitas Correntes	9.928.940.932
Receita Tributária	4.840.615.843
Impostos	4.619.581.837
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	682.955.427
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR	428.474.180
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	227.122.858
"Imposto sobre Transmissão ""Causa Mortis"" e Doação de Bens e Direitos – ITCD"	27.358.390
Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.936.626.410
Taxas	221.034.006
Contribuição de Melhoria	0
Receitas de Contribuições	331.530.440
Receita Patrimonial	109.194.526
Receita Agropecuária	1.600.587
Receita Industrial	6.586.989
Receita de Serviços	86.044.439
Transferências Correntes	4.251.562.448
Outras Receitas Correntes	301.805.660
Receitas de Capital	624.487.393
Operações de Crédito	609.541.037
Alienação de Bens	289.289
Amortização de Empréstimos	5.373.309
Transferências de Capital	8.932.785
Outras Receitas de Capital	350.973
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	646.339.392
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	0
Despesa total	9.317.532.148
Despesas Correntes	8.188.842.901
Pessoal e Encargos Sociais	5.824.018.157
Juros e Encargos da Dívida	76.911.876
Outras Despesas Correntes	2.287.912.867
Despesas de Capital	1.128.689.248
Investimentos	223.487.941
Inversões Financeiras	294.767.076
Amortização da Dívida	610.434.232

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Execução orçamentária 2013.

Comércio exterior: principais produtos - 2013

Exportações	US\$ 1,00 FOB	% do Estado
Total	247.922.375	100,0
Melões frescos	58.230.174	23,5
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	23.820.414	9,6
Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas, sem c	16.776.021	6,8
Consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes p/AE	13.231.494	5,3
Outros produtos de origem animal, impróprios para a alimentação humana	10.993.794	4,4
Bananas frescas ou secas, exceto bananas da - T	10.863.099	4,4
Outras chapas, etc. de outros plásticos, estrati	9.517.567	3,8
Melancias frescas	8.747.641	3,5
"Fuel-oil"	8.550.016	3,5
Granito cortado em blocos ou placas	6.578.628	2,7
Outros produtos	80.613.527	32,5
Importações		
Total	265.995.557	100,0
Outros trigos e misturas de trigo c/ centeio, exc	49.668.865	18,7
Partes de outros motores/ geradores/ grupos ele	15.619.710	5,9
Outros grupos eletrog. de energia eólica	15.432.731	5,8
Teares para tecido de L>30cm, s/ lancadeira, a jato	7.369.870	2,8
Coque de petróleo não calcinado	6.320.146	2,4
Outros fornos n/ eletr.p/ ustulação, etc. de mineri	5.775.979	2,2
Caixas de papel ou cartão, ondulados (canelado	4.541.024	1,7
Outros aviões / veículos aéreos, peso>15000KG,VA	4.477.860	1,7
Polietileno com carga, densidade de <0.94, em forma	4.476.524	1,7
Outros conversores elétricos estáticos	3.981.126	1,5
Outros produtos	148.331.722	55,8
Saldo da Balança Comercial	-18.073.182	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estatísticas de comércio exterior, dez./2013.

Agropecuária - 2013

Lavoura temporária: principais produtos	Área colhida (hectares)	Quant. produzida	Valor prod.(R\$ mil correntes)
Total	136.053	4.432.449	849.862
Soja (em grão) (Toneladas)	66.121	3.806.558	261.999
Milho (em grão) (Toneladas)	19.161	11.924	8.800
Feijão (em grão) (Toneladas)	19.090	8.832	18.769
Arroz (em casca) (Toneladas)	8.865	254.530	227.080
Mandioca (Toneladas)	8.025	80.685	49.566
Cana-de-açúcar (Toneladas)	4.697	121.047	88.184
Outros	10.094	148.873	195.464
Lavoura permanente: principais produtos			
Total	135.785	350.973	217.580
Castanha de caju (Toneladas)	104.897	28.109	35.431
Banana (cacho) (Toneladas)	19.179	57.128	22.028
Coco-da-baía (Mil frutos)	5.186	148.304	86.678
Manga (Toneladas)	2.691	38.115	24.092
Laranja (Toneladas)	2.201	69.925	41.242
Goiaba (Toneladas)	500	352	422
Outros	1.131	9.040	7.687
Produção física			
Leite (Mil litros)		209.150	5,81
Ovos de galinha (Mil dúzias)		35.285	6,44
Ovos de codorna (Mil dúzias)		712	3,91
Mel de abelha (Quilogramas)		331.213	4,40
Efetivo do rebanho (cabeças)		% do Estado	
Total		8.554.395	100,00
Bovino		914.777	10,69
Equino		53.552	0,63
Bubalino		1.949	0,02
Suíno - total		162.254	1,90
Suíno - matrizes de suínos		48.709	0,57
Caprino		397.093	4,64
Ovino		737.392	8,62
Galináceos - total		4.104.289	47,98
Galináceos - galinhas		2.085.037	24,37
Codornas		49.343	0,58
Produção de pescado (t) 2011		% do Estado	
Total Geral		49.932,20	100,0
Pesca Extrativa		23.892	47,8
Marinha		19.364	38,8
Continental		4.528	9,1

continua...

continuação

Aqüicultura	26.040	52,2
Marinha	22.300	44,7
Continental	3.740	7,5
Nº de estabelecimentos agropecuários por atividade econômica		% do Nordeste
Total	83.053	3,4
Lavoura temporária	31.369	2,9
Horticultura e floricultura	1.404	2,2
Lavoura permanente	8.701	3,7
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	5	0,5
Pecuária e criação de outros animais	38.576	4,0
Produção florestal - florestas plantadas	1.045	3,7
Produção florestal - florestas nativas	1.332	1,7
Pesca	191	4,2
Aquicultura	430	11,8

Fonte: elaborados pelo BNB, ETENE com dados do IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2013; Produção Pecuária Municipal, 2013 e Censo Agropecuário, 2006; Ministério da Pesca e Aquicultura. Estatística da Pesca e Aquicultura, 2011.

Nota: os dados de produção de pescado refere-se ao ano de 2011.

Energia elétrica - 2012

Consumo de energia elétrica	(GWh)	% do Estado
Total	5.216	100,00
Residencial	1.805	34,60
Industrial	1.288	24,69
Comercial	998	19,13
Rural	420	8,06
Poder público	282	5,41
Iluminação pública	159	3,05
Serviço público	256	4,90
Consumo próprio	8	0,16

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Anuário estatístico de energia elétrica, 2013.

Número de intermediários financeiros - 2013

Intermediário	Quantidade	% do Nordeste
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	18	8,57
Demais Estabelecimentos bancários	213	5,90

Fonte: Bacen. Estatística bancária por município, dez./2013.

3 Informações sociais

Características da população - 2013

População residente ¹	Mil pessoas	% do Estado
Total	3.382	100,00
Por sexo		
Homens	1.666	49,3
Mulheres	1.716	50,7
Por situação de domicílio		
Urbana	2.660	78,7
Rural	723	21,4
Taxa de Urbanização (%)¹		78,7
Densidade Demográfica (hab/km²)¹		64,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Índices de Desenvolvimento Humano e distribuição de renda

Índice	Nº Índice
IDH - M (1991)	0,428
IDH - M (2000)	0,552
IDH - M (2010)	0,684
Índice de Gini (2012)	0,541

Fontes: PNUD. Atlas do desenvolvimento humano 2013 e Ipea. Ipeadata.

Educação - 2013

Taxa de analfabetismo	% da População
Pessoas de 05 anos ou mais de idade	17,4
Média de anos de estudo: 15 anos ou mais	
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	6,91
Distribuição dos estudantes por rede de ensino	
Pública	77,1
Particular	22,9
Distribuição dos estudantes por rede e nível de ensino	
Pré-escolar	
Pública	64,13
Particular	35,87
Fundamental	
Pública	82,18
Particular	17,82
Médio	
Pública	89,58
Particular	10,42
Superior	
Pública	47,97
Particular	52,03

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Saúde

Ítem	Quantidade	% da Região
Número de Estabelecimentos de Saúde (2013)	3.974	6,89
Número de Postos de Saúde (2013)	419	9,65
Médicos por mil habitantes (2010)	1,23	-
Leitos por mil habitantes (2012)	2,31	-
Taxa de mortalidade infantil (%) (2011)	18,97	-

Fonte: Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Informações de Saúde TABNET.

Emprego e renda - 2013

População de 10 anos ou mais	Mil pessoas	% do Estado
População em Idade Ativa (PIA)	2.900	100,00
População Economicamente Ativa (PEA)	1.656	57,1
População Ocupada	1.476	50,9
PIA: por classes de rendimento mensal (salários mínimos)		
Total	2.899	100,00
Até 1/2	378	13,04
Mais de 1/2 a 1	667	23,01
Mais de 1 a 2	566	19,52
Mais de 2 a 3	152	5,24
Mais de 3 a 5	92	3,17
Mais de 5 a 10	91	3,14
Mais de 10 a 20	31	1,07
Mais de 20	8	0,28
Sem rendimento	869	29,98
Sem declaração	45	1,55
Vínculos empregatícios formais		
Total	617.645	100,00
Indústria	84.564	13,69
Construção Civil	41.792	6,77
Comércio	118.394	19,17
Serviços e Administração Pública	357.625	57,90
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	15.270	2,47
Estabelecimentos		
Total	45.263	100,00
Indústria	4.040	8,93
Construção civil	3.914	8,65
Comércio	20.076	44,35
Serviços e Administração Pública	15.951	35,24
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	1.282	2,83

Fontes: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013 e Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual das Informações Sociais – RAIS, 2013

Características dos domicílios - 2013

Domicílios particulares permanentes	Mil Unidades	% do Estado
Total	1.035	100,00
Condição de Ocupação		
Próprios	742	71,69
Alugados	201	19,42
Cedidos	85	8,21
Outros	7	0,68
Domicílios por serviços básicos		
Acesso à rede geral de abastecimento de água	909	87,87
Acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial	250	24,19
Coleta de lixo ¹	890	86,00
Acesso à energia elétrica	1.034	99,94
Domicílios por existência de bens duráveis		
Telefone fixo	6	0,58
Telefone celular	769	74,32
Telefone fixo e celular	724	70,00
Rádio	724	70,00
Televisão	1.006	97,23
Geladeira	998	96,52
Microcomputador	394	38,13
Máquina de lavar roupa	328	31,68

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

4 Informações políticas

Eleições 2014: número de votos válidos - por cargo eletivo e partidos políticos

Partido	Dep. Estadual	Dep. Federal	Senador	Governador
DEM	86.997	113.722	-	-
PC do B	38.955	-	-	-
PDT	37.768	-	-	-
PHS	20.440	-	-	-
PMDB	244.637	191.064	-	-
PMN	28.620	71.555	-	-
PP	-	64.445	-	-
PPS	-	-	-	-
PRB	-	-	-	-
PRP	-	-	-	-
PRTB	-	-	-	-
PSB	85.977	-	-	-
PSC	-	-	-	-
PSD	127.748	166.427	-	877.268
PSDB	-	81.534	-	-
PSDC	-	-	-	-
PSL	-	-	-	-
PT	42.088	-	808.055	-
PT do B	20.140	-	-	-
PTB	-	-	-	-
PTC	-	-	-	-
PR	38637	134.588	-	-
PROS	210.800	176.239	-	-
PTN	-	-	-	-
PEN	-	-	-	-
SD	59.619	-	-	-
PV	-	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Informações e dados estatísticos sobre as eleições, 2014

